

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

WILLIAN FELIPE MARTINS COSTA

**“UMA IGREJA CONSTRUÍDA PARA O NEGRO, DE UMA IRMANDADE DE
NEGRO”: ESPAÇOS E DEVOÇÕES NEGRAS NA AMÉFRICA NO TEMPO PRESENTE**
(LAGUNA, SANTA CATARINA)

FLORIANÓPOLIS

2022

WILLIAN FELIPE MARTINS COSTA

**“UMA IGREJA CONSTRUÍDA PARA O NEGRO, DE UMA IRMANDADE DE
NEGRO”: ESPAÇOS E DEVOÇÕES NEGRAS NA AMÉFRICA NO TEMPO PRESENTE
(LAGUNA, SANTA CATARINA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Mortari

FLORIANÓPOLIS

2022

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Costa, Willian Felipe Martins

UMA IGREJA CONSTRUÍDA PARA O NEGRO, DE UMA
IRMANDADE DE NEGRO: ESPAÇOS E DEVOÇÕES
NEGRAS NA AMÉFRICA NO TEMPO PRESENTE (LAGUNA,
SANTA CATARINA) / Willian Felipe Martins Costa. -- 2022.
124 p.

Orientador: Cláudia Mortari

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2022.

1. História do Tempo Presente. 2. Territórios negros. 3.
Narrativa histórica. 4. Laguna. 5. Experiência negra. I. Mortari,
Cláudia . II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de
Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

WILLIAN FELIPE MARTINS COSTA

**“UMA IGREJA CONSTRUÍDA PARA O NEGRO, DE UMA IRMANDADE DE
NEGRO”: ESPAÇOS E DEVOÇÕES NEGRAS NA AMÉFRICA NO TEMPO PRESENTE
(LAGUNA, SANTA CATARINA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Claudia Mortari
Universidade do Estado de Santa Catarina
(Orientadora)

Membros:

Prof.^a Dr.^a Lucia Helena Oliveira Silva
Universidade Estadual Paulista
(Membro Externo)

Prof.^a Dr.^a Luisa Tombini Wittmann
Universidade do Estado de Santa Catarina
(Membro Interno)

Prof.^a Dr.^a Caroline Jaques Cubas
Universidade do Estado de Santa Catarina
(Suplente - Membro Interno)

Florianópolis, julho de 2022.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa só foi possível, porque durante a caminhada nunca estive sozinho e aqui agradeço às muitas parcerias.

A meus pais, Maria Conceição Martins Costa e João Carlos Costa, pelo apoio e incentivo que sempre me deram às minhas escolhas e aos meus estudos. Minha mãe sempre me acalmando em nossas ligações com o seu jeito de falar “tudo vai dar certo, tenha fé!”.

Ao meu tio, Cairo Norberto Martins, pelo suporte e apoio a meus estudos, bem como, pelas conversas sobre a Laguna que me levaram a descortinar histórias da cidade.

A minha orientadora e amiga, Professora Dra. Claudia Mortari, por, desde o início de minha caminhada, ainda na graduação, ter me acolhido, me dado todo o suporte para me tornar um pesquisador comprometido, não só com a História, mas com as pessoas as quais ela diz respeito.

Às pessoas que fizeram parte desta pesquisa e aceitaram produzi-la conjuntamente a mim, a partir das entrevistas. Agradeço à professora Claudete, Dona Terezinha, Sr. Antônio Luiz, Dona Marli, Dona Selma, professor Joel e professora Janice.

Ao coletivo de amigas, amigos e amigos que formam o Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais – AYA, da UDESC, pelas muitas formas que diferentes pessoas podem fazer parte da vida e afetar alguém. Em especial, Carol, Claudia, Tathiana, Siméia e Vinicius pelas parcerias em todas as horas.

À CAPES pela bolsa que financiou minha pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, seus professores e funcionários.

Às professoras Dr.^a Lucia Helena Oliveira Silva e Dr.^a Luisa Tombini Wittmann pelas contribuições feitas a partir da leitura atenta e gentil ao texto de qualificação.

Às funcionárias do Arquivo Eclesiástico de Florianópolis e do Arquivo Histórico da Casa Candemil em Laguna pela recepção e atenção.

Ao Sr. Adelso, zelador da Igreja de N. S. Auxiliadora em Laguna, que gentilmente disponibilizou materiais para a minha pesquisa.

Às parcerias que estão presente para todos os “roles” e que sem elas todo o processo seria mais difícil e solitário. Especialmente, destaco Katarina, Helena, Lara, Leonardo Sanchez, Cadídja, Leonardo Pamplona, Marina, Marco, Maicon, Beatriz e Debora.

E, por último, mas com certeza não menos importante, agradeço ao meu avô João Juvêncio Martins por suas muitas histórias compartilhadas na minha infância e que despertaram em mim a curiosidade de historiador.

***Para aquelas que vieram antes de mim:
Minhas ancestrais Inês e Francisca;
Minhas avós Minervina e Melquiedes;
Minha mãe Maria da Conceição;***

RESUMO

Esta pesquisa visa identificar e analisar a constituição de territórios negros em Laguna (SC), em especial, nos espaços de devoção católicos, a partir de narrativas do presente de mulheres e homens negros lagunenses e suas memórias, ancoradas em seus corpos, vivências e experiências na cidade. Nesse sentido, a pergunta que suleia este trabalho é: quais sentidos e sentires estão presentes em suas narrativas e memórias que possibilitam significar os espaços de devoção católicos na cidade enquanto territórios negros? Como documentos de pesquisa foram mobilizados registros orais, obtidos a partir de entrevistas com mulheres e homens negros lagunenses, bem como, arquivísticos (processo, cartas, ofícios, jornais e fotografias). Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizei como metodologia a perspectiva de costura da memória (PAULINO, 2018) almejando construir um panorama acerca das experiências das populações negras na cidade de Laguna – entendida enquanto um espaço geopolítico localizado na América (GONZALES, 1988) – e a constituição de seus territórios de devoção. Para tanto, a estrutura do trabalho apresenta, na primeira parte, uma narrativa histórica acerca do território denominado Morro de Nossa Senhora do Rosário, localizado no centro da cidade de Laguna, e da capela nele construída na segunda metade do século XIX por africanos(as) e seus(suas) descendentes. Já na segunda parte, a pesquisa constituiu uma narrativa histórica acerca da Devoção de Nossa Senhora do Parto, situada dentro da Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos, bem como, das disputas travadas entre seus devotos e as autoridades eclesiásticas na primeira metade do século XX. Tal discussão busca visibilizar a Igreja Matriz enquanto território negro constituído pela ocupação e (re)existências de africanos e seus descendentes nesses espaços.

Palavras-chave: História do Tempo Presente; Territórios negros; Narrativa histórica; Laguna; Experiência negra.

ABSTRACT

This research aims to identify and analyze the constitution of black territories in Laguna (SC), especially in Catholic devotion spaces, based on narratives of the present of black women and men from Laguna and their memories, anchored in their bodies, experiences and experiences in the city. In this sense, the question that underpins this work is: what senses and feelings are present in their narratives and memories that make it possible to signify Catholic devotion spaces in the city as black territories? As research documents, oral records were mobilized, obtained from interviews with black women and men from Laguna, as well as archival records (process, letters, official letters, newspapers and photographs). For the development of the research, I used the perspective of sewing memory as a methodology, aiming to build a panorama about the experiences of black populations in the city of Laguna – understood as a geopolitical space located in *América* – and the constitution of their territories of devotion. In order to do so, the structure of the work presents, in the first part, a historical narrative about the territory called Morro de Nossa Senhora do Rosário, located in the center of the Laguna city, and the chapel built there in the second half of the 19th century by Africans and their descendants. In the second part, the research constitutes a historical narrative about the devotion of Nossa Senhora do Parto, located inside the Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos, as well as about the disputes between its devotees and the ecclesiastic authorities in the first half of the 20th century. This discussion seeks to make the Igreja Matriz visible as a black territory constituted by the occupation and (re)existence of Africans and their descendants in these spaces.

Translated with www.DeepL.com/Translator (free version)

Keywords: History of the Present Time; Black territories; Historical narrative; Laguna; Black experience.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa situando o morro do Rosário no traçado urbano do centro de Laguna	28
Figura 2 - Vista frontal da capela de Nossa Senhora do Rosário, Laguna, 1927	33
Figura 3 - No alto do morro, a capela de Nossa Senhora do Rosário, Laguna, início do séc. XX.....	38
Figura 4 - Vista panorâmica do porto de Laguna com a capela do Rosário (primeira metade do XX).....	48
Figura 5 - Mapa localização da nova Capela do Rosário	58
Figura 6 - Conjunto Jazz Municipal, Laguna, década de 1950	63
Figura 7 - Imagem de Nossa Senhora do Rosário no tempo presente	65
Figura 8 - Primeira festa de N. S. Auxiliadora na primeira capela.....	67
Figura 9 - Imagem de N. S. do Rosário em 2019	69
Figura 10 - Procissão com a imagem de Nossa Senhora do Parto (primeira metade do séc. XX)	77
Figura 11 - Anúncio da festa de N. S. do Parto	83
Figura 12 - Imagem de Nossa Senhora do Parto no tempo presente	94
Figura 13 - Compromisso da Devoção de N. S. do Parto de Laguna	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEDF	Arquivo Eclesiástico de Florianópolis
AYA	Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais
BU	Biblioteca Universitária
HTP	História do Tempo Presente
IN	Instrução Normativa
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSC	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NBR	Normas Técnicas Brasileiras
PPGH/UDESC	Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	PRÓLOGO	13
2	INTRODUÇÃO	16
PARTE I – MEMÓRIAS DO ROSÁRIO: DEVOÇÕES, CELEBRAÇÕES E (RE)EXISTÊNCIAS		30
3	DO ALTO DO MORRO SE ESPIA A CIDADE: O TERRITÓRIO NEGRO DO ROSÁRIO	31
3.1	SENTIDOS ATRIBUÍDOS NO MOVIMENTO DA VIDA: A CAPELA E A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DA LAGUNA	35
3.2	SENTIDOS ATRIBUÍDOS NO FLUXO DA MUDANÇA: A CAPELA E A VENDA DO MORRO DO ROSÁRIO.....	45
3.3	UM PATRIMÔNIO EM DISPUTA: A IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	64
PARTE II - MEMÓRIAS DO PARTO: DEVOÇÕES, CELEBRAÇÕES E (RE)EXISTÊNCIAS		74
4	CONSTITUINDO O TERRITÓRIO: A MATRIZ É UM ESPAÇO A SE OCUPAR.....	75
4.1	A DEVOÇÃO DE N. S. DO PARTO DOS HOMENS DE COR DA LAGUNA	77
4.2	A REVOLTA DA SANTA: A IMAGEM DE N. S. DO PARTO EM DISPUTA	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
	FONTES DOCUMENTAIS.....	112
	REFERÊNCIAS.....	115
	ANEXOS	123
	ANEXO A - ROTEIRO DE CONVERSA - MEMÓRIAS DE UMA LAGUNA NEGRA..	123

1 PRÓLOGO

Do tempo/espço aprendi desde criança a colher palavras. A nossa casa vazia de móveis, de coisas e muitas vezes de alimento e agasalhos, era habitada por palavras. Mamãe contava, minha tia contava, meu tio velhinho contava, os vizinhos amigos contavam. Eu, menina repetia, inventava. Cresci possuída pela oralidade, pela palavra. As bonecas de pano e de capim que minha mãe criava para as filhas nasciam com nome e história. Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia. (EVARISTO, 2005, s.p.).

As palavras que Conceição Evaristo aprendeu a colher na infância hoje são instrumentos de sua escrevivência. Enquanto uma categoria teórico-política, a escrevivência evidencia que a produção de conhecimento não está desvinculada da vida e do coletivo. No caso de Evaristo, as experiências de vida de uma mulher negra e de classe trabalhadora no Brasil. Nesse sentido, acredito que a escrevivência de Conceição Evaristo contribui com o processo de pensar a minha própria escrita, situada politicamente a partir dos lugares que ocupo.

Eu nasci em uma família inter-racial. Filho da professora aposentada, D. Maria da Conceição e do pescador Sr. João Carlos, cresci em Laguna, uma cidade razoavelmente pequena no sul de Santa Catarina. Sempre gostei de ouvir histórias e, assim como Evaristo, cresci cercado e possuído pela oralidade. Vivi mais próximo da minha família materna, negra, onde ouvi muitas histórias que meu avô Sr. João Juvêncio contava, que minha mãe contava, que minhas tias e tios contavam.

São desses lugares – perpassado pela oralidade, por uma vida em uma cidade pequena e por questões raciais de relações entre duas famílias, uma negra e outra branca da classe trabalhadora –, que eu, historiador, me situo. Dessa forma, eu nasci e cresci na cidade sobre a qual pesquiso. As narrativas e memórias que tive contato em minha família materna são de vivências e (re)existências de pessoas marcadas pela insígnia da cor. De certa forma, as alegrias, silêncios, dores, esperanças e vidas trazidas nas memórias dos meus familiares me guiaram para o caminho da História. A História enquanto profissão, como possibilidade de entender meu lugar no mundo, enquanto campo de atuação política antirracista e comprometida com a vida e a ciência.

Com isso, ao me colocar nesta pesquisa, entendo que minha escrita é perpassada por minhas vivências. Em vista disso, partilho do entendimento de Amilcar Araujo Pereira (2013) sobre uma questão importante do campo da história: o distanciamento entre o pesquisador e o

foco de seu estudo. Pereira trabalhou, em seu doutorado, com uma pesquisa sobre o movimento negro no Brasil, destacando que o objeto de sua pesquisa fala, de certa forma, da sua história familiar. Ele também é filho de um casamento inter-racial, e desde muito cedo vivenciou em sua própria família a complexidade das relações raciais no Brasil. Além disso, através do seu pai, o ativista e intelectual negro Amauri Mendes Pereira, teve contato com as questões do movimento negro. Por isso, Pereira acredita não existir um completo distanciamento entre o tema de pesquisa e o pesquisador, nem entre as análises teóricas e as posições políticas do mesmo.

Com isso, no diálogo com Pereira (2013, p. 23), entendo que qualquer produção científica de conhecimento está situada a partir do lugar social, cultural, territorial e temporal do pesquisador. Logo, coloco que nesta pesquisa sou um pesquisador “consciente” que o quê escrevo é, sim, “orientado” e não “pré-determinado” pelo lugar social que ocupo e pelas minhas experiências. Assim, construo conhecimento histórico científico tendo em vista o rigor da profissão, sem desconsiderar que este conhecimento é politicamente situado.

É com esse entendimento e sentimento, no diálogo com Evaristo e Pereira, que inicio esta dissertação. Se toda pesquisa tem um caminho que se constitui a partir de diferentes experiências e processos, longos ou curtos, o meu – mesmo que só agora eu perceba – foi sendo trilhado há muito tempo. Posso dizer que meu tema inicial sempre foram as histórias que ouvi de uma antiga igreja, a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Laguna. A primeira vez que ouvi foi na infância, quando meu avô, João Juvêncio Martins, já nos seus quase noventa anos – mas ainda um exímio contador de histórias – me falou dela em uma de nossas caminhadas pelo centro da cidade. Lembro-me de pararmos na “Praça da Bandeira” (Praça República Juliana), quando ele, apontando para o Morro do Rosário, disse: “Lá em cima antigamente era a igreja dos marinheiros. Naquele tempo, antes de irem para o mar, faziam missa para pedir proteção”. O breve relato foi suficiente para criar uma curiosidade tremenda. Eu era aficionado por igrejas e não podia ver uma que já queria entrar, e muito disso era coisa de Seu João. Devoto de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, meu avô sempre me levava na Igreja Matriz da cidade para contar as histórias do seu padrinho Santo Antônio. Quando me falou da igreja no morro, quis logo ir ver e entender a história daquele espaço que, para mim, era novo. Porém, tempos depois, descobri que já não existia mais a igreja.

No entanto, isso não foi o fim da curiosidade. Durante a adolescência, passei a pesquisar informações sobre a existência da igreja dos marinheiros e, assim, encontrei vestígios da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Laguna. Compreendi que aquele espaço era constituído por muitas outras memórias e histórias a serem

contadas. Foi nesse momento que comecei a pensar e questionar uma histórica única das populações negras em minha cidade, e a refletir sobre como isso estava ligado às experiências de minha família.

Destarte, meu caminho acabou me levando para o curso de História. A primeira vez que comentei sobre a igreja do Rosário na graduação foi com a professora Cláudia Mortari, no final de uma aula da disciplina de História da África I. Lembro-me de estar bastante empolgado porque ela sabia da existência da igreja e fiz algumas perguntas. A professora ouviu, me acolheu e, foi neste diálogo, que a mesma compreendeu que o meu interesse pelo tema era maior do que simples curiosidade. Então, ela me convidou para fazer parte do AYA – Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais no intuito de contribuir com a minha qualificação enquanto pesquisador. Agradeço a Professora pela oportunidade, pois mais que me fortalecer como pesquisador, o AYA me fez crescer como pessoa e como integrante de um coletivo. Por isso, desde aquele momento tenho uma pasta em meu computador chamada “Missão Rosário”, na qual fui reunindo materiais que encontrei sobre a temática negra em Laguna. No início, eu não tinha uma ideia formulada sobre um projeto de pesquisa ou algo assim, mas sabia que se viesse a ter, este estudo teria que partir do Morro do Rosário. Com o fim da graduação, fiz o processo seletivo para o mestrado e, com a aprovação, ingressei no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), no qual apresentarei como resultado a presente dissertação.

2 INTRODUÇÃO

A história do Brasil é
 Foi uma história escrita por mãos brancas
 Tanto o negro quanto o índio
 Quer dizer, aqueles povos que viveram aqui
 Juntamente com o branco
 Não tem a sua história escrita, ainda
 E isso é um problema muito sério
 Porque a gente frequenta universidades, frequenta
 escolas
 E não se tem uma visão correta do passado da gente
 Do passado do negro
 Então ela não foi somente omissa
 E foi mais terrível ainda, porque ela
 Na parte que ela não foi omissa
 Ela negligencia fases muito importantes
 E deforma muito a história do negro
 (NASCIMENTO, 1977, s.p.).

Das histórias contadas pelo meu avô João em minhas lembranças de infância, pelas conversas no tempo presente com pessoas da família, como meu tio Cairo; ou percorrendo as memórias da professora Claudete, da Dona Terezinha, do Sr. Antônio Luiz, da Dona Marli, da Dona Selma, do professor Joel e da professora Janice – seja pela tela de um computador ou na sala de suas casas –, vislumbro evidências de uma cidade de Laguna, no sul de Santa Catarina, e da presença negra nesta que contribui para a construção de uma narrativa histórica mais plural sobre a cidade e, por consequência, para a historiografia catarinense.

Por outro lado, para quem é de fora, quando chega à Laguna e encontra uma cidade documento¹, constituída por elementos diversos (arquitetura, natureza, relações humanas), nos quais estão atribuídos múltiplos sentidos e sentires, também encontra, muitas vezes, apenas uma única narrativa histórica. Nesse sentido, entendo que a imagem da cidade está coberta por uma espessa camada de tinta de caiação² envelhecida, depositada ao longo dos anos. Nessa analogia, a tinta de caiação representa uma perigosa história única, como coloca a

¹ Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 1985, o centro de Laguna registra em suas construções as múltiplas experiências de pessoas ao longo do tempo. Nesse sentido, a cidade se torna um documento, perspectiva que amplia a noção de cidade monumento, atrelada apenas a uma valorização estética. “Está forma de ver a cidade não está vinculada somente a sua forma urbana, mas também se encontra na sua história bem como em sua natureza paisagística, na sua estrutura natural” (FRANCO, 1984, p. 12 citado por JARAMILLO, 2016, p. 24).

² Caiação é uma tinta produzida a partir da mistura de partes de cal e água, tendo como característica uma cor branca craquelada. Essa técnica de pintura foi amplamente utilizada no Brasil na pintura das fachadas das construções no período colonial e, ainda hoje, é utilizada como alternativa de pintura visto seu baixo custo. Em Laguna, a caiação foi o revestimento utilizado nas fachadas dos casarios e prédios históricos do centro e demais localidades (JARAMILLO, 2016).

escritora *igbo* de nacionalidade nigeriana, Chimamanda Adichie³, na qual as populações negras da *América*, conceito desenvolvido pela intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez⁴, vivenciam o processo violento de epistemicídio sistêmico (CARNEIRO, 2005). Sendo assim, a cidade – inserida no espaço geopolítico e geoetnográfico *amefricano*⁵ –, marcado pelo racismo estrutural proveniente da colonialidade que permeia as relações sociais, culturais e econômicas no Brasil, contou por muito tempo com uma narrativa histórica ainda pautada em uma historiografia da primeira metade do século XX que se constituiu com base em referenciais eurocentrados e de populações brancas⁶. Neste sentido, tal narrativa é omissa e negligente em relação à história, às agências e (re)existências das populações negras, em consonância ao colocado por Beatriz Nascimento na epígrafe que abre este trabalho.

Esse processo identifico como epistemicídio, conceito desenvolvido pela intelectual e militante negra Sueli Carneiro (2005), e que se refere à desqualificação dos conhecimentos e

³ Palestra da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, no TEDGlobal de 2009 (ADICHIE, 2009).

⁴ Aqui me aproprio da categoria *América*, desenvolvida por Lélia Gonzalez (1988), historiadora e intelectual negra brasileira e, com isso, entendo as experiências e vivências dos descendentes de africanos diaspóricos na relação com as Áfricas situando-as no espaço geopolítico da América, que nessa perspectiva passa a ser a *América*. O termo *Áfricas*, no plural, parte de um posicionamento político epistêmico, conforme Mortari (2016), reconhecendo o continente africano marcado pela multiplicidade, não só de países, como também de histórias e culturas, e formas de ser/estar no mundo. Espaço geopolítico não se refere a um recorte geográfico, mas sim a saberes, viveres, ideias de sujeitos subalternizados pelo pensamento eurocêntrico/colonial/moderno (MIGNOLO, 2003).

⁵ Aqui, a categoria político-cultural de amefricanidade de Lélia Gonzalez é central, pois permite, em suas palavras: “[...] ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada [...] Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formam numa determinada parte do mundo. Portanto, a América, enquanto sistema geoetnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos” (GONZALEZ, 1988, p. 76-77).

⁶ Sobre o conceito de colonialidade, o sociólogo peruano Aníbal Quijano define que ela é “[...] um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referencial padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América” (QUIJANO, 2009, p. 73). Nesse sentido, a partir desse conceito, podemos compreender o primeiro movimento historiográfico sobre Laguna. Tal dimensão pressupõe inserir a cidade no contexto nacional e estadual que remetem a criação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – IHGB, na primeira metade do século XIX, voltado para a construção de uma história que afirmasse uma identidade nacional ligada à monarquia e garantisse nossas fronteiras, e do *Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina* – IHGSC, no início do século XX, que buscava sanar as demandas políticas frente a República e as disputas de fronteiras do Estado, bem como, a necessidade de criar narrativas históricas que proporcionasse uma identidade para os povos que aqui viviam (GONÇALVES, 2006). Para isso, vários historiadores, jornalistas e memorialistas ligados ao IHGSC se dedicaram à construção de narrativas sobre os elementos que em suas concepções eram os formadores do Estado e tinham a necessidade de ser destacados, como, por exemplo, a presença e importância das populações de origem portuguesa e ítalo-germânica. No entanto, inseridos na colonialidade, pautados em referenciais eurocêntricos e no racismo de fins do século XIX e primeira metade do XX, pouco se ativeram à presença e agência das populações de origem africana e indígenas, e quando o fizeram, foi de forma reducionista, homogeneizante e inferiorizante.

das próprias populações subalternizadas “individual e coletivamente” pelo processo histórico, passado e presente, enquanto “sujeitos cognoscentes”. Pensamos que esta categoria amplia a noção de invisibilidade⁷, usada até então para tratar da exclusão das populações de origem africana e seus descendentes do narrar histórico brasileiro, principalmente na região sul, conforme aponta a historiadora brasileira Cláudia Mortari. Nesse sentido, Mortari (2021)⁸ coloca a necessidade de pensar que a questão está para além do “não ver” ou “ignorar a existência” de tais populações, pois a invisibilidade é indissociável do genocídio e do epistemicídio.

Frente às questões colocadas, penso que remover a camada de tinta colonial torna possível construir, acerca da cidade e de suas histórias, um olhar que a enxergue enquanto plural, constituída no movimento da vida e do tempo (história), e alicerçada nas memórias de suas populações negras,⁹ a exemplo das pessoas que trouxe abrindo esta introdução. Dessa forma, parto do pressuposto que seus corpos, suas experiências, suas narrativas e seus espaços possibilitam a construção de conhecimento histórico científico que contribui com a luta antirracista e com perspectivas plurais de decolonização. Assim, sob as lentes de uma Laguna plural, na busca de (re)conhecer na construção de conhecimento histórico a agência e o protagonismo social das populações negras da cidade, tomo a oralidade como um elemento

⁷ Sobre a categoria de invisibilidade, destaco a discussão da professora Ilka Boaventura Leite “Descendentes de africano em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação” presente no livro *Negros no Sul do Brasil* (1996), que influenciou vários trabalhos no campo da historiografia relativos às populações negras no estado. Acerca de Laguna, a perspectiva de invisibilidade influenciou trabalhos como o de Aloísio Luiz dos Reis (1996a) sobre a invisibilidade e territorialidade da escola de samba “Brinca quem pode”; o de Tiago Júlio Sayão (2013) sobre a invisibilidade historiográfica da capela do Rosário e o de Júlio César da Rosa (2011) sobre sociabilidades e territorialidade de dois clubes negros lagunenses.

⁸ Essa questão foi formulada pela Professora Cláudia Mortari durante uma de suas aulas ministrada no segundo semestre de 2021 no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC na disciplina *Pensamentos e Narrativas Pós-Coloniais e Decoloniais*.

⁹ *Populações negras*, é utilizado aqui considerando o posicionamento político de reconhecimento das identidades negras no movimento da história. Nesse sentido, o termo negro é entendido enquanto identidade na política, conforme problematizado pelo sociólogo argentino Walter Dignolo (2008), onde a valorização da negritude, enquanto conceito e movimento, possibilita, como colocado pela professora Nilma Lino Gomes, “uma reabilitação dos valores das civilizações destruídas e de culturas negadas (GOMES, 2019, p. 9). Mais que isso, ela se constitui enquanto estratégia de luta em contextos racistas e possibilita, nas palavras do antropólogo congolês Kabengele Munanga, “uma reação racial negra a uma agressão racial branca” (MUNANGA, 2019, p. 14-15). Evoco essa categoria no presente da escrita desse texto pelos sentidos políticos de seu uso. Porém, ela não necessariamente representa um auto identificação de todas as pessoas nessa pesquisa, não tem por intenção uma leitura homogeneizada de um grupo de pessoas diversas, e por último, mas não menos importante, não tem por base uma noção de raça biológica e essencialista, pois esta é um “delírio da modernidade”. O que compreendo aqui é a raça enquanto uma construção social e histórica em constante mudança de sentidos e apropriações ao longo da modernidade/colonialidade (MBEMBE, 2014, p. 11). Quando não encontrado nas fontes ou no diálogo com as pessoas da pesquisa categorias de autoidentificação, optarei por usar a categoria negro. Optarei também em alguns momentos pelo uso da categoria de africanos – fazendo referência às pessoas que vieram de diferentes Áfricas para o espaço da América pela diáspora forçada do tráfico atlântico – e descendentes de africanos, em referência as pessoas já nascidas na América e marcadas pela raça.

central para incorporar suas perspectivas sobre processos históricos, e nesse sentido, também, as (re)conhecendo enquanto pessoas produtoras de conhecimento acerca de si.

Como característica central do meu trabalho, procuro identificar e analisar a constituição de territórios negros em Laguna, em específico os espaços de devoção católicos, narrados no presente por mulheres e homens negros a partir de suas memórias, ancoradas em seus corpos, vivências e experiências na cidade. Para alcançar este objetivo, parto da seguinte questão suleadora¹⁰: quais sentidos e sentires estão presentes em suas narrativas e memórias que possibilitam significar os espaços de devoção católicos na cidade enquanto territórios negros? Parto da hipótese de que elementos presentes nas narrativas orais, em articulação com outros diferentes documentos históricos, permitem construir reflexões sobre os sentidos desses territórios no tempo, em especial, no que se refere a Igreja do Rosário e a Igreja Matriz. Nesta perspectiva, a utilização de vários documentos históricos tem como objetivo ampliar as informações e interpretações obtidas a partir dos relatos orais, visando responder aos questionamentos e adensar a análise e a narrativa historiográfica. Sendo assim, foram levantadas fotografias, processos civis, cartas e ofícios eclesiásticos, registros memorialísticos e jornais, como será descrito mais à frente.

A questão apresentada está fundamentada nas contribuições teóricas provenientes de pensamentos afro-diaspóricos, decoloniais e pós-coloniais e o recorte temporal transversalizado pela base teórico-metodológica da história do tempo presente. Este último, contribui para pensar as narrativas em um contexto no qual ainda existem “passados que constituíram grandes traumatismos nas identidades e nas consciências históricas nacionais” (DELACROIX, 2018, p. 45), e que, portanto, geram reverberações e ações no presente. Neste sentido, penso não ser possível compreender a história do Brasil sem considerar como um de seus marcos o trauma causado pela catástrofe da escravidão que, de acordo com o filósofo africano de nacionalidade camaronesa Achille Mbembe (2014), constitui, junto da colonização e do *apartheid*, as três catástrofes mundiais pautadas no racismo criado a partir do início da modernidade. Portanto, as reverberações dessas têm no racismo um dos principais motivos que as fazem questões do presente, enquanto passado que não passa e, no caso do Brasil, que perpassam o contexto da escravidão e são transmutados no pós-abolição (MAMIGONIAN; MENDONÇA; TEIXEIRA, 2020, p. 14). Penso nas experiências¹¹ e

¹⁰ Por uma questão política de contraposição a uma ideia de “nortear”, que coloca o norte global como parâmetro de produção de conhecimento, usa-se o termo “sulear” que tem por objetivo deslocar através da linguagem um modo de pensar colonial/ocidental.

¹¹ Experiência é compreendida aqui como fruto de processos vividos por sujeitos históricos. Porém, não somente isso, esses processos são a base para a construção de teorias. Nesse sentido, esse conceito se constitui nesta

agências históricas¹² negras na cidade de Laguna em um recorte temporal que parte do presente no exercício de movimento por diferentes temporalidades, circunscrito a partir das questões identificadas nas entrevistas realizadas inicialmente que resultaram na posterior pesquisa em documentos escritos. Deste modo, esses elementos funcionam como balizas móveis que podem ser deslocadas no tempo conforme a necessidade da reflexão, discussão e interpretação dos eventos.

Evidentemente, as questões até aqui apontadas não ocorreram sem desvios, mudanças, becos sem saída, dúvidas, dilemas, encontros. O projeto inicial tinha como objetivo identificar diversos territórios negros na cidade a partir das memórias de alguns de seus moradores, negros e negras. O processo da pesquisa iniciou com o planejamento de entrevistas e levantamento de documentação. O primeiro contato que fiz foi com Claudete do Nascimento, 54 anos, professora e integrante do Movimento Negro Ganga Zumba de Laguna.¹³ A escolha da professora se deu pela sua articulação política, social e de vivência na cidade e pelos laços de amizade que nossas famílias possuem. Da primeira conversa, na qual apresentei minha ideia inicial de projeto, me foi sugerido alguns nomes para as entrevistas, incluindo ela, possibilitando assim a articulação de uma rede de possíveis entrevistados.¹⁴ Com a escolha das primeiras pessoas comecei a realizar os contatos e convites e à medida que as entrevistas foram acontecendo novos nomes foram surgindo de forma que ao todo catorze entrevistas foram realizadas com pessoas plurais que narraram experiências diversas a partir de seus *lôcus* de enunciação: sete mulheres e seis homens, de idades entre 54 e 85 anos, a maioria

pesquisa a partir do diálogo com a intelectual estadunidense bell hooks, que diz que: “não existe brecha entre a teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas - um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra” (HOOKS, 2013, p. 86). Com isso, entendo que as experiências das populações negras em Laguna possibilitam não só a construção de uma narrativa historiográfica como também das teorias que a embasam.

¹² O conceito de agência histórica é entendido aqui a partir do diálogo com a perspectiva trabalhada pela historiadora Claudia Mortari Malavota em sua tese, que ao investigar sobre a constituição de famílias escravizadas na capital da província de Santa Catarina, Desterro, nos séculos XVIII e XIX, pontuando e valorizando os vínculos parentais estabelecidos por escravizados e libertos de origem africana, com o objetivo de compreender o processo de reinvenção das identidades desses sujeitos históricos no contexto diaspórico. Nesse sentido, Malavota identifica nesse processo uma dinâmica de leitura e tradução que gera novas incorporações e ressignificações das identidades. Com isso, sua abordagem é, em suas palavras, “extremamente importante porque considera a mútua, embora desigual, influência das diferentes culturas, sem, contudo, reduzir a história das populações de origem africana apenas à sua vitimização” (MALAVOTA, 2007, p. 24), ou seja, essas pessoas não são passivas, mas sim, agentes no movimento da história.

¹³ Este movimento negro de Laguna faz referência em seu nome ao primeiro líder do Quilombo dos Palmares, Ganga Zumba (1630 - 1678). Criado no início dos anos 2000, este movimento foi responsável por realizar diversos eventos ligados à cultura negra na cidade e ações voltadas para luta antirracista e promoção da equidade. Em 2017, por decreto municipal, foi reconhecido de utilidade pública e passou a ser Instituto de Inclusão Social Gangazumba - Movimento Negro de Laguna/SC.

¹⁴ Essas pessoas foram escolhidas seguindo os critérios de localização, ou seja, o lugar de origem na cidade e a aproximação com os eixos que em um primeiro momento da pesquisa propus investigar: espaços de educação, trabalho, religiosidade e sociabilidades.

nascida em Laguna e/ou moradoras da cidade; de diferentes ocupações profissionais (professores/motorista/do lar/procurador/guia turístico/bancário/portuário) e espaços de atuação políticos. Paralelo à construção da rede de entrevistados(as), iniciei o levantamento, consulta e análise de outras documentações, no Arquivo Eclesiástico de Florianópolis, no Arquivo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na Hemeroteca Digital Catarinense e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a partir do Escritório Técnico de Laguna.¹⁵

A realização da pesquisa, tanto as entrevistas como as consultas aos arquivos presenciais, tiveram o obstáculo inicial da pandemia mundial, causada pelo vírus Sar-CoV-2 e suas variantes, que trouxe dificuldades e desafios para todos os âmbitos da sociedade brasileira, principalmente para a grande parcela da população trabalhadora, periférica, negra e indígena desse país. Ultrapassamos a marca de quase setecentas mil vidas perdidas. Todo esse contexto, consequentemente, afetou também a produção científica nas universidades. Em meu trabalho, além das angústias, medos e exaustão causados pelo isolamento social, a pandemia dificultou o acesso aos acervos e suas fontes – salvo aqueles disponíveis *online* como a Hemeroteca Digital Catarinense –, e às pessoas. Cogitei mudar completamente o projeto, já que a maioria destas eram do grupo de risco. Contudo, no início de 2021 ganhamos um horizonte mais esperançoso com o início da vacinação no Brasil, mesmo que lenta, e a partir do final do primeiro semestre as coisas começaram a caminhar na pesquisa. Realizei as primeiras entrevistas de forma *online* e, à medida que a vacinação avançou, de forma presencial as outras previstas no projeto, todas respeitando as orientações sanitárias de uso de máscaras e distanciamento. No mesmo contexto, a reabertura de alguns arquivos possibilitou o andamento do trabalho.

Dito isso, devido à proposta inicial da pesquisa, as perguntas para as entrevistas foram feitas de forma semiestruturada (BRISOLA; MARCONDES, 2011), ou seja, com um roteiro prévio (Anexo A), mas que, no momento da conversa, poderia ser alterado. Essa característica me permitiu identificar, ouvindo as memórias e narrativas dos interlocutores/as, uma

¹⁵ Sobre os acervos e suas fontes. No Acervo do Arquivo Eclesiástico de Florianópolis foram localizados e transcritos quarenta documentos, entre cartas, ofícios, telegramas e processos nas pastas 214 Dioc. de Tubarão - Laguna 1911 – 1945 e 219 Dioc. Tubarão - Notícias - Laguna 1946 - 1954 - Laguna Ir. Ssmo, e S. Antônio 1911 - 1954 – Irmandades. No Acervo da Hemeroteca Digital Catarinense da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina: trinta periódicos digitalizados e disponibilizados online da cidade de Laguna. Sendo eles: A Verdade, O Município, O Futuro, A Cidade, Echolagunense, A ideia e A tarde. Todos no recorte de 1879 a 1930. No Acervo do Escritório Tectônico do IPHAN de Laguna: vinte e duas fotografias da cidade de Laguna, em específico, da região do antigo porto, praça central e capela de N. S. do Rosário. Todas datadas da primeira metade do século XX. No Arquivo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi localizado, lido e transcrito um processo de intervenção proibitória de 184 páginas - Devoção de Nossa Senhora do Parto - requerente; José Locks - requerido.

diversidade de espaços na cidade constituídos a partir da agência das populações negras. No entanto, dentre o mundo de possibilidades que a oralidade me possibilitou, tive de fazer escolhas, sendo o espaço do Rosário sempre um ponto central, de forma que escolhi, então, me debruçar sobre os espaços de devoção católicos que apareceram nas memórias e narrativas. Destaco também que os relatos orais me possibilitaram o exercício de detetive histórico, como coloca o historiador brasileiro Sidney Chalhoub,¹⁶ onde, a partir das pistas orais, construí uma investigação documental. Todos esses elementos articulados me fizeram definir o foco da pesquisa aos espaços de devoção católicos de forma a, com base nas evidências em diversos documentos, identificar os sentidos e sentires presentes em narrativas e memórias que possibilitam compreender a atribuição aos espaços de devoção na cidade – nos quais se constituíram irmandades e devoções religiosas, suas celebrações e disputas, permeadas de (re)existências – enquanto territórios negros a partir da agência negra, identificando os laços de solidariedade e as relações políticas. Aqui, território é entendido como constituído na demarcação concreta e/ou de sentidos de espaços onde as movimentações culturais, baseada em vivências coletivas, criam dimensões políticas que servem de referência para essa demarcação espacial na diferença com o outro. Na cidade de Laguna, considero, assim como Aloísio dos Reis, antropólogo negro, as irmandades, as sociedades recreativas, musicais e escolas de samba territórios negros (LEITE, 1990; SODRÉ, 1988; REIS, 1996a).

No movimento de pensar Laguna e a formação de seus espaços, percebi que as questões ligadas ao conceito de território e de territorialidade estão constantemente presentes em recentes trabalhos historiográficos que investigaram as experiências e agências das populações de origem africana e seus descendentes na cidade, no caso dos trabalhos de Reis (1996a), Nascimento (2006), Rosa (2011; 2021) e Sayão (2013; 2015a; 2015b), de forma que a presente dissertação tem o objetivo de contribuir para a ampliação da discussão.

Como diz a expressão “nossos passos vêm de longe”, o caminho sobre a discussão e visibilização sobre territórios negros na cidade foi iniciado por Aloísio Luiz dos Reis (1996a) e Maria Augusta Geremias do Nascimento (2006), ambos lagunenses assim como eu. Ao partir do campo da antropologia social, Reis debruçou-se a discutir acerca de territorialidades negras em Laguna tendo como ponto de partida a Escola de Samba “Brinca quem Pode” fundada em 1947, na intencionalidade de marcar um lugar de presença e de dinâmicas sociais

¹⁶ Nessa perspectiva, o trabalho de historiador se constitui parecido com o do personagem Sherlock Holmes - onde no trabalho com pista, suposições e de “um esforço minucioso de decodificação e contextualização de um documento, pode chegar a descobrir a “dimensão social do pensamento” (CHALHOUB, 1990, p. 16).

múltiplas, em suas palavras: “Uma instância associativa, de representação, de história compartilhada, em suma, um *lócus* de vivência e síntese da história da presença negra em Laguna” (REIS, 1996a, p. 23), a qual ele considerou junto de outras formas de associativismos negros (irmandades, sociedades musicais, sociedades recreativas) um território negro na cidade. Enquanto isso, Nascimento buscou pensar a partir da educação, sua área de atuação, uma perspectiva histórica sobre a socialização do escravizado em tempos de transição à liberdade com o estudo de caso da Escola Particular Mixta da Professora negra Julia Chrispina do Nascimento, fundada no ano de 1903. Nesse espaço, segundo ela, “A convivência entre os alunos, a disciplina escolar, os métodos de ensino e até conteúdos ministrados” (NASCIMENTO, 2006, p. 129) tinham relação com o modo de ser da professora e permite compreender não somente o espaço da escola, como, também, o próprio corpo de uma mulher negra enquanto território. Por sua vez, os trabalhos dos historiadores, Júlio César da Rosa (2011; 2021) e Thiago Juliano Sayão (2013; 2015a; 2015b), a partir da discussão sobre a presença, sociabilidade, associativismo e, muitas vezes, a invisibilidade das populações negras na cidade a partir de diferentes territórios, apresentam uma contribuição importante para pensar outros espaços, no caso, as sociedades recreativas e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. No trabalho com fontes variadas, em sua dissertação Rosa (2011) atentou-se para a temática dos clubes recreativos – em específico, a Sociedade Recreativa União Operária de 1903 e o Clube Literário Cruz e Sousa de 1906 –, pensando a formação desses territórios a partir das estratégias e tensões da construção de múltiplas identidades afrodescendentes no pós-abolição. Em sua tese, o autor fez um recuo no recorte temporal até o século XIX com o objetivo de perceber o entrelaçamento entre os personagens sociais da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna e as sociedades musicais, União dos Artistas e Carlos Gomes. A partir dessa investigação, estabeleceu a rede de relações entre os associados dessas agremiações antes e depois da abolição (ROSA, 2021, p. 21), pensando a constituição desses territórios enquanto “intervenção de uma parcela das populações de origem africana”, observando as múltiplas funcionalidades a eles imbricadas, como a possibilidade de estudo, profissionalização, estabelecimento de laços de solidariedade e comprometimento a partir de “rígidos códigos de conduta” (ROSA, 2011, p. 92). Sendo esses também marcados fortemente por questões como a constituição de identidades em uma sociedade pautada pelo racismo e pela lógica do embranquecimento. Sayão segue o mesmo caminho, voltando-se para a tentativa de perceber e entender as questões relacionadas à igreja e Irmandade de Rosário dos Homens Pretos da Laguna, assim como sua relação com a constituição de outros territórios e identidades (SAYÃO, 2015b). Sua produção parte também

de pensar na invisibilidade das populações negras não só a partir da Irmandade do Rosário, como também centrando na construção física do templo católico. No diálogo com bibliografias acerca da temática das confrarias no Brasil, traçou um paralelo da demolição da igreja em Laguna na década de 1930 com um contexto nacional de modernização. Todavia, concluiu também que tais demolições almejavam apagar os vestígios da presença de africanos e seus descendentes nos centros urbanos, sendo observados registros de demolições de igrejas do Rosário em cidades de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco (SAYÃO, 2015a, p. 864). Ao discutir uma visualidade da cidade construída a partir do apagamento da presença negra, Sayão buscou contribuir com a ampliação dessa imagem colocada. Para tanto, o autor sugere caminhos metodológicos que podem descortinar e ampliar essa visualidade, sendo esses caminhos a partir de fontes fotográficas e da interlocução com as narrativas orais (SAYÃO, 2013).

As produções apontadas até aqui contribuem em seu conjunto para esta dissertação no entendimento dos territórios negros estudados enquanto constitutivos de redes de solidariedade, parentesco, convívio, profissionalização. A partir daí, busco ampliar a discussão pensando nos territórios e os sentidos atribuídos a estes no presente, em especial, os espaços de devoção, tendo como ponto de partida as memórias e narrativas das populações negras¹⁷ sobre a Capela do Rosário e a Igreja Matriz. Acerca do primeiro espaço, identifiquei demandas do tempo presente que vêm sendo pleiteadas principalmente por coletivos ligados ao movimento negro e a setorial de cultura afro-brasileira da cidade, e tem tensionado narrativas acerca dos espaços patrimoniais do município, como, por exemplo, as demandas acerca do morro do Rosário, antigo território da irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Laguna, e a imagem sacra de sua padroeira. A primeira diz respeito a uma praça-monumento no antigo lugar da capela, demolida na década de 1930, e a segunda para uma disputa acerca da imagem de N. S. do Rosário presente na Igreja N. S. Auxiliadora, localizada no bairro Roseta (atualmente Progresso).

Já em relação ao segundo espaço, encontrei evidências de um conflito entre os membros de uma devoção religiosa, historicamente negra, com a autoridade eclesiástica ocorrido na primeira metade do XX, que permite levantar a hipótese que o espaço religioso principal da cidade também se configurava enquanto importante para as populações negras.

¹⁷ Importante apontar que há ampla produção historiográfica nacional que discute a temática desta pesquisa relativa a diversos contextos históricos (p.ex.: BORGES, 2005; CARDOSO; MALAVOTA, 2008; MALAVOTA, 2011; RASCKE, 2016; REIS, 1996a; SOUZA, 2001; SOARES, 2000).

Essa hipótese se adensa na medida em que aparecem outras evidências sobre diferentes formas de ocupar e socializar nesse espaço central.

O foco de análise dos espaços de devoção na presente dissertação está ancorado numa perspectiva teórico-metodológica na interlocução com o pensamento de intelectuais pós-coloniais e decoloniais – afrodiaspóricos, africanos e latino-americanos –, que contribuem para pensar conceitos e categorias que embasam a reflexão e interpretação das evidências presentes nas fontes de pesquisa em relação às experiências das populações negras no espaço geopolítico da Améfrica. Esse posicionamento político e epistemológico se alinha a uma perspectiva de construção de conhecimento que propõe o descentramento de paradigmas eurocêntricos, que se pressupõem hegemônicos, de análise histórica colocando-o em relação.¹⁸

Do ponto de vista metodológico, a História Oral fornece ferramentas importantes para a pesquisa, pois possibilita construir uma narrativa histórica “referente à experiência social de pessoas e de um grupo” a partir da memória (MEIHY, 2005, p. 17). O trabalho com a memória nessa perspectiva contribui também com o exercício de pensar as fontes orais na interlocução com outras documentações, de forma que a partir de um relato oral podemos traçar linhas antes não pensadas, dialogando com outras pessoas e informações, dando sentidos diversos às “fontes documentais do trabalho historiográfico” (LOZANO, 2006, p. 23). Neste sentido, entendo que o meu trabalho é pautado por uma “costura da memória”, conforme aponta a intelectual Rosana Paulino, artista plástica negra brasileira. Foi a partir de suas obras que visualizei minha relação com as pessoas da pesquisa, suas memórias e as fontes documentais (orais, sonoras e iconográficas). Em específico, destaco a obra “Parede da memória” (1994/2015), na qual Paulino constitui uma colcha de retalhos com onze fotografias de sua família multiplicadas até formar o painel com 1500 retratos, costurados em forma de patuás. Ao olhar para essa composição, deparei-me refletindo sobre as complexas camadas de existências no tempo. As memórias eternizadas nas fotografias olham para o observador e juntas evidenciam que contar uma história das populações negras no espaço da Améfrica requer um alinhar dessas memórias ancoradas em corpos negros (ANTONACCI, 2013), reconhecendo a multiplicidade das formas as quais elas se manifestam. Aliado a isso, a costura da memória no trabalho de Paulino se estende a uma produção multifacetada, que

¹⁸ A ideia aqui é pensar a partir da perspectiva de Glissant, intelectual afro-caribenho, e a sua perspectiva de poética da relação onde “O contato de culturas infere, todavia uma relação de incerteza, na percepção que ela se tem, ou na vivência que dela se pressente. [...] Nesta problemática, ninguém sabe como as culturas reagirão umas perante as outras, nem quais dos seus elementos serão preponderantes, ou considerados como tais, além das determinações do poder e da dominação. Nesse pleno-sentido, todas as culturas são iguais na relação.” (GLISSANT, 2011, p. 155-156).

permite refletir profundamente, em seu trabalho e nessa pesquisa, a estruturação dos papéis sociais e políticos das populações negras no Brasil (PAULINO, 2018, p. 12).

Tendo como base essa perspectiva, a ideia de interlocução é central para esse trabalho, sendo entendida enquanto a relação do pesquisador com as pessoas da pesquisa na construção do conhecimento histórico. Dessa forma, os(as) entrevistados(as) são interlocutores(as) que produzem conhecimento sobre si na relação com o eu pesquisador, fornecendo os elementos necessários para o trabalho de costura da memória. Essa que além de ser “incontestável da atualidade” e a presença do passado no presente (ROUSSO, 2016, p. 94) é entendida aqui a partir do que propõe Mbembe (2014, p. 180):

[...] a memória, tal como a recordação, a nostalgia ou o esquecimento, se constrói antes de tudo por imagens psíquicas entrelaçadas. É sob esta forma que ela surge no campo simbólico, e até político, ou ainda no campo da representação. O seu conteúdo são imagens de experiências primordiais e originárias que ocorreram no passado, e das quais não fomos necessariamente testemunhas. O importante na memória, na recordação ou no esquecimento, não é tanto a verdade como o jogo de símbolos e a sua circulação, os desvios, as mentiras, as dificuldades de articulação, os pequenos atos falhados e os lapsos, em suma, a resistência ao reconhecimento.

É possível pensar, portanto, a memória mobilizada de diferentes formas por populações negras no espaço da América, geradas a partir de experiências primordiais do passado das quais não necessariamente se foi testemunha, e analisada não pelo seu conteúdo de verdade ou resistência ao reconhecimento, mas como um dos caminhos profícuos para a construção de conhecimento sobre, com e a partir das pessoas interlocutoras desta pesquisa (MORTARI; WITTMANN, 2018). Isso porque as memórias são entendidas enquanto resultados das experiências e produção de conhecimento de pessoas circunscritas a um determinado tempo e espaço, portanto, ao corpo-política do conhecimento, noção elaborada a partir de discussões situadas no campo da decolonialidade latino-americana.¹⁹ Entendo, neste sentido, a produção de conhecimento enquanto um processo plural, longe de uma neutralidade cientificista do modelo cartesiano, onde as sensações, percepções e sentires do corpo não se separam da mente. A partir de um espaço geopolítico de experiência o corpo-política vive, sente e pensa; produzindo conhecimento através das sensações e sentires que o perpassa, processados na relação do sentir pensar (ESCOBAR, 2014; BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2020).

¹⁹ Tais discussões estão pautadas nas reflexões de diferentes autores (p.ex.: CASTRO-GOMEZ; GROSGOUEL, 2007; MIGNOLO; ESCOBAR, 2010; MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2006; WALSH; SCHIWIY; CASTRO-GOMEZ, 2002; BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2020).

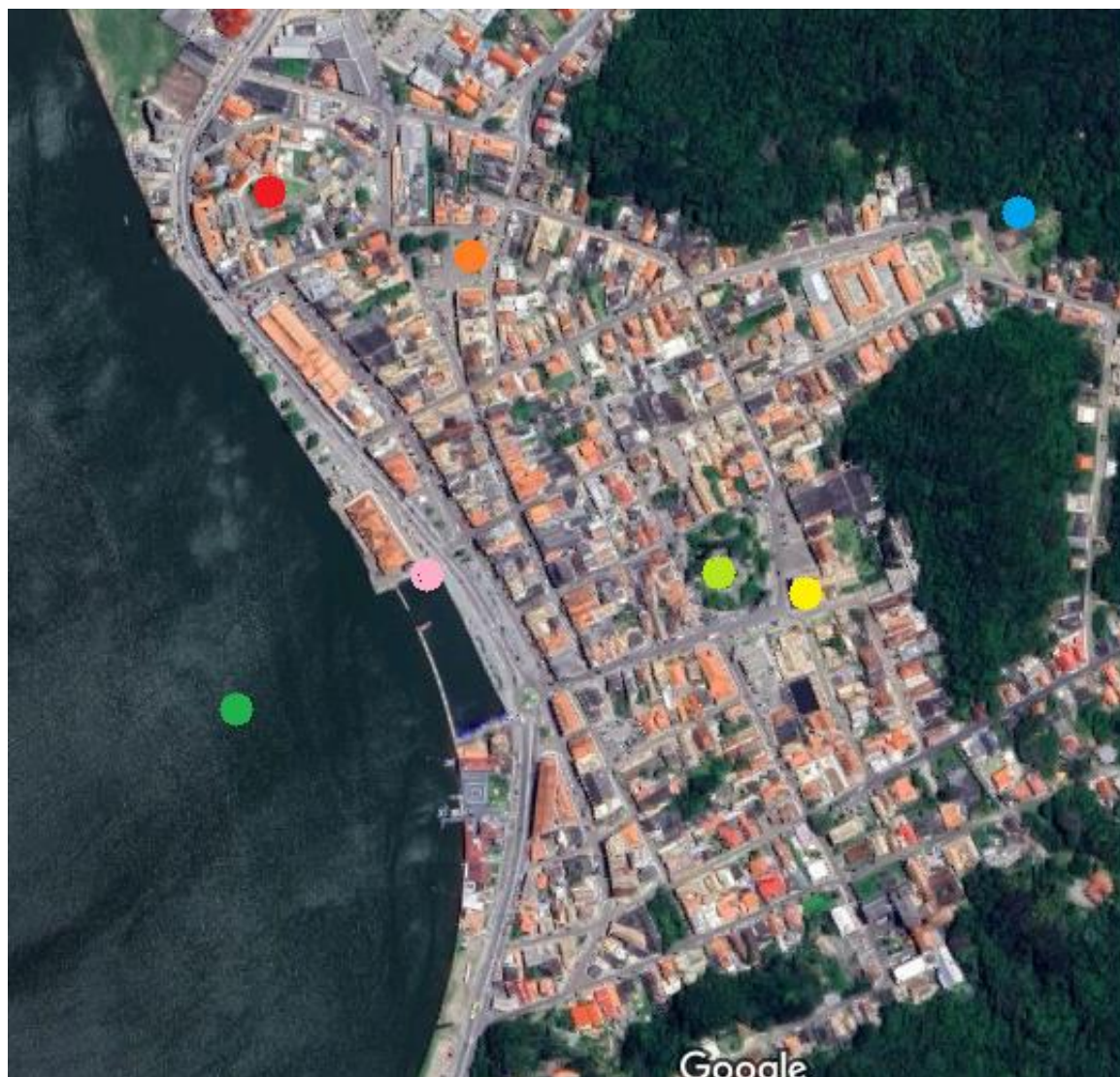
Tendo como base as noções apreendidas de Paulino, Rousso e Mbembe sobre memória, bem como, discussões pontuais sobre memória coletiva, individual e esquecimento (MEIHY, 2005), construí para essa investigação as seguintes categorias de análise: memória na política, memória sentimento e memória descritiva. No meu entendimento, as três são e estão indissociáveis na narrativa elaborada pelos interlocutores/as: elementos de sentidos de reivindicação e questionamento (memória na política), de sentidos afetivos, nostálgico, negação (memória sentimento) e de descrição (memória descritiva). Essa última faz-se necessária, pois ela estrutura a narrativa e vai alinhavando no processo de costura um momento de memória política e sentimento. Nela, muitas vezes, estão contidas informações pontuais que servem como pista para a investigação. São essas noções de produção de conhecimento e entendimento da memória que embasam meu trabalho e permitem que na relação de interlocução com as pessoas da pesquisa eu incorpore suas narrativas e perspectivas a historiografia de Laguna.

Narrativa é aqui entendida, conforme aponta o intelectual indiano Homi Bhabha (2007), para quem esta se constitui na forma que as pessoas subalternizadas, pela violência da colonialidade, sustentam uma crítica ao eurocentrismo se constituindo enquanto políticas frente às demandas por memória e as reminiscências de um passado que não só não passou como ainda é constituinte de experiências da sociedade (ROUSSO, 2016). Nesse sentido, a partir do tempo presente, em Laguna os (as) interlocutores (as) neste trabalho, mulheres e homens negros moradores da cidade, acionam suas memórias que estão pautadas nas suas histórias e experiências ao longo da vida, bem como de experiências de seus ancestrais, perpassadas através da oralidade.

A estrutura da dissertação é um convite para uma caminhada pela cidade a partir de memórias e narrativas negras, perpassando por dois espaços de devoção e as áreas que os cercam, sendo esses: a capela do Rosário e a Igreja Matriz. O mapa a seguir na Figura 1 contribui para visualizarmos a inserção do morro do Rosário no centro de Laguna e ampliar o olhar para a formação da cidade tendo como ponto de partida este território.²⁰ Nesse sentido, a proposta de caminhada centraliza o território do Rosário e propõe que se percorra dele até a Igreja Matriz.

²⁰ O traçado urbano do centro histórico de Laguna teve como pontos iniciais entre os séculos XVII e XVIII a igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos, o Campo do Manejo (atual jardim Calheiros da Graça), a região portuária (atual rua Gustavo Richard) e a fonte de água da Carioca. No ano de 1740, com a finalização da construção da casa de Câmara e Cadeia, o traçado urbano da cidade ganhou mais um ponto de referência e se constituiu entre esses pontos um polo cívico cultural (JARAMILLO, 2016). Esta configuração se diferencia de outras cidades coloniais que tinham a Igreja e Casa de Câmara e Cadeia em torno de uma praça central, como o caso de Florianópolis, por exemplo.

Figura 1 - Mapa situando o morro do Rosário no traçado urbano do centro de Laguna



- | | | |
|---|---|---|
| ● Morro do Rosário | ● Fonte da Carióca | ● Lagoa Santo Antônio dos Anjos |
| ● Igreja Matriz Católica | ● Antiga Região Portuária | ● Jardim Calheiros da Graça
(Antigo Campo do Manejo) |
| ● Museu Anita Garibaldi
(Antiga Casa de Câmara e Cadeia) | | |

Fonte: Adaptado de Google Earth (2022).

Dito isso, na primeira parte desta dissertação a abordagem está localizada no território denominado Morro de Nossa Senhora do Rosário, no centro da cidade de Laguna, e da capela nele construída na segunda metade do século XIX por africanos(as) e seus(suas) descendentes. O objetivo é perceber como as pessoas desta pesquisa contam e atribuem significado ao território do Rosário no presente e, ao mesmo tempo, construindo sentidos

possíveis sobre o passado. O que abre a segunda parte são as tramas, disputas e acontecimentos em torno da Devoção de N. S. do Parto dos homens de cor da Laguna criada na Igreja Matriz da cidade. Nesse sentido, busco construir uma narrativa histórica que possibilite evidenciar a Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos, no centro da cidade, um território negro constituído pela agência e (re)existências de africanos e seus descendentes. Em ambas as partes, o objetivo se constitui em, a partir da análise das entrevistas e de outros documentos históricos (processo, cartas, ofícios, jornais e fotografias) e na interlocução com as pessoas desta pesquisa, encontrar evidências que apontam para as vivências, as lutas e experiências presentes e ancestrais nas apropriações e ressignificações de estruturas ligadas à igreja católica marcadas por agências negras na constituição de laços de solidariedades e tensões no movimento por uma vida digna na América.

**Parte I – Memórias do Rosário:
devoções, celebrações e
(re)existências**

3 DO ALTO DO MORRO SE ESPIA A CIDADE: O TERRITÓRIO NEGRO DO ROSÁRIO

Eu estive naquela capelinha, já abandonada, mas estive. Feita pelos escravos... aquilo era uma relíquia para Laguna! Era toda feita de pedras, era tudo “pedrinha”, e as paredes eram muito largas... devia ter sido conservado! Não tinha nenhum valor material, mas tinha sentimental... eu fui ali algumas vezes com meus colegas, nos meus 14, dezesseis anos, mas já estava tudo abandonado! (LUCENA, 1998, p. 110).

A memória que abre esta seção é de meu avô, João Juvêncio Martins, que me falou de uma tal igreja dos marinheiros localizada no alto do morro do Rosário. Lagunense, nascido no ano de 1913, o Sr. João “Salame”,²¹ como era conhecido, narra a existência da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Laguna. Além do mais, ao fazer isso, constrói e dá sentido para o templo católico a partir de seus referenciais: “não tinha valor material, mas tinha sentimental...”. Foi uma surpresa, sem dúvida também uma emoção, encontrar no processo de leitura bibliográfica para a dissertação um registro oral deixado por ele, ainda mais falando do Rosário, no trabalho da área de geografia produzido por Liliane Lucena e publicado em 1998. Assim que encontrei as memórias do “vô” busquei uma forma de ter acesso ao conteúdo completo da entrevista realizada com ele. Após uma breve pesquisa, localizei Lucena com quem entrei em contato e comentei da importância desses registros para mim. Ela gentilmente se disponibilizou a procurar as transcrições das entrevistas e, assim que encontrou, me enviou. Meu avô virou um ancestral há bastante tempo, muito antes de eu seguir o caminho da História, mas ao encontrá-lo novamente nesses registros, por coincidência ou não, tive um pouco mais de certeza do caminho a ser trilhado.

A capela do Rosário, que ganhou sentido na memória de meu avô, segundo registros do memorialista branco lagunense Saul Ulysséa (1946), teve sua construção iniciada em 1845. Mas outros registros indicam que o morro onde se localizava, e “Salaminho” subia na adolescência, já pertencia a uma irmandade de africanos e de seus descendentes muito tempo antes, conforme indica o registro de 8 de março de 1828 no livro de Tombo e Foral dos Bens

²¹ Em suas palavras, a explicação do apelido: *Você pode sair a perguntar... o senhor conhece o seu João Juvêncio Martins? A não ser meus familiares, a maioria não me conhece. Mas se você perguntar pelo meu apelido: – O senhor conhece o Sr. “João Salame”... Ah! Vão lhe dizer, o João Salame é a vassoura aí da rua! Este apelido é herança do meu pai. Por que ele trabalhava numa casa de secos e molhados... E o dono desta loja ia para casa almoçar e armazenava um barril de cachaça. Era só abrir a torneira por que ele era adepto a banda da Carlos Gomes e tinha muitos amigos. Então o pessoal ia lá e eu ficava na venda com meu pai, porque eu não podia ir em casa sozinho, então eu comia salame com farinha...* (Entrevista concedida a Liliane Lucena, 1998).

do Conselho Municipal no qual consta que no dia três desse mesmo mês, na Rua do Potreiro, lado direito, número 1, foi medido o morro de propriedade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. No registro também consta que pela propriedade a Irmandade “pagava por ano” setecentos e vinte réis,²² o que permite supor que antes deste ano a Irmandade era proprietária de todo o morro. Neste sentido, Júlio César da Rosa, em sua tese de doutorado, sugere também a anterioridade da propriedade, pois em um requerimento da Irmandade dos Homens Pretos da Freguesia de Santo Antônio dos Anjos da Laguna ao então Príncipe Regente de Portugal, datado de 1803, os irmãos e irmãs do Rosário já articulavam a construção de sua igreja e já possuíam, conforme o requerimento, “[...] Um monte plano, alegre e próprio para a dita capela” (ROSA, 2021, p. 87). Segundo o memorialista Saul Ulysséa (1943), no século XIX, e possivelmente nos anteriores, acreditava-se que esse monte defendia a cidade de ser soterrada pelas dunas de areia em dias de “rebojo” (ULYSSÉA, 1943). Nesse sentido, protegendo ou não a cidade, essa elevação geográfica ganhou novos sentidos e significados no momento em que foi ocupada pela irmandade, passando a se chamar Morro de Nossa Senhora do Rosário. Desde então, é comum na Laguna se ter como ponto de referência, principalmente entre os mais velhos, como meu avô, o Morro e o Largo do Rosário, que se forma na encruzilhada de três ruas ao final da Praça República Juliana.

Foram africanos e seus descendentes, a maior parte na condição de escravizados como apontam alguns documentos²³, que ergueram a capelinha no alto do morro de N. S. toda em “pedrinha” que meu avô esteve e atribuiu valor sentimental. Pessoas da mesma condição e origem de sua avó, no caso a minha tataravó materna, como ele mesmo narra:

A minha avó verdadeira, mãe da minha mãe, veio da África. Não sabia de onde...veio com uns dez anos mais ou menos; foi roubada! Ela foi para a Bahia como escrava e de lá foi vendida para cá para a família Teixeira, que morava naquele sobrado que tinha ali no final desta rua.²⁴

Nesse sentido, é plausível supor que o narrar de meu avô se constituiu a partir do reconhecimento e referência a uma ancestralidade. A avó de meu avô se chamava Inês, nome que escutei nas histórias que minha mãe contava em casa, histórias essas passadas pela oralidade na família. Ouvi, por exemplo, que Inês depois que terminava a lida da casa gostava de sentar em seu banquinho, tirar o cachimbo que levava em uma bolsinha junto ao peito e fumar enquanto alguém lia o jornal para ela. Inês trabalhou a vida inteira para os “Teixeira”.

²² Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 01.

²³ Transcrição da ata da eleição da Irmandade de N. S. do Rosário realizada no dia cinco de dezembro de 1836 (ULYSSÉA, 1946, p. 148-149).

²⁴ Entrevista concedida a Liliane Lucena em 1998.

Faleceu devido aos ferimentos causados por um acidente doméstico acendendo o fogão à lenha onde cozinhava. Sua história sempre me intrigou. Com algumas informações, pesquisando nos registros de óbito, descobri que ela morreu aos noventa anos em 1942,²⁵ e sendo assim, provavelmente nasceu em 1852 em África. Cruzando com a memória de meu avô, é possível supor que ela teria então chegado à cidade de Laguna em 1862. Teria Inês sido devota ou ter contribuído para a construção da capela? Não localizei registros que apontem o fato, mas é possível imaginar, haja vista este espaço de devoção ter sido marcado pela presença africana e afrodiaspórica na cidade, que a experiência dessa mulher, passada para seu neto a partir da memória situada em sentimentos, tenha constituído os referencias com os quais ele atribuiu valor sentimental ao patrimônio negro do Rosário.

Figura 2 - Vista frontal da capela de Nossa Senhora do Rosário, Laguna, 1927



Fonte: DALL'ALBA (1979, p. 117).

²⁵ Certidão de óbito pesquisada nos registros do site *Family Search*.

Na Figura 2, é possível ter uma vista frontal e aproximada no ano de 1927 da capela construída pela Irmandade dos Homens Pretos da Laguna. Nesse período, segundo meu avô, a capela já estava abandonada. É interessante observar que o ano da fotografia é o mesmo em que ele tinha catorze anos, quando subiu no topo do morro e esteve na capelinha “Relíquia para Laguna”, ou seja, o registro fotográfico é adensado pela narrativa oral e juntos contribuem para contar uma história a partir de memória das populações negras da cidade que em diferentes presentes ganha novos sentidos.²⁶

O interessante a se pensar, a partir desses registros, é como pessoas negras da cidade de Laguna mobilizam suas memórias sobre esse espaço de devoção e como, a partir dessas, podemos construir uma narrativa histórica que evidencie suas perspectivas. As memórias que apresento são entendidas a partir do diálogo com o historiador camaronês Achille Mbembe, segundo o qual: “as formas negras de mobilização da memória da colônia variam segundo as épocas, aquilo que está em jogo e as situações” (MBEMBE, 2014, p. 179). Mbembe fala principalmente dos contextos africanos. Porém, se considerarmos a colonialidade enquanto um projeto, podemos traçar uma relação entre a memória da colônia e a memória na América. Nesse sentido, as memórias negras de Laguna, acionadas em diferentes presentes, geram representações que “vão desde a comemoração ativa ao esquecimento, passando pela nostalgia, pela ficção, pelo recalçamento, pela amnésia e pela reapropriação, até diversas formas de instrumentalização do passado nas lutas sociais em curso” (MBEMBE, 2014, p. 179-180). Identifico com isso memórias perpassadas por questões na política, quando, por exemplo, reivindicam que aquele templo “devia ter sido conservado!”, como dito por meu avô. Nesse sentido também, a memória que vem da experiência coletiva e individual, constitui-se a partir de sentimentos de pertencimento, valorização e ancestralidade e, por isso, a “capelinha” construída pelos escravizados tinha valor sentimental para meu avô.

É nesse caminhar, e no exercício da costura da memória, que nesta seção trarei as outras pessoas dessa pesquisa, mulheres e homens negros que entrevistei, para seguir a reflexão sobre o território do Rosário, entendido aqui enquanto um espaço que serviu em diferentes momentos históricos como referencial de pertencimento e de constituição de identidade e identificações relacionadas a um grupo racializado historicamente, e que em Laguna, esse espaço se constituiu na junção de três elementos: a irmandade, o morro e a capela (REIS, 1996a). Busco identificar como esse território é narrado e as disputas acerca

²⁶ Tanto a memória de meu avô quanto a fotografia são registros de um período um pouco antes da demolição da capela, que aconteceu provavelmente em 1933. Posteriormente, abordarei um pouco mais desse contexto.

dele a partir das memórias no presente de alguns dos meus interlocutores, identificando evidências que permitam constituir sentidos e significados a este espaço de devoção e seus elementos e ao protagonismo de pessoas negras na cidade em diferentes momentos históricos. Nessa perspectiva, alguns outros registros históricos referentes ao século XIX e XX vão contribuir com o processo de busca de sentido para a capela ao alinhar as informações dos registros orais utilizados na costura da memória e na construção de narrativa histórica que incorpore as perspectivas dessas pessoas a ela.

3.1 SENTIDOS ATRIBUÍDOS NO MOVIMENTO DA VIDA: A CAPELA E A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DA LAGUNA

Quando comecei a escrever meu projeto de pesquisa, a primeira pessoa que pensei em entrevistar foi Claudete do Nascimento, lagunense, 54 anos, professora do município e militante nos movimentos sociais negros de Laguna que conheço há bastante tempo, pois ela e minha mãe são comadres, como se costuma dizer de uma relação de amizade por apadrinhamento de filhos. Mas foi pesquisando sobre as questões negras da cidade que descobri que Claudete também estava envolvida com tais questões, desenvolvendo atividades no âmbito escolar e junto ao Instituto de Inclusão Social Gangazumba – Movimento Negro de Laguna/SC. Destaco que o meu lugar enquanto participante de laços de relações, a partir de minha família materna, com alguns entrevistados(as) serviu como base inicial para a pesquisa, onde o conhecer e ser conhecido possibilitou uma maior aproximação com as pessoas.

Dito isso, foi em fevereiro de 2020, conversando com a Claudete que comecei a traçar minha rede de entrevistados. A professora foi a primeira a se disponibilizar. Um ano depois realizamos nossa conversa *online*, devido às restrições da pandemia de coronavírus. A entrevista foi estruturada em forma de “história de vida”, na qual a trajetória de vida do indivíduo tem relação com o tema pesquisado (ALBERTI, 2013), no caso, a presença negra em Laguna a partir de suas vivências. Diferentes temas foram desenvolvidos na conversa, a partir de perguntas semiestruturadas feitas por mim. Claudete trouxe as memórias de sua infância na localidade do Farol de Santa Marta; compartilhou histórias sobre suas tias avós, também professoras e filhas de Julia Crispino do Nascimento, professora negra, que no ano de 1903 montou uma escola mista para a alfabetização na cidade e se constituiu enquanto uma

referência para a comunidade.²⁷ Claudete também se emocionou ao relembrar os tempos de infância e juventude, quando vinha passar as férias na casa da avó materna, e contou histórias sobre seu bisavô, um exímio carpinteiro dono de barcos e confrade da Irmandade do Rosário. Quando perguntei sobre sua relação com Laguna, seu olhar sobre ela, a professora abordou suas experiências enquanto uma mulher negra militante, que gosta muito da cidade, e em suas ações, seja na prática docente ou junto aos movimentos sociais, busca contribuir com uma luta antirracista. Nesse sentido, assim como Beatriz Nascimento (1977), que alertou para uma história omissa e deformada do negro, a professora fez reflexões importantes a partir de suas perspectivas sobre as “histórias mal contadas de Laguna”.

É nesse ponto da conversa que identifiquei como central a história da capela de Nossa Senhora do Rosário, tendo destaque na fala de Claudete com sentidos atribuídos na relação com sua história de vida e experiências na cidade. O trecho transcrito a seguir veio como resposta à seguinte pergunta: quais lugares fazem parte da história negra da cidade e que você considera importante que tenham suas histórias contadas?

A história bem importante é a história da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Essa história é bem importante porque — isso a gente veio discutir depois, eu já participei de seminário com o Thiago Sayão a gente conversou a pesquisa dele — foi uma história que foi muito encoberta, uma história mal contada, na verdade. A gente vai vendo, lendo e entendendo que a história é mal contada. Porque o que acontecia não é; pensa uma igreja construída para o negro de uma irmandade de negro que ficava em destaque onde podia ser vista de qualquer lugar, enquanto a Igreja Matriz, que era dos brancos, ficava aqui no pé de morro. Como é que deixaram uma igreja cair sendo que em todo Brasil a maioria das Igrejas de Nossa Senhora do Rosário estão de pé. Tu vais a Florianópolis... vários lugares, são construções sólidas. Como é que aqui em Laguna foi demolida? E a Matriz? Que foi construída pelas mesmas pessoas, foram os negros; os negros construíram a Matriz e construíram a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Com a mesma é... A mesma inteligência; com a mesma arquitetura. [...] Tu não achas a história bem mal contada? Eu acho essa história bem mal contada [...] Porque essa história é uma história contada em lugar nenhum. Não era contada na escola, não era contada na Igreja, não era contada (NASCIMENTO, 2021, s.p.).

A professora Claudete não viveu a época em que a capela estava de pé, tão pouco fez menção de ter obtido conhecimento da história em suas vivências familiares. “Só vim descobrir que a igreja do Rosário foi construída por uma irmandade dos pretos bem depois, imagina! [...] Porque é uma história que muito pouca gente sabe, assim, não sei”. Porém, foi a igreja que ela destacou em primeiro lugar enquanto importante para a história negra da cidade. O que isso nos revela? Primeiramente, um narrar que mobiliza uma memória coletiva que dá

²⁷ Ver: NASCIMENTO, Maria Augusta Geremias do. **A socialização do escravo em tempos de transição à liberdade**: Julia Chrispina do Nascimento, mulher negra e professora (Laguna, SC - 1884/1947). 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Laguna, 2006.

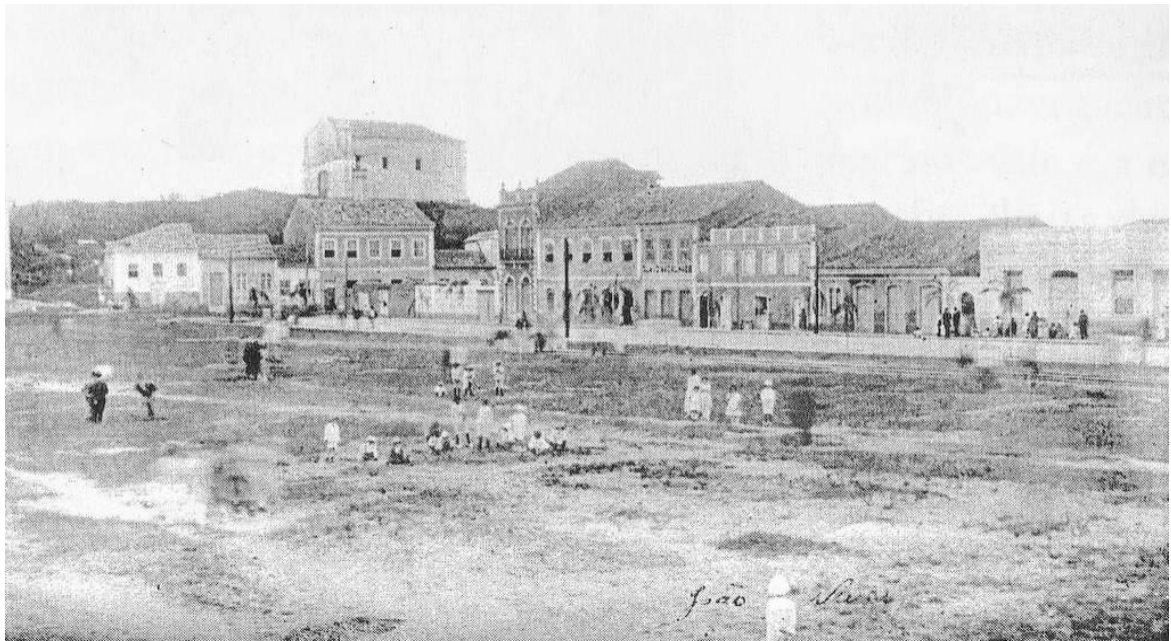
significado de importância, e reivindica para si a história da igreja. Uma memória que se contrapõe, por exemplo, ao que falou Oswaldo Rodrigues Cabral, historiador que na primeira metade do século XX foi um dos responsáveis por definir o panorama historiográfico acerca de Laguna e do Estado, em seu livro *Laguna e outros ensaios* (1939), onde coloca que a presença de escravizados na então província de Santa Catarina foi insignificante e que, portanto “Não é de admirar que, com a reduzida porcentagem de cativos existentes em Santa Catarina que nada ou quase nada tenha ficado em nossa literatura e em nossa história a seu respeito” (CABRAL, 1939, p. 166). Na narrativa de Cabral temos uma pista do porquê a história do Rosário não era contada na igreja ou na escola, como destacado por Claudete. No período em que a professora estava na escola como estudante, que compreende a década de 1970 e início de 1980, a historiografia local estava pautada ainda na do início do século. Nesse contexto também, segundo o historiador catarinense João B. Bitencourt (2016a; 2016b), a historiografia se aliou à economia e buscou reafirmar a importância da cidade por seus elementos republicanos e de colonização, aliados à valorização das belezas naturais e arquitetônicas que transformaram Laguna em patrimônio histórico artístico nacional. O tombamento de seu centro em 1985 oficializou um discurso de “cidade histórica” e turística, porém, como destacado por Claudete, deixou encoberta e mal contada muitas outras histórias.

Claudete narra a igreja em um lugar de destaque e em contraponto a Igreja Matriz, que seria dos brancos: “uma igreja construída para o negro de uma irmandade de negro que ficava em destaque onde podia ser vista de qualquer lugar, enquanto a Igreja Matriz, que era dos brancos, ficava aqui no pé de morro”. A Irmandade dos Pretos que a professora tem como referência possui um histórico muito mais longo na cidade do que supõem os registros dos memorialistas da família Ulysséa (1946; 1976), que datam sua criação em 1835. Além do requerimento enviado ao príncipe regente português datado de 1803, localizado por Rosa (2021), encontramos referência à Irmandade em outros registros. O religioso José Pizarro e Araujo, ao escrever sobre a localidade da Laguna no livro sobre memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias do Vice-Reinado entre 1820 e 1822, cita uma Provisão de quatro de outubro de 1745 onde aponta a existência de dois possíveis nomes da então vila do sul catarinense; justamente nessa provisão citada por ele, que possibilita indicar o nome Santo Antônio das Areias como anterior ao dos Anjos da Laguna, confirma também a existência da Irmandade dos Pretos na localidade ao se referir à aprovação de seu compromisso (ARAUJO, 1820-1822). Nesse sentido, esse registro indica que a Irmandade dos Pretos é anterior à Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Antônio, fundada por brancos em 1753 na Igreja Matriz (ULYSSÉA, 1976). Esses fragmentos ao serem costurados com a memória de

Claudete e articulado aos sentidos que ela atribui à capela, como contraponto a Igreja Matriz, permite mudar a perspectiva do olhar e identificar, na agência histórica de sua população negra, a constituição social da cidade, que teria tido sua primeira confraria e templo católico de maior destaque na paisagem constituídos pela agência e (re)existência de africanos e seus descendentes.

Figura 3 - No alto do morro, a capela de Nossa Senhora do Rosário, Laguna, início do séc.

XX



Fonte: ULYSSÉA (2004, p. 316).

Nesse sentido de costura da memória negra utilizada como metodologia para construir uma narrativa histórica reflexiva sobre os papéis sociais e políticos das populações negras no Brasil (PAULINO, 2018), trago um panorama da orla de Laguna para refletir o destaque que a capela do Rosário ganha na memória de Claudete. O registro fotográfico da Figura 3 nos faz imaginar, por ter um ponto de vista panorâmico, como seria caminhar pela cidade de Laguna no início do século XX. Esse imaginar – coloco no sentido de criar uma imagem possível do passado (BENJAMIN, 1985) – ganha outros sentidos quando, a partir da fala da professora, é possível identificar em destaque no alto do morro a igreja “[...] construída para o negro de uma irmandade de negro [...]”. A imagem não contém um sentido em si imanente. Os processos físico-químicos e digitais que ela passou não podem prender no material uma dada essência, ou significado. A fotografia é uma imagem em um suporte específico, um objeto que ao longo do tempo, enquanto for conservado, terá sentidos atribuídos a partir dos lugares e

circunstâncias sociais que estiver (MENESES, 2003). Sendo assim, o sentido que esse registro ganha aqui é o de destaque para o protagonismo histórico negro que, evidenciado na fala de Claudete, permite a construção de um olhar mais plural sobre o passado da Laguna, diferentemente das narrativas tradicionalmente brancas.

Seguindo no trabalho com a memória, entendo que este requer um exercício de “[...] ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado por meio do estudo aprofundado de experiências e visões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu” (ALBERTI, 2013, p. 30). Uma pista dos motivos que levaram a professora Claudete mobilizar a memória a partir desse olhar, e pode contribuir para entender no presente os sentidos e significados da capela do Rosário para a população negra da cidade, é a menção à pesquisa do historiador Thiago Sayão e as discussões promovidas em um semanário.²⁸ Tal articulação está relacionada à participação de Claudete no movimento social negro da cidade. Sendo assim, ao incorporar as narrativas históricas discutidas no seminário, é de um lugar de militância que ela atribui sentido no presente às experiências negras do território do Rosário. O que me faz sugerir que a memória da professora acerca desse espaço é uma memória coletiva politicamente situada. É a partir da “reapropriação” e da “instrumentalização do passado na luta social” (MBEMBE, 2014) que identifico a memória da professora enquanto uma *memória na política*. Ou seja, os elementos que dão pertencimento ao protagonismo negro a partir da memória são construídos na relação de questionar as narrativas coloniais sobre a cidade. Ao questionar a demolição da igreja, destacando outras construções, ela identifica o protagonismo negro na cidade não só na constituição do território do Rosário como também de outros espaços, como a Igreja Matriz. O pertencimento se dá na luta política manifestada em representações da memória.

Passei a perceber que a narrativa sobre o território do Rosário, em específico aqui a capela, constitui-se no presente por elementos de reivindicação e questionamento de uma história oficializada que dão sentidos políticos a esse espaço de devoção. No entanto, os sentidos políticos não estão desassociados dos afetos e dos sentires. Com isso, penso que o Rosário no presente ganha sentidos também em lembranças relacionadas a pessoas ou histórias próximas temporalmente, ou, afetivamente das trajetórias vida de outros interlocutores/as dessa pesquisa.

²⁸ Seminário “Revisitar Laguna: O Sul do Brasil na História Atlântica”. Organizadores: Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC) e Thiago Juliano Sayão (UFSC). Realizado nos dias 12 e 13 de novembro de 2016, que resultou na obra recém lançada do mesmo nome.

Apesar de a professora Claudete ter sido meu primeiro contato, minha primeira entrevista foi com Antônio Luiz dos Reis, advogado e integrante do movimento social negro da cidade. Enquanto um lagunense de 73 anos possui memórias mais próximas da existência da capela do Rosário, e mesmo não a tendo visto pessoalmente, narra alguns episódios que lhe foram passados por ancestrais através da oralidade. Com as evidências em suas memórias é interessante observar possíveis sentidos para o território do Rosário, não só no presente como, por exemplo, no período que se seguiu a demolição da capela.

A conversa aconteceu de forma *online* no dia dois de fevereiro de 2021. As perguntas, pensadas não como um roteiro fixo, possibilitaram uma interlocução onde o Sr. Antônio: falou sobre sua infância e juventude na cidade; lembrou causos de família e de amigos; contou histórias sobre o carnaval; falou com bastante carinho das sociedades musicais e atribuiu sentidos a espaços e experiências negras na cidade. Em específico, destaco a questão da musicalidade trazida em nossa conversa, porque, foi a partir da relação da música com alguns de seus ancestrais que ele começou a narrar suas memórias individuais e coletivas. Ele lembrou de histórias de seu pai, Antônio dos Reis, conhecido como Cacique; de seu tio Paulo Tibúrcio dos Reis, conhecido como Paulinho Baeta, e de seu padrinho, João Juvêncio Martins, todos foram músicos das Sociedades Musicais *União dos Artistas* e *Carlos Gomes*. Essas duas agremiações foram destacadas por Sr. Antônio como espaços importantes para a história das populações negras em Laguna, estando presentes na cidade desde o século XIX. A “União”, fundada em 1860, desde o início contou com um número expressivo de escravizados (CABRAL, 1951). Já em 1881, é fundada a *Sociedade Musical Santa Cecília*. Com um caráter semelhante à União, essa sociedade promovia o ensino de música e realizava variados eventos em que promovia a agenda abolicionista. Posteriormente, seu nome mudou para *13 de maio* e tempos depois para *Carlos Gomes*, em alusão ao famoso compositor paulista; este último dura até hoje. A partir do ensino de música e da participação em eventos sociais contribuíram com a construção de uma identidade lagunense, mas não somente isso, ambas se configuraram em associativismos negros, onde, ao longo de suas histórias se tornaram espaços de vivências e agências da população negra na cidade (REIS, 1996a; ROSA, 2021). Para o Sr. Antônio são também espaços de muitas histórias e aventuras.

As histórias deles também [...] havia muitas aventuras deles de orquestra porque eles saíam... [viagens]. Lembro-me de uma história do Jazz municipal ou da banda, que eles saíram na direção de Jaguaruna e viajaram um pouco de barco e aquela coisa toda e tal. Então era muito engraçada as memórias deles, não é?... De quando contando as suas histórias. Isso então era muito, quer dizer, uma tradição oral. Isso passava até pela oralidade, então era uma coisa que a gente não tinha como gravar;

não tinha muito o recurso de gravação, e é bom que você consiga resgatar algumas coisas porque é muito enriquecedor (REIS, 2021a, s.p.).

Foi reconhecendo a importância da oralidade e na interlocução comigo, discorrendo a partir do tema narrativas históricas da cidade apontadas, que o Sr. Antônio fez uma reflexão sobre “quem conta a história de Laguna” e logo em seguida falou a primeira vez sobre o território do Rosário.

Você estava falando uma coisa, por exemplo, da questão da história que é contada. A história que é contada é por aqueles que tinham realmente o *poder da escrita*, da imprensa, isso não estava, por exemplo, a sociedade... [pausa] Esse poder não estava restrito a determinadas, digamos assim, classes ou etnias como seria a nossa etnia racial. Então dava essa *conotação de oralidade* que tem muito haver com a etnia indígena e de origem africana também, que as coisas passam no sentido oral. *A gente ouvia muita história*. Então, por exemplo, a história da igreja do Rosário era muito recorrente, até porque como você já estudou, a Irmandade do Rosário tem um papel fundamental nessa socialização da etnia afro-brasileira. Ela permitiu uma certa socialização, inclusive uma forma de manter a cultura afro trazida da África e que foi apagada em um certo sentido pela escravização (REISa, 2021, s.p., grifo nosso).

A fala do Sr. Antônio possibilita pensar algumas coisas, a primeira é o sentido de importância que a oralidade ganha enquanto uma estratégia frente ao epistemicídio que pontuou Carneiro (2005). Esse, praticado por aqueles que detinham o poder da escrita, fixada pela colonialidade do saber como meio central de difusão do conhecimento, fez com que não somente as histórias das populações indígenas e de origem africana não fossem, muitas vezes, contadas, mas que não eram passíveis ou importantes haja vista que populações indígenas e negras são vistas como não *cognoscentes*. No entanto, como colocou o Sr. Antônio: “A gente ouvia muita história”. A segunda questão é pensar que tipo de memórias são mobilizadas no presente para dar sentido ao território do Rosário. Nessa perspectiva, identifico *memórias sentimento* sobre o espaço de devoção do Rosário, vinculada a vivências e pessoas de sua infância.

Eu não cheguei a ver a igreja de pé, evidentemente, ela foi demolida por volta de 1930 e eu nasci em 1948, mas eu me lembro ainda que havia inclusive o padrinho tocando, o pai tocando. Havia uma festa religiosa ainda com reminiscência do Rosário, isso ali por volta de 1954 por aí, ainda se fazia isso! E ali [no morro do Rosário] eu me lembro que a gente via parte, não sei se... — agora faz tempo que não vou ali em cima —, mas existia ainda no solo parte da estrutura da igreja (REIS, 2021a, s.p.).

É possível que nesses momentos festivos, por exemplo, o Sr. Antônio tenha ouvido histórias sobre aquele espaço e essas histórias tenham preservado a memória coletiva de uma Irmandade que, pela agência histórica de uma população racializada em um sistema de

escravidão, significou um espaço possível para essas pessoas resistirem, reinterpretarem e criarem novas formas de ser e estar no mundo, a partir da experiência na Améfrica, marcada por matrizes africanas de conhecimento (GONZALEZ, 1988). Nesse sentido, penso ser no cruzamento dessas memórias que possuem afeto com pai e padrinho, por exemplo, com uma memória ancestral de reconstituição de vidas e de resistências no contexto da escravidão é que fazem o território do Rosário ganhar sentido afetivo no presente.

Mas assim, o que a gente tem uma afeição muito grande por essa igreja é pelo que ela representou em termos de amparo social para muitos negros na Laguna. Porque uma das [funções] que a gente sabe, que a gente já pesquisou também; procurou se interessar, é que uma das funções da Irmandade era também era angariar fundos para cartas de alforria, então era uma forma de libertar também os que ainda se encontravam escravizados (REIS, 2021a, s.p.).

O Sr. Antônio demonstrou muito conhecimento e interesse pela história da igreja e da Irmandade do Rosário de Laguna, sendo possível observar durante a nossa conversa suas leituras acerca dos temas de irmandades negras no Brasil, bem como, de bibliografias da própria cidade, informações que incorporadas em sua narrativa, contribuíram com o processo de atribuir sentido ao território do Rosário. Logo, penso ser importante para a proposta dessa dissertação trazer sua narrativa, constituída a partir de suas memórias sentimento, suas pesquisas, sua atuação no movimento negro da cidade. Ao alinhar esses elementos em uma *memória informativa*, o Sr. Antônio atribui valor ao Rosário, apontando ligações com as Áfricas e ampliando em sua perspectiva o pertencimento das populações negras na cidade de Laguna para além de uma objetificação do escravizado, atribuindo agência e protagonismo no processo de construção da própria liberdade e formas de fé e celebração. Nesse sentido, apresento a memória informativa, repleta de sentidos, dada em resposta à seguinte pergunta:

Eu — O senhor diria que a igreja do Rosário é um patrimônio que existe na nossa memória?

Sr. Antônio — Na nossa memória! Exatamente. É muito importante porque se você analisar a irmandade como um todo tinha uma coisa muito importante: ela serviu primeiro para uma socialização. Tinha gente que era escravizada, tinha gente que já tinha nascido livre, tinha libertos. Então era um pessoal que, quer dizer... a gente analisando a história da irmandade a gente sabe que era uma forma de cooptação da igreja católica do povo escravizado, dos libertos também. Dos negros em si que não tinha uma expressão social, digamos assim, uma identidade preservada de uma forma mais organizada. E a irmandade do Rosário permitiu que houvesse essa socialização, ela deu visibilidade à cultura negra. Uma coisa interessante; as festividades, você deve ter ouvido também nas histórias que o padrinho deve ter te contado, era coroado um rei e uma rainha nas festas! Tinha batuque, isso não era uma coisa católica. Na festividade da padroeira Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que era a denominação, a festividade prosseguia de uma forma que havia uma manifestação já mais de matriz africana com batuque. Havia uma espécie de congado, de uma corte deste rei e dessa rainha. Essa irmandade criou uma forma

de “aparentar”. [...] Vinham africanos de vários pontos da África, de tribos diferentes, quer dizer, num sentido assim que não houvesse essa afinidade para talvez impedir a revolta. [então] Essa irmandade do Rosário ela permitiu novamente uma forma de aglutinar e a cultura pelo menos ser restaurada (REIS, 2021a, s.p.).

Em sua memória, o Sr. Antônio se refere a um tipo de experiência ocorrida em Laguna que, ampliando nosso olhar, podemos encontrar em várias partes do Brasil. Diferentes estudos apontaram para a importância das irmandades e associações religiosas formadas por populações africanas e de seus descendentes. Sayão (2015a) identificou que tais estudos, principalmente os que focam no contexto anterior à abolição, estão pautados principalmente em documentações eclesiásticas dos séculos XVIII e XIX. Neles, as irmandades são entendidas enquanto “espaços de controle social da Igreja Católica, mas também como territórios de resistência da cultura africana e afro-brasileira” (SAYÃO, 2015a, p. 133-134).

No caso de Laguna, a fala de seu Sr. Antônio pode nos levar, por exemplo, para o dia vinte e cinco de dezembro de 1836, quando o Rei Francisco Vaga, preto-forro, e a Rainha Jozefa, escravizada, assinavam a ata da reunião de mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Laguna (ULYSSÉA, 1946). Nesse mesmo dia, foram eleitas vinte e cinco pessoas para diferentes cargos (Juiz, Juíza da Vara, Juíza de Ramalhete, Capitão de Mesa, Mordomo, Andador, Procuradores, Irmãos e Irmãs de Mesa), entre mulheres e homens; escravizados, forros e livres.²⁹ A eleição naquele ano, que definiu a ocupação dos cargos da irmandade para 1837, deu-se em decorrência da realização da festa de sua padroeira. Provavelmente, nessa festa a cidade encontrar-se-ia tomada por sons e ritmos trazidos das diversas Áfricas, misturados aos ritos católicos, que comporiam juntos uma paisagem sonora³⁰ de múltiplos elementos, dentre eles, os de fé e ancestralidade. Em meio a um foguetório caprichado, Jozefa e Francisco, rainha e rei coroados, conduziriam sua corte formada de irmãos e irmãs do Rosário, percorrendo em procissão as ruas da Laguna.

A existência da ata do dia vinte e cinco de dezembro de 1836 da Irmandade do Rosário

²⁹ Nomes por cargos: Juiz - Matheus (preto forro); Juíza da Vara - Rita (escravizada); Juíza de Ramalhete - Alexandra (escravizada); Capitão de Mesa - Dom (escravizado); Mordomo - Paulo (escravizado) 20 Bs. Joaquim (escravizado); Procurador Geral - Teixeira Machado; Andador - João (escravizado); Irmãos de Mesa - Gregorio (escravizado); Matheus (escravizado); Antonio (escravizado); Antonio (escravizado) João (escravizado); Irmãs de Mesa - Maria (escravizada); Rita (escravizada); Sipirina (escravizada); Francisca (escravizada); Roza Maria de Jesus (preta - forra); Procuradores das Caixas - Pescaria Brava/Tubarão/Areias - Theodozio (escravizado); Joaquim (escravizado); Manoel (escravizado); Tezoureiro - Fidelis José Fraga.

³⁰ O conceito de *paisagem sonora* representa, segundo o educador musical e ambientalista canadense Raymond Murray Schafer, a turbulência de prazer e dor que nossos ouvidos experimentam do momento em que acordamos até quando vamos dormir (SCHAFFER, 2019, p. 127). Nessa perspectiva, todos os sons percebidos ao nosso entorno podem compor uma paisagem. Assim como nossos olhos captam a imagem de um determinado lugar, como uma fotografia, formando uma paisagem imagética, nossos ouvidos captam o som e formam uma paisagem, no entanto, sonora. Essa paisagem não necessariamente precisa ser ouvida pelo sujeito na hora, pode ser identificada e traçada posteriormente, pois deixa registros. Pinturas, documentos, fotografias e literatura são alguns exemplos de fontes apontadas por Schafer onde podemos identificar uma paisagem sonora.

da Laguna é um registro muito importante, além de ser um dos poucos sobre ela no XIX, que permite dar nome às pessoas e possibilita, a partir das evidências, construir uma interpretação sobre suas experiências e (re)existências na cidade, conectando-as com tantas outras no Brasil. A presença de um rei e de uma rainha coroados no decorrer do ritual de devoção à Nossa Senhora do Rosário permite identificar formas de celebrar relacionadas com manifestações como as das Congadas e Cacumbis, essa segunda mais a partir de Santa Catarina, como apontou Reis (1997). Tais formas de celebrar em Laguna, constituídas a partir de referenciais africanos, principalmente de populações das regiões central e meridional do continente, misturados a uma tradução de um catolicismo português, apontam para uma agência histórica de populações de africanos e seus descendentes em Laguna, assim como outras regiões do Brasil, onde, como coloca Souza (2001), a partir das eleições e coroações realizadas pelas irmandades e confrarias, novas identidades eram construídas a partir da recriação de experiências nas Áfricas como a união de diferentes grupos de famílias em torno da figura de um rei e rainha eleitos.

O registro de uma festa e eleição realizadas pela Irmandade do Rosário de Laguna permite sugerir, além da existência de práticas de fé e festividades, que essa organização, assim como outras no país, buscou formas de socialização, como característica importante destacada por Sr. Antônio. Infelizmente, a falta de documentação sobre a Irmandade de Laguna, como, por exemplo, seu compromisso ou atas das reuniões, não permite afirmar ao certo quais outras funções ela exercia. Porém, ao observarmos em paralelo com outras irmandades, é possível supor um espaço de associativismo, como colocado por Rosa (2021), onde, pela definição das historiadoras Lucia Helena Silva e Regina Xavier (2019) tais espaços têm uma atuação bastante ampla.

De fato, podemos entender o associativismo como as diversas formas de agenciamento da comunidade negra no exercício de organização e apoio para melhores condições de vida. Ele podia vir de uma relação de amizade, uma ajuda na obtenção de direitos, denúncia da exclusão, enfim podia englobar uma série de atividades coletivas como a criação de jornais, clubes, escolas, apoio à religiosidade e toda uma série de manifestações em favor da defesa e promoção do grupo (SILVA; XAVIER, 2019, p. 2).

A irmandade do Rosário de Laguna, nesta perspectiva, aproxima-se das interpretações feitas por estudos como os de Malavota (2011) e Reis (1996b). Mortari identificou a Irmandade do Rosário de Nossa Senhora do Desterro enquanto lugares de criação de relações de solidariedade entre indivíduos escravizados, livres e libertos, constituindo um importante lugar de resistência no período escravista e excludente para essas populações. Nesse sentido,

Reis pontua que “A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros [...] construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto.” (REIS, 1996b p. 10).

As memórias de meu avô, da professora Claudete e do Sr. Antônio apresentadas até agora contribuíram para compreender alguns sentidos que o território do Rosário tem para parcela da população negra da cidade. Afinal, no caso específico dos últimos, suas ações estão alicerçadas nos movimentos negros contemporâneos existentes na cidade. Portanto, sentidos esses analisados em uma perspectiva de uma pesquisa qualitativa, onde considerei a circulação dessas pessoas pela cidade, sua inserção no tecido social e a mobilização de memórias compostas por características de sentimento, política e informação, que entendidas assim possibilitaram compreender os sentidos atribuídos ao Rosário relacionados a uma construção de pertencimento e reconhecimento da agência histórica negra na cidade. Nesse sentido, essas memórias costuradas a informações presentes em outras fontes permitem indicar que é atribuído ao território do Rosário sentidos de pertencimento que mudam conforme o movimento da vida e sua existência resiste nas memórias e reivindicação das populações negras da cidade no tempo presente.

Nessa perspectiva, pensado em diferentes sentidos atribuídos ao território do Rosário, bem como, as reivindicações e ações políticas empreendidas em diferentes tempos, busco nas próximas páginas construir uma análise que compreende esse espaço de devoção no contexto católico da cidade no final do XIX e início do XX; a demolição da capela e a venda do morro. Além disso, pretendo abordar a tentativa de realocação do templo em outra localidade. A partir desses cenários e das evidências nas fontes orais e documentação levantarei questões sobre o movimento de articulação política e social da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, discutindo relações afetivas e possíveis sentidos da devoção católica para com o espaço do morro.

3.2 SENTIDOS ATRIBUÍDOS NO FLUXO DA MUDANÇA: A CAPELA E A VENDA DO MORRO DO ROSÁRIO

[o templo] Ele era muito visível [...] Porque assim, o acesso à Laguna no século XIX, no século XVIII era feito pelo mar. [...] Então o que mais se destacava — inclusive tem uma descrição de um desses escritores antigos — o que mais se destacava na época era a igreja do Rosário lá no *simodo* [topo] do morro, era o destaque! (REIS, 2021a, s.p.).

O lugar de destaque da capela do Rosário narrado pelo Sr. Antônio, apontado anteriormente pela professora Claudete e observado pela fotografia apresentada na Figura 3, possibilita construir uma relação do templo com a geografia e hidrografia da cidade no século XIX, inserindo no tecido social e cultural de Laguna.

A cidade, com seu caráter portuário, fazia parte da rota de produtos comercializados e exportados ao sul da província de Santa Catarina, tendo ganhado destaque nas décadas finais do século XIX a exportação do carvão das minas da região de Criciúma e Lauro Muller (LUCENA, 1998). A capela do Rosário foi concluída no início da década de 1870, ao que tudo indica, ao menos as paredes e telhados. Para a cobertura foram empregados o dinheiro de uma apólice que a Irmandade ganhara de um testamento e um montante conquistado com esmolas (ULYSSÉA, 1946, p. 147). Já em primeiro de abril de 1879, o jornal local *O Município* publica a notícia que o tesoureiro da mesma, João Fortunato José da Silva, receberia a quantia de 500 réis da mesa de rendas da cidade, a mando do Sr. Vice-presidente da província, a fim de ser a quantia aplicada nas obras da respectiva capela em construção.³¹ No relatório de província deste mesmo ano, na seção de obras públicas, a capela do Rosário aparece entre outras igrejas, quatro delas matrizes, de diferentes localidades em Santa Catarina que receberam verbas públicas para respectivas obras.³² Talvez tenha sido a sua utilidade pública o motivo para a destinação da verba, já que na região central de Laguna a capela dos Homens Pretos era o único templo católico além da Matriz. A chegada desse montante vindo da fazenda provincial coincide com o período em que a irmandade contratou o marceneiro Gustavo Scholts para finalizar a construção do altar-mor em 1880. É possível que tal quantia tenha auxiliado nesse processo, porém, o informe do jornal evidencia que a capela ainda estava em construção. Esse fato, no entanto, não impedia que o topo do morro de Nossa Senhora, de onde a cidade podia ser espiada, fosse ocupado pelos fiéis, que em dias de festa decoravam o espaço “[...] com enfeites feitos com mato e coloridas bandeirinhas de papel” (ULYSSÉA, 1946, p. 147).

Nesse período, outros rituais católicos também recorriam ao território do Rosário para a sua realização. O Sr. Antônio (REIS, 2021a, s.p.) trouxe, em nossa conversa, a memória de seu pai, onde ele falava sobre uma grande procissão, e em seguida, apontou que “A procissão do padroeiro da cidade, o Santo Antônio, ela saía da igreja do Rosário”. O pai de Sr. Antônio, Antônio dos Reis, nasceu em 1918, período em que a capela já apresentava problemas

³¹ O MUNICÍPIO, a. II, n. 34, 1 de abril de 1879.

³² Relatório de Província, 1879. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_consultar_acervo.php?p=139&c=a. Acesso em: 18 out. 2021.

estruturais que provavelmente contribuíram para o seu abandono, como colocou meu avô na entrevista com Lucena. No entanto, a lembrança de Sr. Antônio trazida por seu filho compõe um quadro de evidências que, no presente, possibilitam apontar aspectos da importância da capela do Rosário no contexto urbano da cidade. Nesse sentido, compondo o quadro a partir da costura da memória, é possível identificar a realização de outros eventos católicos que utilizavam o território do Rosário: a trasladação das imagens de Nosso Senhor dos Passos e de Nossa Senhora dos Navegantes, em suas respectivas festividades, da capela para a Igreja Matriz.

O jornal *O Município* traz, em sua edição do dia vinte e oito de março de 1879, o anúncio da comemoração da Paixão do Senhor Bom Jesus dos Passos, a ser realizada no dia seis do mês seguinte, contando essa com a “Trasladação da Sagrada Imagem do mesmo Senhor, da Capela de Nossa Senhora do Rosário para a Igreja Matriz na véspera”.³³ No mesmo ano, em dezenove de janeiro, o jornal apresenta uma nota sobre a festa de navegantes na qual é feito um pedido para os Srs. capitães de navios realizarem uma fragata no dia seguinte à comemoração religiosa, a fim de aproveitar a permanência na cidade “das muitas pessoas do interior e sítios da comarca”.³⁴ É possível que a festa de navegantes, que pelo registro contaria com uma grande circulação de fiéis, tenha ocorrido em partes na capela do Rosário, assim como na comemoração da Paixão de Cristo. Segundo a memorialista Nail Lima Ulysséa (1904 - 1996), lagunense branca de família tradicional, a festa organizada pela Irmandade das Almas Navegantes, composta em sua grande maioria por marujos, tinha fama em todo o sul do Estado de Santa Catarina, e atraía à cidade uma multidão.

A trasladação saía da capela do Morro do Rosário e atravessava toda a praia coalhada de embarcações, desde as canoas aos barcos e iates e, mais tarde, navios, iluminados com lanternas coloridas, a princípio de azeite e estearina, e mais tarde, elétricas. A imagem, dentro de um barquinho, vinha parando diante de cada embarcação, cumprimentando e recebendo as homenagens (ULYSSÉA, 1976, p. 184).

É possível que a capela do Rosário tenha abrigado não somente parte das festividades de N. S. dos Navegantes, como também algumas celebrações da Irmandade das Almas Navegantes.³⁵ Isso poderia estar relacionado ao fato da proximidade do templo com a região do porto (Figura 4), o que facilitaria a realização de rituais antes dos trabalhos no cais e o embarque para o mar. Talvez seja essa utilização do espaço religioso, presente na região

³³ O MUNICÍPIO, a. II, n. 33, 28 de março de 1879.

³⁴ O MUNICÍPIO, a. II, n.3 3, 19 de janeiro de 1879.

³⁵ Não foi possível localizar mais informações sobre esta irmandade. Porém, acredito ser a mesma responsável pela construção da capela de N. S. dos Navegantes no bairro Magalhães a partir do ano de 1912.

portuária, que meu avô mobilizou em sua memória e caracterizou a igreja do Rosário como dos marinheiros quando falou dela a primeira vez para mim.

Figura 4 - Vista panorâmica do porto de Laguna com a capela do Rosário (primeira metade do XX)



Fonte: Acervo ETec Laguna – IPHAN/SC.

Tendo observado isso, e com base em dados do censo de 1872 analisados pelo pesquisador Diego Schibelinski (2021), levanto a hipótese de que essas celebrações também ocorriam na capela do Rosário devido à presença da população negra nas atividades ligadas ao porto, como estivadores, marítimos, pescadores e canoeiros. O autor ao analisar um processo de acusação de roubo envolvendo o crioulo livre Antônio Carvalho, cozinheiro da tripulação do patacho *São Pedro*, embarcação da praça da Laguna no ano de 1878, constrói um panorama sobre a presença de homens de cor, livres ou escravizados, na atividade marítima da cidade. Intercruzando os dados do censo de 1872, que aponta para uma população de 4.002 pretos e pardos na região do distrito de Laguna, equivalente a 13% da população total, Schibelinski (2021, p. 239) supõem que: “Uma vez que a atividade portuária era o centro da vida comercial da cidade, é provável que grande parte dos homens escravizados fossem empregados nela ou em outra atividade relacionada”. Nesse contexto, também se inserem os homens de cor livres ou forros, como Antônio Carvalho, que em

número, segundo o autor, sempre foram mais expressivos nas tripulações no contexto nacional do que os escravizados, tendo essa diferença aumentado na segunda metade do século XIX, “quando uma série de medidas imperiais tentou proibir e punir a participação de homens cativos na navegação de cabotagem”, conforme Schibelinski (2021, p. 244). É com base nesses indícios, que apontam a participação da população negra na atividade marítima do país e de Laguna, que suponho a utilização da capela do Rosário para algumas celebrações dos marinheiros por parte desses serem africanos e seus descendentes e terem ligação com a constituição do território do Rosário.

Como colocado anteriormente, até a segunda metade do XIX a capela do Rosário era o único templo católico além da igreja Matriz que se localizava na região urbana de Laguna, e que, mesmo em processo de finalização das obras, já era utilizada não só pelos irmãos e irmãs do Rosário, caracterizando-se assim enquanto um espaço importante para a vida social e religiosa do município. Nesse contexto, não haveria como não se notar o território constituído por africanos e seus descendentes que estava inserido no circuito católico da cidade. No entanto, com a expansão da área urbana, as dificuldades na manutenção e o surgimento de outras capelas, o templo do Rosário começou a sair da centralidade das trasladações. É possível supor que esse processo tenha acontecido gradativamente, começando com a inauguração da capela do hospital em 1885, e terminado com a inauguração da capela de Nossa Senhora dos Navegantes em 1912, no bairro Magalhães.

No jornal *A Verdade* de dois de agosto de 1885, a Devoção do Senhor Bom Jesus dos Passos anunciava que no dia seis do mesmo mês aconteceria à transferência da imagem de seu padroeiro da igreja Matriz para o altar da capela do hospital, assim definindo um novo referencial para a celebração católica.³⁶ Já no dia três de fevereiro de 1900, o periódico *O Futuro* confirma que a capela do hospital passou a ser utilizada também na festa dos navegantes, pois traz no exemplar desse dia o convite aos fiéis para prestigiarem a trasladação da imagem de Nossa Senhora da dita capela para a igreja Matriz.³⁷ Pesquisando nos periódicos Lagunenses que estão disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital Catarinense referentes ao período, não encontrei mais evidências sobre a festa dos navegantes que possibilite afirmar que a capela do hospital tenha se tornado o único ponto escolhido para a realização das trasladações, como foi o caso da trasladação do Senhor dos Passos. Nesse sentido, é possível que a Irmandade das Almas Navegantes tenha deixado de usar a capela do Rosário ou a do hospital como ponto de partida para a trasladação de sua padroeira em 1913,

³⁶ A VERDADE, a. VII, n. 313, 2 de agosto de 1885.

³⁷ O FUTURO, a. IX, n. 316, 3 de fevereiro de 1900.

quando transferiram definitivamente a imagem e a irmandade para a nova capela do bairro Magalhães (ULYSSÉA, 1976). Apresento essa suposição pelo fato de a capela ainda ser usada durante os últimos anos do XIX e primeiros anos do XX, como evidencia o jornal *O Futuro* do dia vinte e quatro de dezembro de 1899 ao trazer o anúncio da trasladação da imagem de Nossa Senhora do Parto do morro do Rosário para a igreja Matriz.³⁸ Outra evidência que permite cogitar que a festa de navegantes ainda recorria ao território do Rosário antes de ter sua própria sede é o depoimento dado por Dona Tereza à historiadora lagunense Adriana Santos (2003), no qual a idosa de 94 anos recorda a tradicional festa:

Era pequenina, mas me lembro de acompanhar a festa com minha tia e irmãs. A santinha saía lá do Morro do Rosário e seguia ali pelo mercado, que era a Rua da Praia. Era tanta gente, que ficávamos de mãos dadas com medo de nos perdermos (SANTOS, 2003, p. 39).

Com isso, é possível indicar que, mesmo com a existência de uma nova capela que redefiniu parte do circuito católico da cidade, o templo do Rosário continuou ainda inserido a esse circuito, pelo menos nos primeiros anos do século XX.

Penso que não é possível escrever sobre a capela construída pela Irmandade do Rosário de Laguna e a vida católica da cidade, durante o XIX e primeira metade do XX, sem pensar sua relação com duas outras devoções que não só usavam o espaço do Rosário como, possivelmente, tinham ligações estabelecidas entre seus membros, sendo elas: a Devoção de Nossa Senhora do Parto e a Devoção de Nossa Senhora da Conceição, ambas formadas por pessoas de cor. Pontuo a identificação “de cor” a partir dos registros e documentações encontrados, como, por exemplo, a carta de protesto datada de 1927 escrita pela mesa diretora da Devoção do Parto e endereçada ao então recente empossado arcebispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, na qual os membros da devoção se auto identificam como homens de cor (pretos, pardos e mulatos).³⁹ O período do documento é um momento de tensão entre os membros efetivos da mesa diretora da devoção e o vigário da Laguna, José Locks, mas isso é outra história! Aprofundarei a questão na segunda parte. Faço menção à carta porque seu conteúdo permite evidenciar uma aproximação entre a Irmandade do Rosário e a Devoção do Parto a partir de seus membros, pois, além de conter a auto identificação, apresenta alguns nomes que faziam parte de ambas, o que permitiu identificar dentre esses nomes o de dois irmãos do Rosário eleitos em 1910, como anunciou o jornal *O Albor*, sendo

³⁸ O FUTURO, a. IX, n. 310, 24 de dezembro de 1899.

³⁹ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 01.

eles: Affonso Sabino e Bonifácio Deoclécio Gil.⁴⁰

É possível perceber esta tendência de participação de uma mesma pessoa a diversas irmandades, como também no caso da devoção a Nossa Senhora da Conceição. Rosa (2021), no extenso mapeamento que fez em seu trabalho inter cruzando os nomes e biografias dos membros das irmandades religiosas, sociedades recreativas e sociedades musicais negras da Laguna, identificou Miguel Alano de Bitencourt enquanto um irmão do Rosário, que em 1914 também estava no cargo de provedor da Devoção de Nossa Senhora da Conceição, participando da comissão da festa desse mesmo ano. Junto da mesma Devoção, enquanto tesoureiro da festa de 1914 estava Adolfo Campos que também aparece em diferentes comissões da mesma festa em outros anos do início do XX. Mas o que é interessante sobre Adolfo é que o encontrei durante a pesquisa em arquivo em uma carta datada de 1934 escrita pelo vigário geral da Laguna, padre Bernardo Philippi, ao vigário geral do Arcebispado de Florianópolis. Em determinado momento da carta, cujo ponto de pauta é a “Revoltosa Devoção do Parto”, Campos aparece enquanto um homem de cor, como quis ser chamado, devoto da Devoção de Nossa Senhora do Parto, que juntamente com outro devoto, vinham há um bom tempo pleiteando com as autoridades da igreja o restabelecimento de sua devoção, a mesma defendida por Gil e Sabino em 1927.⁴¹ Sendo assim, o encontro com Bitencourt, Campos, Gil e Sabino nos registros eclesiásticos apresenta evidências que reforçam a necessidade de se pensar a articulação das devoções e irmandade negras da Laguna no estabelecimento e construção dos seus espaços de devoção na cidade, dado a possibilidade que uma mesma pessoa podia pertencer a diferentes associações civis religiosas.

As movimentações religiosas no Rosário, realizadas não somente por sua irmandade, mas também por outros grupos, revelam a inserção do território na formação da vida social da cidade no século XIX e início do XX. Porém, as transformações físicas e sociais no espaço urbano do centro Histórico entre 1880 e 1930, que segundo Lucena (1998, p. 84), “foram as mais expressivas ao longo da História da cidade”, delinearam um cenário complicado para o território do Rosário de forma que diferentes ações culminaram com a demolição da capela na década de 1930 e a venda do morro em 1941. Tal cenário estava marcado pelo contexto do pós-abolição que, de acordo com Silva (2010), o período compreende o momento seguinte ao fim da escravidão e até o final da década de 1920, contexto da República Velha marcado pela ideologia da higienização e de exclusão das populações negras e pobres dos centros urbanos.

⁴⁰ O ALBOR, a. X, n. 450, 24 de junho de 1911.

⁴¹ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 214 - Diocese de Tubarão - Laguna - 1930 - 1934. Doc. 52.

Nesse sentido, as transformações ocorridas em Laguna na primeira metade do século XX estão situadas em um contexto nacional de “melhoramentos” urbanos que tiveram como consequência “A destruição de cortiços, as obras de canalização das águas, o ajardinamento das praças públicas e a aplicação de uma série de códigos de posturas que buscavam forjar corpos saudáveis e ordeiros [...]” (SAYÃO, 2015a, p. 862). Em Laguna não há registros de desapropriações e despejos como os ocorridos na cidade do Rio de Janeiro durante o governo do prefeito Pereira Passo. Porém, obras como a construção do jardim Calheiros da Graça, inaugurado em 1915, no antigo campo do Manejo, e a ampliação da área portuária, são característicos desse período de modernização nacional. É nesse momento que ocorre o processo de demolição e apagamento do território do Rosário. Coincidentemente, a irmandade passou a ser acusada por parte da imprensa local e seus colunistas de descuido para com seu templo, destacando em alguns casos o alerta para o perigo de desmoronamento. O organograma *A Idea*, escrito por um grupo identificado “mocidade lagunense”, traz um texto na sua publicação do dia dezenove de dezembro de 1905, pontuando que “diversos jornais têm falado continuamente para a comissão devota daquela santinha tomar parte e fazer os reparos” e afirma que “desde 1888 se tem tornado popular o desmoronamento fatal da mimosa capelinha”.⁴² Em contraponto a esse movimento expresso no organograma, apresento a memória na política mobilizada pelo Sr. Antônio (REIS, 2021a, s.p.), na qual questiona o processo de desmoronamento da capela, pois para ele: “Era uma construção em certo sentido sólida, não se pode falar que ruiu, ela foi ruída (risos). Não ruiu, ela foi realmente demolida, como a gente sabe que várias outras igrejas foram demolidas, deliberadamente demolidas”.

A capela foi demolida, possivelmente, entre os anos de 1932 e 1933. A carta escrita pelo padre Inácio Orth ao arcebispo de Florianópolis, com data do dia vinte e um de maio de 1932, revela que o estado da capela havia se agravado com o desmoronamento de uma de suas paredes, além disso, o religioso comenta que o prefeito, preocupado com possíveis prejuízos às casas vizinhas, havia o procurado a fim de encontrar uma solução para a situação. Padre Orth ainda afirma que o restauro do templo não era possível devido ao seu estado de conservação, porém, sugere uma ideia já antes tratada com o arcebispo de construir uma nova capela no Campo de Fora. Por fim, pede autorização para poder tomar providências sobre o assunto.⁴³ A data definitiva da demolição da capela não é exata, mas é possível que tenha sido ainda em 1932, pelos motivos apresentados na carta, ou em 1933, como afirmam alguns

⁴² A IDEIA, a. I, n. 4, 19 de dezembro de 1905.

⁴³ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 214 - Diocese de Tubarão - Laguna - 1911 - 1945. Doc. 26.

outros registros (ULYSSEIA, 1946; 1976).

A carta citada acima é um registro interessante que permite ter uma perspectiva de como a capela era entendida pelas autoridades eclesiásticas da época. Destaco que, nesse contexto, não só a existência do prédio é condenada, pois “*restaurar era impossível*”, como também a permanência da irmandade na região central da cidade e em destaque no alto do morro ao sugerir uma nova construção em outra localidade. A década de 1930 é marcada pelo início do governo Vargas, contexto de profundas transformações políticas que modificaram o cenário brasileiro, dentre essas, a questão da construção de uma identidade nacional pautada em uma noção de democracia racial que iniciou a busca por uma representação de cultura miscigenada, onde a mistura branca, negra e indígena que fizeram do Brasil um país racialmente democrático e deram a característica cordial do brasileiro, sendo esse um dispositivo determinante para perpetuação da estrutura racista e colonial até os dias de hoje. De acordo a antropóloga branca Lilia Moritz Schwarcz (1998, p. 169), uma das consequências desse discurso oficial da mestiçagem foi o de “desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados”. Situada numa cidade portuária ao sul do Brasil, marcada por questões do pós-abolição e das políticas higienistas, a capela do Rosário não resistiu fisicamente e ao processo de desafricanização, sendo esse um dos fatores que possivelmente motivou a destruição de um espaço religioso construído por africanos e seus descendentes.

Mas as palavras do Sr. Antônio, colocadas anteriormente, possibilitam pensar no contraponto à narrativa de abandono apresentada pela imprensa da época, sugerindo outros fatores para a demolição, fazendo isso a partir da menção a de outras igrejas do Rosário pelo país, indicando que em sua perspectiva o ruir da capela foi um processo deliberado e inserido em um contexto nacional que visava de fato apagar a história daquele espaço religioso. Sayão (2015a, p. 864), ao destacar que Laguna estava nesse período inserida no movimento nacional caracterizado pelo apagamento dos vestígios da presença de africanos e seus descendentes nos centros urbanos, identificou, além de Laguna, registros de demolições de templos do Rosário também em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Pernambuco.

Mas, para além disso, que outros elementos poderiam ter contribuído para a capela ruir? Talvez esse processo tenha começado com as próprias obras de modernização do centro da cidade. O primeiro aterro feito para ampliação da área portuária foi realizado em 1884, contornando o morro do Rosário quatro anos antes do início dos discursos oficiais sobre o desmoronamento da capela, como apresenta o organograma. Nesse movimento de modernização, junto aos aterros realizados com sucessivas interrupções, veio a construção do cais de alvenaria na orla central da cidade, obra essa concluída em 1920, e a transferência da

estação de trem do Campo de Fora para o centro em 1913 (LUCENA, 1998). Como tais obras poderiam afetar a estrutura do templo do Rosário? A crônica *Os galos não cantam mais... II* escrita pelo memorialista Ruben Ulysséa, irmão de Nail Ulysséa, e publicada no dia vinte e três de 1977 nos dá algumas pistas.⁴⁴ Ao lembrar a cidade de sua infância e juventude, que se deu por volta de 1902 a 1920, o autor descreve alguns processos de transformação que passou o morro do Rosário. Em suas palavras:

O seu costão rochoso, que mergulhava nas águas da baía, fora há pouco cortado para dar passagem aos trilhos da via-férrea e para fornecer o material necessário à construção do cais de saneamento, obra que se processava graças à contribuição espontânea do comércio exportador (ULYSSEÁ, 2004, p. 305).

A retirada de parte do morro de Nossa Senhora para a passagem do trilho do trem e construção do cais do porto podem ter contribuído com a fragilização da estrutura da capela. O padre Carlos José Leopoldo Boegershausen, em visita à cidade de Laguna no ano de 1892, ao avaliar o templo do Rosário alerta para o risco de um possível esboroamento causado pela erosão do lado sul do morro (SAYÃO, 2015a, p. 860). Não encontrei registros que a Irmandade tenha recebido quaisquer compensações tanto pelo uso dos recursos do morro, bem como, por possíveis abalos à capela, mas isso não impediu as campanhas vinculadas aos jornais locais criticando o descuido e abandono do templo pelos irmãos e irmãs do Rosário. No entanto, o próprio organograma *A Idea* destaca em 1905 a existência de uma comissão devota, composta pelos Srs. Manoel Alano Fernandes Lima, Thomaz Norberto, Leopoldo Maria, Marcos Teixeira e Lucidonio Muchucho,⁴⁵ mostrando que houve mobilização por parte de alguns irmãos do Rosário na tentativa de preservação de seu território. Segundo Sayão (2015a, p. 864): “Foram, inclusive, encenadas as peças: Helena e Quase Ministri, de Horácio Nunes Pires, com esse intuito”. Contudo, as dificuldades enfrentadas por seus irmãos e irmãs, a maioria trabalhadores operários, não permitiu de fato realizar as obras necessárias, o que aliado ao movimento de retirada do patrimônio negro e apagamento de suas histórias do centro urbano, levaram à sua demolição na década de 1930. Após esse processo, o espaço vazio no topo do morro de Nossa Senhora continuou guardando resquícios do que antes foi o espaço de devoção de africanos e seus descendentes.

Na tarde em que conversei com Dona Terezinha Maria Nascimento Eufrásio na sala de sua casa, a professora aposentada de 80 anos e moradora do centro da cidade, contou várias histórias. Algumas delas acerca de sua experiência enquanto professora, pois, assim como sua

⁴⁴ Relançada no ano de 2004 em conjunto com outros textos do autor no livro *Laguna: memória histórica*.

⁴⁵ A IDEIA, a. I, n. 4, 19 de dezembro de 1905.

avó Julia, suas tias Arminda e Elza, Dona Terezinha seguiu o caminho da educação. Contou sobre a experiência de ter se deslocado para o interior do Estado para ministrar aulas em uma colônia italiana no final dos anos 1950. Narrou o período que trabalhou na localidade do Farol de Santa Marta,⁴⁶ onde conheceu seu esposo e constituiu família. Além disso, trouxe memórias sobre sua infância no centro de Laguna, lembrando-se das amizades e brincadeiras, algumas dessas no espaço onde antes existia a capela do Rosário. *“Eu já brinquei naquele morro do Rosário e tinha, que eu me lembro, umas paredes assim de tijola e nós brincávamos lá [...] aquele barro... e nós brincávamos lá”* (EUFRÁSIO, 2021, s.p.). A memória informativa de Dona Terezinha revela que mesmo anos depois da demolição da capela, por volta dos anos 1950, os vestígios físicos de sua existência estavam presentes. *“[...] Mas eu era pequena, nove anos, não existia mais a igreja, mas existiam aquelas paredes.”* Logo em seguida, a professora aciona elementos de memória sentimento: *“Meu avô era dessa irmandade do Rosário que era dos negros, mas não tinha esta santa na igreja [Matriz], eu nunca vi, ela tinha a igrejinha dela lá, não sei porque derrubaram”*.⁴⁷ Assim sendo, a professora constrói uma identificação a partir de seu avô e define um território negro ao afirmar que a santinha da irmandade dos negros possuía seu próprio espaço religioso fora da Igreja Matriz.

As pessoas desta pesquisa, nascidas depois da demolição da capela do Rosário, possuem diferentes memórias sobre o espaço de devoção, mobilizadas no presente a partir de elementos políticos, sentimentais ou informativos. Algumas mobilizaram mais informações para dar significado e construir a narrativa sobre aquele espaço, como, por exemplo, o Sr. Antônio, outras revelaram apenas saber da existência da capela e da referência à Nossa Senhora do Rosário, mas relataram não ter mais informações, pois não era do tempo delas. No entanto, mesmo essas pessoas, a partir de suas memórias, constroem sentidos ao narrar outras histórias que se ligam à trama do Rosário.

Dona Marli Brum, 81 anos, professora aposentada, é uma dessas pessoas. Durante a tarde de conversa que tivemos em sua casa, no centro, contou que nasceu no bairro Campo de

⁴⁶ A comunidade do Farol de Santa Marta está localizada cerca de 19 km do centro da cidade de Laguna, municipal a qual faz parte. Construída no entorno do Farol de Santa Marta, estrutura erguida à base de óleo de baleia e inaugurada em 1891, teve seu início ainda na primeira metade do século XX com o estabelecimento de algumas famílias de pescadores. A comunidade manteve essa característica até meados dos anos 1980, quando surfistas e turistas passaram a escolher a localidade para passar o verão. Atualmente, a comunidade é formada por famílias de pescadores e uma intensa movimentação imobiliária. (Fonte: A pedra e o farol. Direção: Luciano Burin. Uma produção SCULT FILMES, 2016. Documentário, 108 min).

⁴⁷ O avô de Dona Terezinha se chamava Pedro Jeronymo do Nascimento, e foi um conhecido carpinteiro e construtor de barcos na Laguna. Casou-se com a professora Julia Crispino do Nascimento e teve três filhas. Foi um dos fundadores da Sociedade Recreativa União Operária e no ano de 1910 foi eleito irmão do Rosário (NASCIMENTO, 2021; ROSA, 2021).

Fora. A partir dessa primeira referência territorial, Dona Marli lembrou com carinho da casa que morou na infância, recordando as muitas árvores plantadas por seu pai no quintal e a criação de galinhas de sua mãe. Trouxe também a memória espacial do bairro, narrando a fonte onde as pessoas buscavam água e lavavam suas roupas, destacando também algumas construções, como a sede do antigo Clube Anita Garibaldi e a estação de trem. Do cotidiano, a professora relatou que na infância gostava muito, quando aos domingos, ia até a capela de N. S. Auxiliadora do bairro da Roseta, atualmente igreja de N. S. Auxiliadora do bairro Progresso, para a doutrina.

Nos domingos, geralmente aos domingos à tarde, crianças tinham culto [...] as irmãs do colégio Stella Maris apitavam chamando as crianças para a doutrina... na igreja da Roseta [...] Lá então a gente tinha doutrina e depois — elas para incentivar as crianças para a doutrina — terminava a doutrina ganhava puxa-puxa (risos). (BRUM, 2021, s.p.).

Nesse momento, perguntei se ela lembrava da ‘capela da Roseta’, que estava no início de sua construção. No entanto, para minha surpresa, a resposta de Dona Marli me levou para o contexto de demolição da capela do Rosário, trazendo evidências na oralidade de tramas envolvendo esses dois espaços de devoção. Posteriormente, falarei mais acerca desta relação entre o Rosário e a igreja do bairro Progresso. Por fim, assim como Dona Terezinha, constitui significado ao território do Rosário no presente ao reivindicá-lo.

Eu — A senhora lembra da igrejinha de como era? Da santinha?

Dona Marli — Lembro... N.S. Auxiliadora, que, na verdade, a N.S. Auxiliadora que tem lá é a N.S. do Rosário que tinha aqui no morro do Rosário. Então quando a igreja estava muito velha e tudo assim caindo, não reformavam, eles levaram a santinha. Dona Nair Ulyseia guardou essa santinha em casa... quando eles foram construir essa igrejinha lá na Roseta queriam fazer auxiliadora então tiraram o cetro que ela carregava na mão, não! Tiraram o rosário e colocaram o cetro, daí ela passou a ser N.S. Auxiliadora, mas, na verdade, é ela! [Rosário]. (BRUM, 2021, s.p.)

Em seguida, Dona Marli comenta sobre a vontade de construir uma nova igreja para abrigar a imagem de Nossa Senhora do Rosário.

Eu em uma ocasião disse assim: — eu fiz uma tele sena — se eu tirasse um dinheiro bom mandava construir a igreja e ia lá buscar Nossa Senhora e botava lá (risos). [...] Na escola eu sempre dizia isso: se um dia eu ficar rica eu vou lá faço a igrejinha e vou lá buscar a imagem. “Ah, mas eles não entregam”, claro que entregam, pertence a nossa raça! (BRUM, 2021, s.p.).

A história que Dona Marli trouxe envolvendo a realocação da imagem de Nossa Senhora do Rosário para a igreja do bairro Progresso está presente também no trabalho de

Reis (1996a) e nos escritos de Ulysséa (1976). Nesse sentido, a costura da memória permite afirmar que as reminiscências do Rosário existem na cidade de Laguna não somente nas memórias das pessoas, como também em alguns de seus patrimônios materiais, como o caso da imagem de Nossa Senhora. Posteriormente, discutirei um pouco mais esta questão. No entanto, destaco que os trechos selecionados da conversa com Dona Marli são interessantes aqui pela possibilidade de observarmos quais elementos a professora mobilizou para construir uma narrativa envolvendo o território do Rosário. Mesmo não tendo vivenciado a capela de pé, a exemplo de meu avô, nem ter revelado participar dos movimentos negros na cidade, como a professora Claudete e o Sr. Antônio, Dona Marli mobiliza a referência da origem da imagem da santa da igreja da Roseta (Progresso) de forma política, afirmando ser esta a verdadeira imagem de Nossa Senhora do Rosário pertencente à raça negra. Com isso, a professora dá sentido ao território do Rosário reivindicando para si a imagem. Isso nos revela que as memórias variam conforme as experiências e vivências das pessoas, mas a partir delas podemos identificar elementos que possibilitam preencher lacunas sobre a história do Rosário, atribuam sentidos no presente no diálogo com perspectivas negras da cidade.

Nesse sentido, no meu processo de pesquisa, a oralidade foi além de fonte um instrumento metodológico. A partir das informações encontradas nela, pude seguir descortinando histórias do território do Rosário após a demolição da capela, no fluxo das mudanças da primeira metade do século XX. Dentre os possíveis caminhos descobertos a partir da oralidade, destaco aqui a história da tentativa de efetivação da ideia já apontada pelo padre Orth em 1933 de construção de uma nova capela na localidade do Campo de Fora. Destaco esse movimento como importante porque na maioria das documentações encontradas, jornais, cartas, e nas bibliografias “tradicionais” da cidade (DALL’ALBA, 1979; ULYSSEÁ, 1946; 1976), nessa época a Irmandade do Rosário aparece enquanto extinta há muito tempo, já que teve “a sua época áurea no tempo da escravidão” (ULYSSEÁ, 1976, p. 182). Porém, a mobilização para a construção de um novo templo mostra que embora a capela do morro já estivesse extinta, o mesmo não ocorreu com a Irmandade e a devoção de seus devotos.

Para tanto, apresento a seguir o relato de meu tio, o Sr. Cairo Norberto Martins, 85 anos, bancário aposentado. A primeira conversa que tive com tio Cairo foi de maneira informal, ainda estava no começo da pesquisa e nem havia começado as entrevistas. Durante um almoço de domingo, comentando sobre o tema da minha pesquisa e da capela de Nossa Senhora do Rosário, ele me relatou que do templo do morro não se recordava, mas lembrou que quando criança foi a uma missa campal no bairro Campo de Fora onde estava sendo

construída uma capela para a mesma santa. Com isso, passei a incluir meu tio entre as pessoas desta pesquisa. Passado um tempo dessa primeira conversa realizamos uma entrevista. Sobre a nova capela, ele trouxe a seguinte memória:

Me lembro que eu tinha uns seis sete anos, eu fui a missa em um terreno bem do lado de onde depois construíram a estação da estrada de ferro, a nova. Então fizeram uma missa campal com um pouco da parede levantada, para levantar fundo para levantar a igreja que seria de N.S. do Rosário. (MARTINS, 2021, s.p.).

Ele ainda descreveu que o lugar estava bem enfeitado com bandeirolas, “*mas não passou disso*”, sendo que a igreja não foi terminada por falta de recursos. A partir dos indícios encontrados na memória de meu tio, passei a investigar se as outras pessoas com quem conversei sabiam da capela do Campo de Fora, o tema nas perguntas das entrevistas. Dona Marli foi outra entrevistada que mostrou possuir memória da existência do início de uma nova capela, e identificou o terreno na frente da estação de trem como a localização (Figura 5).

Quando foi desmanchada a igreja ali [morro do Rosário], quando foi desmanchada a igreja, aí na frente da estação que era tudo deserto só tinha um matadouro ali tinha um casarão do comendador Rocha, e na frente do comendador Rocha tinha uma casa de fundo para lá e depois não tinha nada de construção, nada. Então o padre disse que eles [irmandade] ganharam um terreno da prefeitura para fazer uma igreja de N. S. do Rosário ali, mas nunca fizeram! Tinha a irmandade, então eles ganharam, mas não tinha dinheiro para fazer, nunca fizeram. [...] chegaram até fazer o alicerce da igreja, mas nunca foi para a frente. (BRUM, 2021, s.p.).

Figura 5 - Mapa localização da nova Capela do Rosário





Fonte: Adaptado de Google Earth (2022).

Fazendo o exercício de pensar a espacialidade da cidade no contexto em que se discutia a construção de uma nova capela de N. S. do Rosário no mapa atual, é possível ter uma dimensão da tentativa do poder público, bem como das autoridades eclesiásticas de deslocar completamente a presença da Irmandade do Rosário e sua capela do centro urbano. A região que se estendia para além do Morro do Rosário, ao norte da cidade, havia começado a ser ocupada no final do século XIX e primeira metade do XX, a partir realização de diferentes aterros, já que esta região era composta por muitos cômodos de areias e banhados. A expansão urbana da cidade aumentou durante o período da Primeira Guerra Mundial. No entanto, no período da Segunda Guerra a característica é de adensamento das áreas já ocupadas. Com isso as localidades mais afastadas do centro da cidade, como a Roseta e Areal, consideradas periféricas, observaram o número de famílias de pescadores, lavadeiras e operários aumentar. Entretanto, assim como no bairro Campo de Fora, primeiro a surgir a partir dos aterros ainda no século XIX, a quantidade das construções ainda era menor, bem como, o aspecto arquitetônico mais simples que a região central (LUCENA, 1998; ULYSSÉA, 2004).

Dito isso, foi a partir das memórias informativas de meu tio e Dona Marli que pude identificar que a história da Irmandade do Rosário não se encerrava com a demolição da capela na década de 1930. Sendo assim, na intenção de descortinar mais questões a partir das informações obtidas na oralidade e preencher as lacunas existentes sobre o território do Rosário fui aos arquivos, em específico, o Arquivo Eclesiástico de Florianópolis. No levantamento de fontes, localizei treze cartas, um anúncio de jornal e uma ata de reunião, referentes à venda do morro ou a construção da nova capela. A análise dos documentos revela que esse processo durou de 1939 até 1948, ano da última carta encontrada. Sendo assim, destacarei, dentre estas, algumas que permitem construir um panorama do contexto.

No dia vinte e dois de maio de 1939, o vigário da paróquia de Laguna, padre Bernardo Philippi, escreve ao vigário geral da capital, padre Frei Evaristo Schurmenn, sugerindo a venda do terreno do Morro de N. S. do Rosário pela quantia de “cinco ou mais contos”, revertendo esse valor para a construção de uma “capela decente” no Campo de Fora.⁴⁸ No dia vinte e sete de junho, Phillipe novamente envia outra carta, agora ao segundo vigário geral da capital, padre Harri Bauer, colocando sua preocupação para com a propriedade da Irmandade e informando que o Dr. João de Oliveira já havia erguido cinco casas na encosta do morro. Por último, na mesma correspondência, afirma que a Irmandade de Santo Antonino não vinha

⁴⁸ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 04.

apresentando interesse no assunto e que, assim sendo, restavam três opções: tirar os invasores; cobrar aluguel, ou vender o terreno.⁴⁹ Por último, sem ter obtido resposta às duas cartas anteriores, padre Bernardo Philippi, no dia nove de julho de 1939, escreve a Dom Joaquim Domingues de Oliveira, arcebispo de Florianópolis, informando que o terreno de propriedade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário estava sendo trabalhado pelo Dr. João de Oliveira.⁵⁰ Mostrando preocupação pelo assunto, o vigário afirma já ter escrito por duas vezes aos vigários gerais da capital, porém, não obteve resposta. Ainda nessa carta, o religioso comenta que a Irmandade do Rosário não possui pessoa jurídica, não podendo assim agir por conta própria, e pontua que “os homens de cor” não se reúnem, porém, realizam a festa da padroeira.⁵¹

A resposta definitiva da Cúria, pela representação do arcebispo, veio na carta do dia doze de agosto, onde a proposta de venda do terreno foi tida como “a mais radical e definitiva”, porém, “mais viável”.⁵² Sendo assim, o Morro de Nossa Senhora do Rosário foi vendido em 1941 por cinco contos de réis a João de Oliveira, como atesta a ata da reunião da irmandade do dia 17 de agosto deste ano.⁵³

Após a venda do morro, o terreno para a nova capela, provavelmente só foi adquirido no ano de 1945. Segundo consta na carta de oito de janeiro de 1945, escrita pelo padre Phillipe ao vigário geral de Florianópolis, os cinco contos de réis foram usados para comprar um terreno pertencente ao asilo na localidade do Campo de Fora. O religioso ainda acrescenta que a comissão, possivelmente formada por irmãos do Rosário, não concordava com a compra, pois achava o lugar pobre.⁵⁴ Não é possível afirmar se a discordância era em relação à localidade ou ao terreno. Contudo, o Campo de Fora, nesse período, era um bairro periférico em relação ao centro da cidade. Sendo assim, o novo terreno da Irmandade não possuía mais a centralidade e visibilidade tal qual o do morro de Nossa Senhora.

O último registro encontrado no Arquivo Eclesiástico de Florianópolis (AEDF) é de vinte e sete de julho de 1948, uma correspondência do vigário geral da capital como resposta ao vigário de Laguna, padre Gregório Warming, que havia encaminhado um tempo antes

⁴⁹ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 06.

⁵⁰ Não foi possível localizar até este ponto mais informações acerca da identidade do Dr. João de Oliveira.

⁵¹ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 03.

⁵² Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 07.

⁵³ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 10.

⁵⁴ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 13.

algumas alterações na planta da nova capela do Rosário, que já contava com alguma estrutura pronta.⁵⁵ É provável que nesse período tenha sido realizada a missa campal para angariar fundo que meu tio Cairo se lembra de ter ido. Pesquisei em jornais possíveis atividades realizadas com essa finalidade. Porém, não localizei mais informações se ocorreram ou não. É provável que a Irmandade e sua comissão não obtiveram quantia muito maior que o dinheiro conseguido com a venda do morro, e com isso, a capela de Nossa Senhora do Rosário no Campo de Fora nunca foi concluída.

Isso posto, os vestígios encontrados, seja na memória de uma nova capela ou nas cartas de venda do morro, apontam para algumas coisas. A primeira é a permanência, pelo menos de alguns membros da mesa diretora, da Irmandade do Rosário, no período que se segue a demolição de seu templo, bem como a emitância de articulação para uma possível continuidade em outra localidade. As fontes não permitem inferir os sentidos que os irmãos e irmãs do Rosário atribuíram a esse novo templo, mas evidencia-se que a própria existência de uma iniciativa mostra que havia. O segundo ponto que quero destacar é a discordância com o lugar pela comissão. Isso aponta existir possivelmente um desejo por parte desta de encontrar um lugar que se aproximasse com o ponto privilegiado e de destaque que a irmandade possuía no centro, o que nos faz pensar sobre a importância em ocupar esse espaço da cidade.

Durante a primeira metade do XX, o território negro do Rosário não era o único na região central. A sede da Sociedade Recreativa União Operaria, fundada em 1903 inclusive também por irmão do Rosário (ROSA, 2021; SAYÃO, 2015a), e a do Clube Literário Cruz e Souza, fundado em 1916, ficavam no hoje centro histórico de Laguna. Esse segundo teve sua primeira sede justamente no bairro Campo de Fora, mas logo seus sócios adquiriram uma propriedade na rua Osvaldo Aranha e assim trouxeram o clube para o centro (ROSA, 2021). É possível também que a recusa de alguns membros da comissão tenha sido pelo fato de o Morro do Rosário ainda ter um sentido importante para as populações negras da cidade. O Sr. Antônio recorda que, em sua infância, a banda União dos Artistas ia até o topo do morro, já sem a capela, e realizava concertos musicais, isso na década de 1950. Ele não afirmou ser algo ligado a alguma manifestação religiosa católica, mas conjecturou que seria possível, pois, em suas palavras:

[...] eu não me lembro se havia alguma manifestação religiosa católica, mas é possível que houvesse [...]” e completou, “[...] para uma banda subir num local é porque normalmente tinha muito a ver com uma manifestação religiosa, havia muita associação de banda religiosa, as bandas músicas sempre abrilhantavam essas festas

⁵⁵ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - 1948 - 1954. Doc. 17.

(REIS, 2021a, s.p.).

Além da possível questão religiosa, outro fator que faz pensar essa manifestação relembrada pelo Sr. Antônio, enquanto tendo relação com o Rosário, é a historicidade da Sociedade Musical União dos Artistas. O próprio Sr. Antônio destacou essa sociedade como um espaço importante para a história das populações negras em Laguna, estando presentes na cidade desde o século XIX, e desde sua fundação em 1860, contou com uma grande presença de músicos negros. Já na época de infância do Sr. Antônio esse número ainda era bastante grande, como ele afirmou, tendo como integrantes, por exemplo, seu pai e meu avô. Não foi possível localizar um registro dos dois tocando juntos na banda União dos Artistas. Porém, a fotografia a seguir (Figura 6), disponibilizada pelo Jornalista Laguense Valmir Guedes, mostra meu avô e o Sr. Antônio dos Reis, pai do meu interlocutor, tocando juntos no conjunto musical Jazz Municipal por volta da década de 1950. Na fotografia, meu avô, segundo da esquerda para a direita, aparece tocando seu pistom. Já Sr. Antônio, quarto da esquerda para a direita, aparece tocando seu clarinete, ambos instrumentos por eles tocados também na banda União dos Artistas.

Figura 6 - Conjunto Jazz Municipal, Laguna, década de 1950



Fonte: Acervo Valmir Guedes Junior.

A não construção de uma nova capela no Campo de Fora ao que tudo indica não foi o fim da história do território do Rosário. As memórias e narrativas mobilizadas no tempo

presente pelas pessoas dessa pesquisa permitem evidenciar que este espaço possuiu e ainda possui sentidos e significados para as pessoas negras da cidade mesmo após a demolição e venda do morro. Nesse sentido, a mobilização do passado, presente principalmente na primeira parte desta parte em memórias na política, geram reverberações. Com isso, a constituição do território do Rosário no tempo presente, assim como no passado, também é perpassada por demandas e disputas, as quais, a partir dos(as) diferentes interlocutores(as) desta pesquisa, possibilitam evidenciar novos sentidos atribuídos aos elementos do Rosário no movimento histórico. Em específico, nas próximas páginas abordarei brevemente as narrativas e memórias sobre a imagem de N. S. do Rosário, um destes elementos que durante a pesquisa apareceu enquanto foco de disputas e demandas no presente.

3.3 UM PATRIMÔNIO EM DISPUTA: A IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

A igreja [capela do Rosário] foi muito antiga, porque quando ela foi demolida - já vou pular de uma coisa para outra - tinha a Nossa Senhora Auxiliadora, a original é ela, não aquela que hoje está, ela está como se diz a sete chaves, é a Nossa Senhora do Rosário que era da igreja dos pretos. Essa imagem é uma relíquia, foi guardada pela dona Nail Ulysea, não sei se já ouviu falar o nome dela, ela que cuidava de todos os transcritos e de todos os santos da Igreja Matriz. [...] Quando foi fundada a Igreja do bairro Progresso, da Roseta, pela dona Altina de Souza, a avó do falecido Nelson, [...] então ela [Nail Ulysea] deu [a imagem].. “Já que vocês não têm santo eu vou dar doar para a igreja a Nossa Senhora do Rosário”. Mas eles já tinham o nome, que a igreja seria Nossa Senhora Auxiliadora, Rosário ou Auxiliadora, tudo auxilia, tudo ajuda, então essa história do fim da igreja do Rosário e início da Igreja do bairro Progresso (REIS, 2021, s.p.).

A fotografia a seguir (Figura 7) é o registro de um raro momento em que a imagem de N. S. do Rosário encontra-se exposta em um pequeno altar da Igreja de N. S. Auxiliadora do bairro Progresso. Em estilo barroco e adornada com uma pequena coroa, é o rosário colocado em sua mão direita que indica sua evocação. Segundo o relato acima feito pela professora Janice dos Reis, de sessenta e um anos, esta imagem seria a mesma que pertencia à “igreja dos pretos”. Nascida no bairro da Roseta, atualmente Progresso, a professora escolheu mobilizar a narrativa do início da igreja de seu bairro para responder às primeiras perguntas sobre a capela do Rosário em nossa conversa. O bairro em que a professora nasceu teve seu início, segundo

Aloísio Luiz dos Reis (1996a), no final da década de 1920, “quando as primeiras famílias estabeleceram-se no chamado Morro da Roseta”.

Figura 7 - Imagem de Nossa Senhora do Rosário no tempo presente



Fonte: Foto tirada pelo autor (2021).

Ainda segundo Reis, o nome Roseta se refere à abundante vegetação composta pela gramínea espinhenta chamada capim-roseta. Esse bairro, que só veio ser reconhecido pelo poder público por volta de 1950 (REIS, 1996a, p. 78), se origina no contexto de adensamento dos núcleos populacionais mais distantes do centro da cidade, como o bairro Magalhães e o entorno do bairro Campo de Fora, locais de moradia principalmente da classe operária, trabalhadora do porto e da estada de ferro (LUCENA, 1998). Além disso, Reis menciona a presença de muitas famílias negras no início da Roseta, ao destacar a construção do espaço de devoção do bairro, um pequeno oratório que virou capela e hoje a igreja de N. S. Auxiliadora

do bairro Progresso, como um elemento central na formação da localidade, mencionado que “Ironicamente, a comunidade, constituída em sua maioria por famílias negras, herda os despojos sacros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (dos pretos)” (REIS, 1996a, p. 81). Nesse sentido, assim como a professora Janice, Reis aponta para a existência da imagem de N. S. do Rosário, articulando uma identidade ligada à população negra da cidade ao processo que seria, nas palavras de Janice, “o fim da história da capela do Rosário e o início da igreja do Progresso”.

Em minha pesquisa, a imagem de N. S. do Rosário apareceu já no processo inicial de investigação sobre a capela do alto do morro. Com o desenvolver do trabalho, as bibliografias consultadas, como exemplo o próprio trabalho de Reis, e a oralidade de pessoas mais velhas passaram a apontar para a existência de uma imagem de Nossa Senhora, que possivelmente seria a do Rosário, já muito antiga, guardada com muito zelo na igreja de N. S. Auxiliadora do bairro Progresso. Nesse processo de pesquisa, encontrei também nos registros da memorialístico de Nail Ulysséa (1976) sua própria descrição sobre a origem da mesma imagem, tal qual como no caso narrado pela Dona Marli Brum na primeira parte e da professora Janice dos Reis nesta. Além disso, encontrei em uma visita à igreja do Progresso um material escrito pelo Sr. Nelson João de Souza,⁵⁶ morador do bairro e neto de Tomazia Altina de Souza, mulher branca nascida em 1865 no município vizinho de Imaruí, e uma das responsáveis pela construção da capela do então Morro da Roseta na década de 1930. Segundo a narrativa do Sr. Nelson sua avó iniciou as atividades de catequese para crianças em 1928, quando passou a residir na localidade, e algum tempo depois duas moradoras do centro da cidade, Nail Ulysséa e Maria Cabreiro, juntaram-se a Dona Tomazia nas aulas de catequese. É a partir da articulação dessas duas últimas, principalmente de Ulysséa, com o pároco da igreja Matriz, padre Bernard Philippe, o mesmo que atuou na venda do Morro do Rosário, que a imagem de N. S. do Rosário chega até a comunidade da Roseta. Segundo os registros do Sr. Nelson, a imagem havia sido guardada na Matriz após a demolição da capela do Rosário e encontrava-se necessitada de reforma, a qual foi feita pela própria Nail, que também substituiu o rosário por um cedro e renomeou de Auxiliadora a imagem do Rosário. A imagem foi trasladada diretamente da casa da família Ulysséa, localizada na praça República Juliana, para o primeiro oratório construído em 1938 (Figura 8). É interessante destacar aqui que este é o mesmo período em que a discussão sobre a demolição da capela do Rosário e a venda do Morro aconteceram. Além disso, é nesse período que a irmandade

⁵⁶ SOUZA, Nelson João. Histórico da capela Nossa Senhora Auxiliadora. Sem data.

possivelmente estava buscando construir uma nova capela de N. S. do Rosário. Nesse sentido, é possível que a mudança e realocação da imagem de sua padroeira faça parte do processo de deslocamento e apagamento do território do Rosário que destaquei anteriormente.

Figura 8 - Primeira festa de N. S. Auxiliadora na primeira capela



Fonte: SOUZA, Nelson João de.

Dito isso, com base nestas evidências e no histórico sobre o espaço de devoção dedicado a N. S. Auxiliadora intuí haver uma dada ligação entre a capela do Rosário e a igreja do bairro Progresso e, assim, passei a investigar mais sobre o assunto, na tentativa de adensar a narrativa sobre o território do Rosário localizado no centro da cidade. Porém, durante o processo das entrevistas, na conversa com alguns dos meus interlocutores(as) identifiquei um elemento comum que despertou ainda mais minha curiosidade histórica. Por que a imagem fica guardada “a sete chaves”, como colocado pela professora Janice? A partir disso busquei entrevistar mais pessoas moradoras do bairro na tentativa de desvendar os elementos que, de certa forma, ligavam a igreja de N. S. Auxiliadora e a Capela do Rosário. Com isso, identifiquei que nas narrativas orais esta pequena imagem aparece muitas vezes em disputa entre a comunidade local e sua relação com a imagem e demandas de movimentos negros da

cidade, que ao atribuir sentidos ligados ao território do Rosário, por outro lado, a reivindicam para si.

Decidido a buscar mais informações sobre a trajetória da imagem de N. S. do Rosário, a qual a partir das diferentes evidências citadas, passei a pensar que se tratava da mesma que ficava na capela do alto do morro. Fui até a igreja do bairro Progresso. Não tinha esperança que encontraria facilmente a imagem. No entanto, fui surpreendido quando lá cheguei e me deparei com a santa em um pequeno nicho do lado esquerdo do altar principal. Lembro-me que esse dia era 13 de maio, comemorado pelo discurso oficial com o Dia da Abolição da Escravatura no Brasil e pela Umbanda como o dia dedicado às memórias das entidades conhecidas como pretos velhos e pretas velhas. De certa forma, achei emblemático justamente nesta data encontrar o que seria um dos últimos vestígios materiais da capela a qual foi a causa inicial de toda minha trajetória da pesquisa, fazendo com que eu sentisse que não estava sozinho naquele momento. A fotografia acima (Figura 7) que abre esta seção foi tirada neste dia, pois busquei realizar o registro o mais rápido possível, não sabia quanto tempo ela permaneceria ali. Até este momento não havia entendido o porquê de a imagem estar exposta.

Em busca de resposta, caminhei até uma pequena porta nos fundos da igreja onde ficava a secretaria do templo. Chegando lá encontrei o Sr. Adelson, branco, morador do bairro e responsável por cuidar da igreja. Apresentei-me e logo perguntei sobre a imagem de N. S., expondo minha curiosidade sobre a história dela. O Sr. Adelson me olhou intrigado e primeiramente me informou que ele era responsável por guardar a imagem, além disso, pontuou que ela não costumava ficar exposta assim sempre, a ocasião era especial porque estávamos no mês de maio e no período em que se realiza a festa de N. S. Auxiliadora, e que por isso a imagem da padroeira se encontrava fora de seu altar, visto a realização de procissões, ficando no lugar a imagem de N. S. do Rosário. Nesse momento, perguntei ao Sr. Adelson um pouco mais da história da imagem, bem como se ele já ouvira falar da antiga capela do morro do Rosário. Sua resposta foi rápida, logo ele afirmou que a imagem antiga de N. S. Auxiliadora era originária da capela do Rosário dos negros e mencionou que já havia tido procura por ela algumas vezes. Com isso, ele relatou um episódio em que para a realização de uma “missa afro” algumas pessoas haviam solicitado o traslado da santinha para a na Igreja Matriz, o que segundo ele foi autorizado pela comunidade, desde que ele ficasse responsável por levar e trazer de volta a imagem. No *site* da prefeitura de Laguna encontrei uma matéria, na seção de cultura da cidade, publicada no dia 18/11/2019 onde é feito o convite à comunidade para participar da missa afro, organizada pela Pastoral Afro, que estava íntegra a programação da Semana da Consciência Negra. O destaque da matéria, no entanto,

aparece já no título: “*Imagem de Nossa Senhora do Rosário voltará a ser vista pelos lagunenses*”. Além do convite, a matéria traz uma pequena narrativa sobre a presença negra em Laguna e a capela do Morro do Rosário e a imagem de N. S. do Rosário.⁵⁷ É possível que este seja o mesmo evento apontado pelo Sr. Adeson, a fotografia que compõe o corpo do texto mostra ele segurando a imagem (Figura 9).

Figura 9 - Imagem de N. S. do Rosário em 2019



Fonte: Foto jornalista Taís Suter.

A partir da rápida conversa com o Sr. Adelson, bem como da matéria publicada no *site* da prefeitura, foi possível identificar duas questões: um cuidado com a imagem por parte da comunidade e a procura de pessoas de fora por ela. Essas foram pistas centrais que busquei seguir a partir desse ponto.

Assim sendo, depois da visita à igreja busquei encontrar outras pessoas da comunidade para entrevistar, chegando assim à Dona Selma de Souza, de setenta e nove anos e ao professor Joel dos Reis, de cinquenta e quatro. A primeira é viúva do Sr. Nelson de Souza, já o segundo é irmão da professora Janice. Ambos, em nossas conversas, trouxeram muitas memórias da formação do bairro Progresso, ao qual também insistiram em referenciar enquanto Roseta. Dona Selma nasceu no Campo de Fora, mas frequentava a Roseta desde pequena para participar das atividades na Escola de Samba “Brinca quem Pode”. O Brinca apareceu também na narrativa do professor Joel, já que seu pai, Paulo Tibúrcio dos Reis, foi um dos fundadores. A Escola de Samba “Brinca quem Pode” é um território negro como

⁵⁷ Fonte: <https://www.laguna.sc.gov.br/noticias/ver/2019/11/imagem-de-nossa-senhora-do-rosario-voltara-a-ser-vista-pelos-lagunenses>. Acesso em: 07 jul. /2022.

identificado por Reis (1996a) e nas entrevistas com Dona Selma e Joel é uma dos elementos presente na constituição das suas noções de pertencimento ao bairro. Nesse sentido, outro elemento que é comum aos dois entrevistados mobilizados para dar sentido ao seu pertencimento na comunidade é a antiga imagem de N. S. do Rosário/Auxiliadora.

O professor Joel foi o primeiro que entrevistei. Durante nossa conversa, ele revelou ter uma participação ativa na organização das atividades da igreja de N. S. Auxiliadora, bem como saber da origem da imagem antiga da padroeira. Além disso, atribui muito valor sentimental em relação à imagem, revelando um apego simbólico a ela, não somente por ele, como pela comunidade. Sobre a pequena imagem, ele disse:

Nossa! Tem um valor, vamos dizer assim, histórico né. Esse ano está completando setenta seis setenta sete anos de história dela aqui. Quando foi fundada pela Dona Tomazia, decidiram fundar a igreja aqui, ela veio para cá. Todo mundo tem um carinho (REIS, 2021b, s.p.).

Após isso, o professor comentou o episódio em que o então bispo Diocesano da região de Laguna, Dom Osório de Oliveira, ao celebrar uma missa durante a festa de N. S. Auxiliadora por volta do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, repreendeu a comunidade indicando que a imagem venerada como N. S. Auxiliadora era, na verdade, de N. S. do Rosário e com isso exigiu a substituição da imagem. Nas palavras do professor Joel:

O povo ficou assim, teve gente que chorou, se revoltou, ficou um tempo sem ir à igreja, por causa dessa atitude do bispo que mandou trocar as imagens e botar a verdadeira. Ai hoje é a referência que a gente tem, mas ainda a gente se refere a N. S. Auxiliadora como sendo aquela lá que é a do Rosário. [...] O dia em que alguém quiser tirar essa daqui, não! [sinal negativo com a mão]. Vai ter uma Terceira Guerra Mundial [risos] Ela não sai, mesmo a gente sabendo que hoje, por causa desse bispo, ela está sendo a N. S. do Rosário, mas nós temos aquele carinho todo especial porque a gente cresceu como ela sendo N.S. Auxiliadora, então sair daqui não (REIS, 2021b, s.p.).

A partir das memórias do professor Joel é possível identificar que a comunidade católica do bairro Progresso tem uma forte relação com a imagem que deu início à igreja da comunidade. Um carinho, para citar as palavras do professor, que constitui por parte da comunidade novas atribuições de sentido a um patrimônio originário do território do Rosário. Além disso, assim como a professora Janice e o Sr. Adelson, a fala de Joel reforça a questão da permanência da imagem na igreja de forma a indicar uma proteção frente a interferências externas.

Nesse sentido, a conversa com Dona Selma trouxe algumas informações sobre uma possível disputa pela imagem e seus sentidos no tempo presente. A primeira pergunta que lhe

fiz foi em relação à igreja de N. S. Auxiliadora acerca da origem da imagem antiga da padroeira e se ela já ouvira algo sobre. Com isso, Dona Selma indagou: que era lá dos negros? Respondi afirmativamente. E então ela continua.

Sim, a gente sempre soube né. Porque quando a igreja lá caiu ela foi levada para o porão da Matriz e de lá a Dona Nail e a Dona Cabreiro descobriram. Quando a Dona Tomazia começou aqui, precisava de uma imagem, elas trouxeram ela. Teve uma época até que quando – não sei se tu conhecesse o padre Edemir –, padre Edemir chegou aqui e começou a fazer uma oferta que queria tirar ela de nós aqui. Deu um rebuliço, aí ele não conseguiu. Tanto que hoje ela vive trancada, pode vir aqui na igreja tu não vês ela. Tu podes vir nas festas ela não tá, não sai, tem uma outra imagem que eles compraram, porque teve um dia que alguém olhou e disse "ah, mas essa imagem não é auxiliadora ela é N. S. do Rosário". Só que a Nossa Senhora do Rosário e a Nossa Senhora Auxiliadora, elas são idênticas. É claro, ela estava lá na igreja do Rosário, mas quando ela veio para cá, ela veio com o nome de Auxiliadora. Mas aí começou isso aí. Estava acontecendo muito roubo e queriam levar, queria carregar, então hoje ela vive mais guardadinha (SOUZA, 2022, s.p.).

Dona Selma iniciou sua narrativa relembrando a primeira mobilização da construção da igreja de N. S. Auxiliadora vinculada à transferência da imagem de N. S. do Rosário, assim como fez a professora Janice e o professor Joel. No entanto, é na menção ao padre Edemir que encontramos vestígios de diferentes sentidos atribuídos a dita imagem no tempo presente. Nesse caso, a vinculação ao território do Rosário. Nesse sentido, perguntei mais acerca do caso envolvendo o padre e a imagem.

Queria... o padre Edemir fez um [pausa]. Que primeiro ele chegou aqui ele foi se chegando. Ele logo foi procurado por nós. Até foi interessante que ele me olhou e disse assim: "Eu tenho um grupo de negros lá em Capivari" – eles vieram aqui várias vezes, de Capivari de Criciúma, que tinha o centro social, eles faziam umas danças, apresentavam umas danças bonitas [...]. Aí depois começou juntando o pessoal que queriam carregar a imagem daqui, a sorte que o pároco da época não permitiu e aí ela ficou mais escondidinha (SOUZA, 2022, s.p.).

Após isso perguntei se ela sabia para onde que o padre Edemir gostaria de levar a imagem, ao passo que ela respondeu: *"Eu não sei o que ele queira fazer com ela. "Porque era dos negros tinha que ir para os negros". Mas os negros não tinham igreja, não tinham nada, iam levar para onde?"* Padre Edemir João de Souza nasceu na cidade de Tubarão/SC e foi ordenado presbítero em 1981 em Capivari de Baixo/SC, onde trabalhou em seus primeiros anos de ministério. Em 1988, após passar pelas paróquias de Oficinas e Içara/SC, é ordenado pároco da paróquia de Nossa Senhora dos Navegantes do bairro Magalhães em Laguna/SC, onde atuou enquanto pároco e vigário até sua morte em 2016.⁵⁸ Durante minha infância, frequentei a paróquia em que padre Edemir atuava e lembro-me de que, além de ser uma

⁵⁸ Fonte: <https://diocesetb.org.br/cleros/categoria/obituario>. Acesso em: 06 jul. 2022.

pessoa muito engajada nos movimentos sociais ligados à igreja, ele foi o primeiro pároco negro da Igreja de N. S. dos Navegantes. Além disso, padre Edemir foi responsável pela construção da capela do bairro Vila Vitória em Laguna, bairro no qual morei boa parte de minha vida. A capela é dedicada à N. S. do Rosário e São Benedito. Não foi possível encontrar mais vestígios até esse momento sobre a participação do padre Edemir em outros movimentos sociais na cidade de Laguna. Porém, a própria atuação na construção da capela da Vila Vitória, além da memória de Dona Selma, aponta para um possível sentido dado pelo padre à imagem de N. S. do Rosário. Além disso, é provável que a procura pela imagem não tenha sido feita somente pelo padre, como, por exemplo, a missa afro citada pelo Sr. Adelso.

Essas informações alinhavadas à narrativa de Dona Selma possibilitam construir uma interpretação sobre diferentes sentidos atribuídos a um patrimônio do Rosário, que também é da comunidade do bairro Progresso. Nesse sentido, podemos pensar que o território do Rosário, no tempo presente, também é perpassado por demandas e disputas. No caso, identificamos a procura pela imagem apreendida pelo padre Edemir, bem como, pelo movimento da semana da consciência negra em 2019 sobre a coordenação da Pastoral Afro, que atribui à imagem sentidos ligados à sua origem. Em contrapartida, essa demanda gera uma disputa com a comunidade do bairro Progresso, que tem a antiga imagem de N. S. do Rosário como a representação de N. S. Auxiliadora. Com isso, percebemos que a ressignificação da imagem por parte da população de Laguna, e a permanência de sentidos políticos por outro, evidencia uma história inacabada, que ainda no tempo presente gera reverberações.

Parto do pressuposto que falar do território do Rosário é algo muito especial para mim, digo que os sentidos que ele tem, perpassam minhas memórias sentimento e memórias na política. Dito isso, penso que até aqui foi possível ampliar esses sentidos a partir da costura das memórias da professora Claudete, do professor Joel, do Sr. Antônio, do meu avô, das Donas Marli, Terezinha e Selma, bem como, meu Tio Cairo com as fontes de jornais, documentos eclesiais, como as cartas e as fotografias. As memórias de pessoas brancas também fizeram parte desse processo, visto os registros dos memorialistas da família Ulysséa. Porém, em certos momentos busquei criar contrapontos. Assim sendo, penso também que esta narrativa histórica sobre o território do Rosário, entendido aqui enquanto a junção de três elementos: a irmandade, o morro e a capela, bem como seus patrimônios materiais ainda existentes, no caso a imagem de N. S. do Rosário, possibilita construir fragmentos de um panorama de quase duzentos anos de trajetória de sua constituição, que aconteceu a partir de um “processo histórico de intensa dinâmica cultural” característico do espaço geopolítico da

América, ao qual Laguna está inserida, marcado pela “adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas” de ser e estar no mundo (GONZALEZ, 1988, p. 76). Nesse sentido, o território do Rosário, em diferentes tempos, faz parte dos muitos espaços que foram se constituindo como lugares de pertencimento e de disputas na cidade, como, por exemplo, os clubes recreativos, as escolas de samba e os espaços das religiões de matriz africana, aos quais não foram abordados nessa pesquisa, mas que são parte importante das experiências negras na cidade. Dito isso, e tendo como base a pesquisa acerca dos espaços em torno de devoções das populações negras na cidade, o território do Rosário não é o único espaço católico onde tais populações constituíram pertencimento, a partir de resistências, adaptações e disputas. Assim sendo, nas próximas páginas a Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos se torna o cenário de minha discussão, e os devotos da Devoção de Nossa Senhora do Parto os protagonistas de um processo histórico de ocupação e constituição de território em um dos espaços símbolos da colonialidade na cidade.

Parte II - Memórias do Parto: devoções, celebrações e (re)existências

4 CONSTITUINDO O TERRITÓRIO: A MATRIZ É UM ESPAÇO A SE OCUPAR

Na minha época já não tinha mais discriminação, não lembro disso, mas na época anterior bem antes da assinatura da lei áurea os negros eles assistiam à missa do lado de fora da igreja ou na sacristia. Então conta-se uma história, mamãe cansou de contar isso, pessoas antigas contavam, que tinha um negro, um escravo, assim na hora do santíssimo, a hora que o padre pega a ostea abençoada, ele começou a gritar na porta da igreja: "como é que pode um homem tão pequeno pegar um homem tão grande na ponta dos dedos?" Ele viu Cristo na ponta dos dedos [do padre]. Aí as pessoas que estavam ali falaram "sai daí, sai daí", "tocaram" ele. E ele morreu afirmando que viu. Não consta no livro de História da Laguna. Eu contava isso para os meus alunos. Ele tinha assim uma santidade tão grande esse homem, [...] Ele viu Cristo na ponta dos dedos, aqui na igreja de Santo Antônio (BRUM, 2021, s.p.).

A Nossa Senhora do Parto que eu soube, depois de jovem, é que houve um tumulto na paróquia da Laguna por causa da Irmandade [pausa] Associação de N. S. do Parto que era dos pretos, dos negros na Laguna e que o padre, que fui saber agora que era chamado José Locks, que ele então querendo desfazer a associação escondeu a Nossa Senhora do Parto. Uns diziam que ele tinha engavetado para mandar para fora da Laguna (MARTINS, 2021, s.p.).

A Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna se constitui desde o século XVIII enquanto um dos pontos centrais na estrutura religiosa, social e geográfica da cidade (LUCENA, 1998). Historicamente marcado pela colonialidade, este espaço teve seu início enquanto uma pequena capelinha de pau-a-pique, erguida sob as ordens do bandeirante colonizador Domingos de Brito Peixoto, com o objetivo de marcar a posse do território e mais um posto instituído da fé cristã no sul da colônia. Após os primeiros anos de invasão, a capela foi sendo ampliada, cresceu em estrutura e em número de fiéis. Nas muitas narrativas sobre a Igreja Matriz, que hoje faz parte do patrimônio tombado da cidade, diferentes elementos são mobilizados na constituição da identidade lagunense. Os sentidos da fé, o valor arquitetônico e os personagens históricos brancos aparecem na maioria destas narrativas (ARNS, 1975; ULYSSÉA, 1946; 1976). No entanto, é possível pensar nesse espaço de devoção constituído e significado a partir da agência histórica de pessoas negras na cidade? Afinal, como nas palavras da professora Claudete na primeira parte desta dissertação *“foram os negros; os negros construíram a Matriz”*. A referência da professora evoca principalmente a participação braçal de pessoas escravizadas na construção do templo. Porém, sua narrativa alinhavada a

outras memórias possibilita descascar a pintura colonial depositada sobre uma “parede da memória negra em Laguna”.

Nesse sentido, as narrativas de Dona Marli e de meu tio Cairo que abrem esta parte da dissertação são o ponto inicial que escolhi para ampliar o narrar histórico sobre a cidade, a partir do espaço da Matriz, que devido ao epistemicídio histórico estrutural, por vezes, contou uma história única. Ambas as memórias narradas apresentam vestígios das especificidades do espaço de devoção central da cidade. No entanto, é na observação do que as aproximam que busco o trabalho de costura da memória. A fala de Dona Marli é emblemática porque nos possibilita identificar uma memória que evoca sentidos de fé e a impossibilidade ou dificuldade enfrentada por pessoas racializadas e escravizadas de acessarem a Igreja de Santo Antônio. A fala do meu tio Cairo, remete a um tumulto ocorrido na Igreja por conta dos Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Parto. Obviamente, o foco aqui não é a busca de uma veracidade destas ocorrências, mas as possibilidades de evidenciar as personagens, os sentidos, as estratégias, as agências e as disputas das populações de origem africana e seus descendentes na cidade em relação a este espaço de devoção.

Dito isso, nesta seção, me dedico a investigar o caso da Devoção de N. S. do Parto,⁵⁹ que ocorria na Igreja matriz. Este que foi sem dúvida um achado histórico e uma surpresa intrigante para mim. A primeira vez que ouvi falar sobre ela foi em um domingo de páscoa conversando com meu tio Cairo quando relatou o episódio que abre esta seção. Ao que tudo indica, a tentativa de retirada da imagem de N. S. do Parto feita pelo vigário gerou uma comoção entre a comunidade católica da cidade, principalmente entre as pessoas negras, que em um ato de revolta invadiram a Igreja Matriz e não permitiram a saída da santa. O caso foi tão sério que, segundo a memória do meu tio, o padre precisou pedir abrigo na casa do prefeito, pois envolveu uma grande quantidade de pessoas e até a polícia. Essa história me gerou uma tremenda curiosidade! Como assim uma revolta? Quem estava envolvido? Quando aconteceu exatamente? As minhas dúvidas e curiosidade me levaram a incluir o assunto da revolta da santa, que passei a chamar assim em minhas entrevistas.

Minha hipótese é que seguindo as pistas da revolta da santa envolvendo os devotos do Parto e o padre Locks é possível identificar os sentidos atribuídos à devoção à Senhora do Parto e a Igreja Matriz enquanto também territórios negros na cidade. Para isso, debruço-me na análise das entrevistas e de outros documentos históricos (processo, cartas, ofícios, jornais

⁵⁹ Verificou-se tanto na documentação levantada no Arquivo Eclesiástico de Florianópolis como nos periódicos localizados na hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina a denominação de “Devoção de N. S’. do Parto” para a associação de caráter paroquial que possuía como padroeira a santa de mesmo nome.

e fotografias) no exercício da costura da memória, almejando identificar as agências e (re)existências de africanos e seus descendentes marcadas pela “adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas” de ser e estar no mundo (GONZALEZ, 1988, p. 76).

4.1 A DEVOÇÃO DE N. S. DO PARTO DOS HOMENS DE COR DA LAGUNA

Então, tinha até uma irmandade de Nossa Senhora do Parto que era dos negros. Ai tinha procissões e eles saiam com aquela opa tudo; dos negros pretos! (BRUM, 2021, s.p.).

Figura 10 - Procissão com a imagem de Nossa Senhora do Parto (primeira metade do séc. XX)



Fonte: Benício (2018), (Acervo Dalmo Faísca).

A memória que abre esta seção me foi passada por Dona Marli Brum. Entre os/as interlocutores/as da pesquisa ela foi a pessoa que, além de meu tio e do Sr. Antônio, tinha histórias sobre os devotos do Parto a contar, em específico acerca da revolta pela santa. Quando conversamos, ela relatou que a história desse dia sempre era comentada em sua casa, por seu pai e sua mãe, e mais que isso, destacou que seu tio Afonso Sabino foi um dos

personagens centrais do acontecimento. No trecho acima selecionado a professora aposentada traz evidências da existência da entidade religiosa, destacando com ênfase uma identidade preta e informando sobre a realização de procissões. O registro fotográfico (Figura 10), alinhavado à memória de Dona Marli, retrata uma possível procissão por ela mencionada, onde os devotos, com suas opas brancas, conduziam a imagem de sua orago. A fotografia não possui uma data exata. Porém, é possível se tratar de um registro da primeira metade do século XX, e no qual podemos acessar uma “janela direta para o passado” (LISSOVSKY, 2014). Não busco aqui discorrer em reflexão a partir de uma análise aprofundada do campo dos estudos de imagem e história, porém, algumas questões são necessárias, como, por exemplo, a relação entre sistemas visuais, nesse caso a fotografia, e o visível, “o ver/ser visto, dar-se/não se dar a ver”, bem como, com a visão, “os instrumentos e técnicas de observação, o observador e seus papéis, os modelos e modalidades do olhar [...]” (MENESES, 2005, p. 35-38). Nesse sentido, o meu olhar para esse registro fotográfico, tendo como base os objetivos desta investigação, vê alguns elementos centrais que possibilitam levantar algumas questões. O primeiro desses elementos é a presença quase que exclusiva de pessoas negras no enquadramento da fotografia; o segundo é a elaboração de um rito católico com certa pompa, expressa nas vestimentas e na ornamentação do andor com a imagem sacra. Já o terceiro é o local da foto, a Rua Santo Antônio, importante via pública localizada no centro da cidade. Estes elementos permitem uma leitura potente da imagem onde uma procissão bem ornamentada na região central da cidade e conduzida por pessoas negras, bem vestidas, sugere um momento de visibilidade e destaque social para essas pessoas no contexto. Estas são algumas questões iniciais importantes que, surgidas da costura da memória, possibilitam ao decorrer dessa seção construir uma narrativa histórica que pense os possíveis sentidos que o ocupar a Igreja Matriz significava para pessoas marcadas pela raça e classe, bem como, compreenda a constituição, a partir de suas experiências e vivências no sul do Brasil e em Laguna, de estratégias sociais por elas adotadas.

Após encontrar a Devoção do Parto na oralidade, passei a buscar em outras fontes o “fio da meada” desta história, e para tentar resolver este caso mergulhei nos arquivos. Minha jornada começou de forma *online*, devido ao contexto da pandemia de Covid-19. O *site* da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, na seção da hemeroteca, foi meu ponto de partida. Tendo acesso a uma coleção digitalizada de diferentes periódicos da cidade de Laguna, datados da segunda metade do século XIX e início do XX, pude encontrar outros vestígios da Devoção do Parto, em específico, de propagandas, anúncios, programas e notas sobre as festas realizadas geralmente entre dezembro e janeiro de cada ano como, por

exemplo, nos anos de 1883, 1885, 1889, 1891, 1900 e 1915. Nesse sentido, essas novas fontes aliadas à memória de Dona Marli e a fotografia possibilitam uma análise que aponta para uma centralidade do celebrar.

Na publicação do dia trinta de dezembro de 1883 do jornal A Verdade uma nota elogiosa direcionada à organização dos devotos do Parto é uma evidência da preocupação com a realização da celebração: *Festividades - A da Senhora do Parto foi feita com algum esplendor este ano. Merecem, pois, louvores os encarregados della, os quaes não se pouparam esforços para dar-lhe o maior brilho possível.*⁶⁰ O mesmo pode ser observado dois anos depois, em uma nota no mesmo periódico datada de primeiro de fevereiro 1885 onde é anunciada “a festa de Nossa Senhora, sobre invocação do Parto, promovida por Devoção, por alguns homens de cor” e, logo em seguida, encontra-se o comentário de que “As novenas que tiveram começo no dia vinte e seis do corrente, tem estado muito animadas”,⁶¹ pois a música nova preparada pelo professor Alberto agradou aos fiéis. A promoção de uma nova música para animar os fiéis da Igreja Matriz corrobora com a hipótese de que umas das preocupações dos devotos do Parto era o esmero do celebrar. Já em 1899, o secretário da Devoção Manoel Henrique Wellington assina o abaixo-assinado publicado no jornal O Futuro de vinte de dezembro e anuncia a festa daquele ano, que aconteceria no dia de natal, destacando que esta contaria com “todo o esplendor”, precedida de três novenas, missa cantada e procissão, e ainda pontua que a festa seria finalizada “queimando-se logo em seguida um deslumbrante fogo de artifício”.⁶² Novamente a celebração se mostra um ponto central para os devotos do Parto, e ao que tudo indica, mesmo com a virada do século, a festividade continuou a ser um momento de destaque para seus devotos de cor. Isso até o ano de 1927, quando temos um ponto de virada em nossa história.

Aqui meus cares leitores, faço uma pausa para contar que até essa altura de minha pesquisa eu sabia que a Devoção do Parto esteve ativa na vida social católica de Laguna da segunda metade do XIX e primeira metade do XX, e que em algum momento entre esse período a imagem de sua padroeira foi o pivô de um tumulto que colocou a permanência de seus devotos na Igreja Matriz em risco. Com a flexibilização das medidas no combate ao Covid-19 e a abertura dos acervos para pesquisa pude expandir minha busca. Minha visita ao Arquivo Eclesiástico de Florianópolis foi bastante emblemática, pois ao encontrar apenas duas pastas referentes à paróquia de Laguna, com documentações datadas de 1911 a 1954, a

⁶⁰ A VERDADE, a. V, n. 235, 30 de dezembro de 1883.

⁶¹ A VERDADE, a. VII, n. 317, 01 de fevereiro de 1885.

⁶² O FUTURO, a. IX, n. 309, 20 de dezembro de 1899.

primeira que escolhi para começar o trabalho me surpreendeu positivamente. Na hora não acreditei, mas nesta primeira pasta, organizada em pacotes separados por assunto, a primeira coisa que encontrei foi justamente o conjunto de documentos identificados com a etiqueta “Devoção de N. S. do Parto”. Não bastasse isso, o primeiro documento no pacote era uma carta, datada de 1927, escrita por seus devotos e direcionada ao arcebispo de Florianópolis. A carta representa um documento muito importante nessa pesquisa porque foi escrita pelos próprios devotos e possibilita construir contrapontos tanto com as narrativas orais como com a documentação deixada pelas autoridades eclesiásticas brancas. Além disso, a carta apresenta informações pontuais sobre a Devoção, como, por exemplo, histórico de criação, a autoidentificações dos seus membros enquanto homens de cor (pretos, pardos e mulatos) e o início do conflito da revolta da santa, que a partir da documentação pude identificar 1928 como o ano do acontecimento, questões que iremos abordar mais à frente.

Importante apontar que o período do conflito em Santa Catarina é marcado por transformações na Igreja Católica. O catolicismo popular, ou barroco, modelo que estruturava práticas culturais e de poder nas cidades do estado, principalmente nas do litoral com a influência portuguesa e africana, começa a ser combatido por uma forte romanização das estruturas da religiosidade. Assim como em grande parte do Brasil, a ocupação colonial do que hoje é a cidade de Laguna, teve a Igreja Católica como um elemento central para o estabelecimento das normas sociais e controle dos corpos. No entanto, diferentes estudos sobre o catolicismo no Brasil identificam que sua instituição neste território não se deu exatamente seguindo à risca as cartilhas europeias, como o concílio de Trento do século XVI ou as tentativas de restabelecimento da igreja no contexto iluminista. A historiadora brasileira Mariza de Carvalho Soares, ao estudar a constituição de irmandades negras na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, identifica enquanto barroca a religiosidade católica nesse período. Segundo Soares, esta religiosidade é caracterizada “por uma grande participação dos leigos” que se empenharam em construir suas capelas e igrejas e formavam uma “grande variedade de devoções que, instituídas em irmandades, transformam-se também em espaços de sociabilidade” (SOARES, 2000, p. 133). Nesse sentido, a historiadora aponta que “embora inspiradas no modelo das portuguesas, as irmandades criadas no Brasil apresentam um perfil bem especial” (SOARES, 2000, p. 136). A constituição de espaços leigos ligados à Igreja Católica fomentou um modelo de hierarquia entre a sociedade baseada em classe, raça e gênero. No Rio de Janeiro, por exemplo, a Irmandade de São José, destinada às famílias brancas e ilustres, e as Irmandades de N. S. da Conceição, São Benedito e N. S. do Rosário, pertencentes aos pardos, pretos e crioulos são exemplos desse processo. A historiadora ainda

afirma que no Rio, dos séculos XVII e XVIII, é “impossível pensar a hierarquia social sem levar em conta a hierarquia dos homens e dos santos” (SOARES, 2000, p. 136). No entanto, para além da questão da hierarquização, em específico pensando as experiências das pessoas racializadas e escravizadas, como apontado na primeira parte desta dissertação, estas irmandades e devoções se constituíram enquanto espaços possíveis para educar crianças, alforriar escravizados e enterrar e sufragar a alma dos Irmãos falecidos (MALAVOTA, 2011, p. 27).

Descendo geograficamente da capital da colônia e pensado na região de Santa Catarina, principalmente nos polos iniciais de colonização portuguesa, o sistema de irmandades proveniente do catolicismo barroco também se fazia presente. Em Desterro, as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e a de Nossa Senhora do Parto configuravam espaços de sociabilidades para africanos e seus descendentes, já os brancos tinham a confraria de São Francisco e a Irmandade do Divino Espírito Santo. Em Laguna, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Antônio dos Anjos são as primeiras que se tem registro. Estas irmandades perduraram nos séculos XVIII, XIX, e algumas delas, o XX. Em Laguna, alguns documentos permitem observarmos que esse tipo de sociedades teve uma expansão. No século XIX, o juiz de direito Francisco Isidoro Rodrigues da Costa ao elaborar um relatório acerca da cidade de Laguna, em resposta a um pedido feito pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1880, aponta que em 1881 “Na Igreja Matriz existem as seguintes irmandades: Santo Antônio dos Anjos, Santíssimo Sacramento, Dores, Rosário, Espírito Santo, Parto, e as devoções Passos e São Sebastião” (DALL’ALBA, 1979, p. 49).

É nesse contexto de catolicismo barroco que em 1854 é criada na Igreja Matriz a Devoção de N. S. do Parto da Laguna e, segundo expressado pelos devotos na carta, “desde sua fundação sempre foi administrada por homens de cor (homens pretos, pardos e mulatos)”. Outras bibliografias apontam para a condição social. Além disso, a devoção ainda no século XIX, possivelmente, também era frequentada por africanos. O memorialista Saúl Ulysséa ao descrever o antigo Morro do Moinho no livro “A Laguna de 1880” (1943) comenta que uma das casas que lá ficava era de propriedade de “Antônio Wanzeller, preto da costa, que aos domingos, de calças brancas e enormes sapatos esmolava para a irmandade de N. S. do Parto” (ULYSSÉA, 1943, p. 71). A denominação da costa tinha por função indicar a procedência de África (MALAVOTA, 2007). As esmolas recolhidas por Antônio possivelmente tinham como destino a realização da festa de Nossa Senhora, que segundo apontam as fontes apresentadas anteriormente, aconteceram com certa regularidade até 1927. Dito isso, a costura da memória

segue até este ano quando, ao que tudo indica, a festa de N. S. do Parto organizada pelos homens de cor ocorria com o maior capricho e esmero que apresentava no século XIX.

Figura 11 - Anúncio da festa de N. S. do Parto



Fonte: A cidade (01/01/1927).

Festa de N. Senhora do Parto

A comissão desta Devoção faz sciente a todos os devotos que os actos desta solenidade, a celebrar-se no dia 6 de Janeiro próximo, constarão do seguinte.

PROGRAMMA

Dias de 1 a 6 haverá novenas acompanhadas pela Banda Musical Carlos Gomes.

Dia 5, traslatação da Imagem de Nossa Senhora, da capella do hospital para a Matriz, às 8 horas, percorrendo as ruas Hercílio Luz, Gustavo Richard, 1 de Março, Raulino Horn e Conselheiro Jerônimo. Depois da traslatação será cantada a novena. Pede-se aos devotos da Santíssima Virgem para iluminarem as frentes de suas casas, por onde passar a traslatação.

Dia 6, missa às 10 horas da manhã e procissão às 6 horas da tarde, indo ao Campo de Fora.

Haverá passeata pela Carlos Gomes depois da missa.

Dia 1 de tarde Retreta no Jardim. Para maior realce, a comissão convida as Exmas. Filhas de Maria, todas as corporações religiosas, Collegio Stella Maris, bem como todas as creanças para, vestidas de branco, tomarem parte na procissão da Santíssima Virgem.
Laguna, 22 de Dezembro de 1926.
A COMISSÃO.

Segundo o anúncio publicado no dia primeiro de janeiro pela comissão encarregada dos preparativos no jornal *A cidade* (Figura 11), a festa ocorreu em Laguna nos seis primeiros dias do ano e, ao que tudo indica, tinha a intenção de mobilizar um número significativo de pessoas. O cortejo de transladação, seguindo um caminho iluminado por velas, deveria passar pelas principais ruas do centro da cidade. Já as missas e novenas provavelmente estavam concorridas de fiéis, visto as apresentações musicais da Sociedade Musical Carlos Gomes. É provável também que as celebrações da santa virgem movimentaram a participação de outras irmandades e devoções, como a de N. S. do Rosário, N. S. da Conceição e Santo Antônio. Além disso, a presença da Associação de Filhas de Maria e do Colégio Stella Maris, comandado pelas irmãs da Divina Providência, aponta o destaque da festa na vida católica da cidade do sul de Santa Catarina. Destaca-se aqui, as apresentações musicais da Sociedade Musical Carlos Gomes, em específico a possível presença de muitos músicos negros, assim como na banda União dos Artistas, como destacado pelo Sr. Antônio Luiz dos Reis na primeira parte desta dissertação. Criada em 1881 enquanto *Sociedade Musical Santa Celia*, tinha como uma de suas características promover o ensino de música e realizar eventos em prol da agenda abolicionista. Posteriormente, seu nome mudou para *13 de maio* e tempos depois para *Carlos Gomes*, em alusão ao famoso compositor paulista; esse último dura até hoje. É possível que parte dos músicos da sociedade musical originalmente abolicionista que tocaram na festividade de N. S. do Parto eram seus devotos, bem como, de N. S. do Rosário, tendo em vista a circulação e o intercruzamento dessas pessoas por diferentes espaços negros da cidade (REIS, 1996a; ROSA, 2021).

Os esforços empreendidos pela Devoção de N. S. do Parto, sua mesa administrativa e a comissão organizadora da festa começaram ainda no ano anterior, como indicado na data assinalada no programa da festa, e proporcionam uma rica e animada programação para a celebração de sua padroeira. No entanto, alguns dias depois da festa os devotos foram surpreendidos com um anúncio repentino do então vigário da Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos. No dia 27 de janeiro, durante uma celebração realizada na Igreja Matriz, o Vigário, padre José Locks, anunciava a destituição da mesa administrativa da Devoção de N. S. do Parto de suas funções e nomeava outros fiéis no lugar. O que teriam feito os devotos do Parto,

que a alguns dias atrás festejavam sua padroeira, para serem destituídos de seus cargos? Quais os motivos do vigário? No dia dois de fevereiro os devotos destituídos, em carta endereçada ao recém-empossado arcebispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, expressaram seu descontentamento e questionaram a legitimidade do ato do vigário. O documento é assinado por: Manoel Oliveira Fragoso, Bonifácio Deoclécio Gil, Affonso Sabino, José Luiz dos Reis, Acelino Gonzaga, João Marcolino de Souza, Manoel Theodoro da Silva, Miguel Antônio de Souza, João Machado, Olavo Bento da Silva, Ananias Candido e Carlos Vicente. Nela, encontramos algumas informações importantes sobre a Devoção de N. S. do Parto da Laguna e também os possíveis motivos que levaram padre Locks a destituir a mesa administrativa.

Duas acusações pesam sobre nós, mas são elas de tal forma repugnantes, que não lhes podemos dar guarida. Examinemol-as de per si. Murmura-se em todas as rodas, que a destituição se deu devido ao facto da Mesa Administrativa da Devoção não ter dado sciencia ao Sr. vigário José Locks, dos desejos de levar a efeito a festa do ano corrente. A imprestabilidade e inadmissibilidade desse pretexto é evidente, pois foi o próprio Sr. vigário José Locks quem praticou na festividade que levamos a efeito neste ano, todos os ofícios divinos, pelos quaes recebeu a esportula que exigiu e que consta da escripturação regular da Devoção. O segundo motivo que corre mundo com os fóros de verdadeiro, é o que diz quererem as autoridades religiosas afastar os homens de cor (homens pretos, pardos e mulatos) da direção de devoções e Irmandades.⁶³

A leitura dos motivos apontados pelos devotos na carta nos traz algumas evidências interessantes sobre o contexto social católico da cidade de Laguna quando marcado por um processo de romanização e circunscrito no período do pós-abolição.

Acerca do primeiro, tem por origem os processos de transformação da relação entre sociedade e Igreja Católica, bem como a perda de influência desta desde o final do século XVII. Como resposta, a igreja buscou empreender esforços para aumentar seu poder espiritual sobre seus fiéis. Este movimento foi designado romanização do catolicismo, dado sua ligação direta com a Cúria Romana, mas também pode ser encontrado como fé ultramontana, caracterizada pelo reconhecimento e centralização do poder do Pontífice Romano (AZZI, 2008, p. 18). No Brasil, o fim da monarquia e do padroado, ligação entre Igreja e Estado, bem como a ascensão da república, passam a ser um ponto de preocupação das autoridades eclesiásticas e caracterizam o início de ações romanizadoras no país. Nesse contexto, o aumento considerável de dioceses é um sintoma desse processo. Segundo Azzi:

A atividade pastoral do episcopado nessa época estava marcada pelo esforço em

⁶³ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 01.

substituir o tradicional catolicismo luso-brasileiro, marcadamente devocional, pelo catolicismo romanizado, com ênfase no aspecto doutrinal e sacramental. Em geral, os bispos reformadores e seus colaboradores acusavam o catolicismo tradicional de ser demasiado superficial, voltado apenas para a pompa exterior. Em substituição, desejavam eles implantar a verdadeira fé, mediante a frequência aos sacramentos da confissão e comunhão, e o controle clerical das festas, devoções e associações religiosas. Enquanto se marginalizavam as antigas confrarias e irmandades, dirigidas pelos leigos, eram introduzidas novas associações religiosas, diretamente vinculadas ao clero, como o Apostolado da Oração e a associação das Filhas de Maria (AZZI, 2008, p. 39).

Em Santa Catarina, o pesquisador Ivan Aparecido Manoel (2008) pontua que as ações romanizadoras tiveram início com o fim do padroado e a criação da Diocese de Curitiba em 1892, da qual estavam inseridas as jurisdições do Paraná e Santa Catarina. Com isso, pretendeu-se “imprimir uma conduta, dentro de critérios considerados civilizados, aos seus padres e a seus fiéis” (MANOEL, 2008, p. 62). As ações tinham como objetivo romper com um catolicismo barroco, ou popular, considerado fruto de uma cultura atrasada e nada condizente com o contexto de modernização republicano da época. Nesse sentido, ao observarmos os processos históricos e projetos políticos empreendidos no Brasil do final do XIX e início do XX, não é possível pensar a Igreja Católica e o processo de romanização dissociada do contexto do pós-abolição. Com isso, destaco que as ações romanizadoras quando empreendidas sobre os fiéis negros, suas formas de celebrar e suas devoções e irmandades, estão permeadas, também, de racismo.

No que se refere à cidade de Laguna, neste cenário, na primeira metade do século XX as obras do jardim central e a reforma da área portuária, bem como, a preocupação com a ordem e asseio nos espaços da cidade caracterizam a chegada dos anseios republicanos por modernidade. No entanto, como observei na primeira parte desta dissertação, esse contexto na cidade é marcado também pelos constantes ataques à capela de N. S. do Rosário dos Homens Pretos e, conseqüentemente, pela sua demolição em 1933. Nesse sentido, o que está em jogo não é somente uma modernização de Laguna, mas também um apagamento sistemático da presença negra no centro urbano e no circuito católico da cidade, característico do pós-abolição (SILVA, 2010). Com base nisso, não é de se estranhar que tais questões tenham recaído sobre a Devoção dos homens de cor que marcava presença na Igreja Matriz; tendo na figura do vigário um antagonista possivelmente próximo das ideias romanizadoras.

José Lockes nasceu em São Ludgero,⁶⁴ sul de Santa Catarina, em 1893. Aos vinte e seis anos, em 1920, é ordenado sacerdote na catedral de Florianópolis. Seu primeiro posto

⁶⁴ O município foi emancipado da cidade de Braço do Norte em 1962. No entanto, a ocupação da região data do final do século XIX com a colonização de imigrantes de origem alemã.

enquanto religioso foi a paróquia de Laguna, ao qual desempenhou o papel de vigário. Em 1921, é designado para Itajaí, onde fica até 1924, quando retorna para Laguna, agora enquanto vigário encarregado.⁶⁵ Esse segundo período de Locks na paróquia de Santo Antônio dos Anjos é mais extenso, vai até 1928, sendo marcado, nas palavras de Nial Ulysséa pela fundação da conferência Vicentina, a construção do Edifício São Vicente de Paula, bem como de diferentes capelas no interior do município. Porém, as evidências documentais encontradas possibilitam supor que Locks nesse período também se alinhava, em certa medida, à cartilha da romanização. Em uma carta para o bispo de Florianópolis, datada de 29 de agosto de 1924, alguns meses depois de Locks assumir como vigário encarregado, tece críticas ao aparato das devoções e irmandades.

Existem cá na Laguna, em matéria religiosa, 13 tesoureiros: de S. Antônio, S. Miguel, N. S. da Conceição, N. S. do Rosário, Espírito Santo, N. S. dos Navegantes, Filhas de Maria, Apostolado, Vicentistas, Damas de Caridade e a fábrica da igreja que está em mãos do vigário. As devoções de S. Miguel, N. S. da Conceição, N. S. do Parto, N. S. do Rosário e a do Espírito Santo, das devoções, a bem dizer, extintas. A que dentre elas ainda se realça é a de N. S. do Parto que possui inventário bastante rico e faz cada ano uma festa e tem seus associados com distintivos.⁶⁶

Após fazer um panorama das tesourarias da Laguna, Locks classifica como praticamente extintas as devoções mais antigas da paróquia, deixando de fora apenas as Filhas de Maria, Apostolado, Vicentistas e Damas de Caridade, vinculadas diretamente ao clero e introduzidas em substituição às antigas irmandades e devoções (AZZI, 2008). É interessante destacar que, mesmo realizando a cada ano uma festa e possuindo um inventário bastante rico, a Devoção do Parto estava extinta. O mesmo se aplica à Devoção de N. S. da Conceição, historicamente composta de pessoas pardas.⁶⁷ Assim como a do Parto, esta realizava suas

⁶⁵ Fonte: <https://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/monsenhor-jose-locks/>. Acesso em: 06 jul. 2022.

⁶⁶ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 214 - Diocese de Tubarão - Laguna - 1911. Doc. 17.

⁶⁷ A memorialista Nail Ulysséa ao descrever as três irmandades negras que existiram na cidade de Laguna, Rosário, Parto e Conceição, identifica a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição enquanto “composta de mulatos, “pardos” como os chamavam”, destacando ainda não poder confirmar com certeza a data de sua fundação, no entanto, “era muito antiga” (1976, p. 184). Segundo a historiadora Naiara Alvez, em sua pesquisa sobre irmandades negras na região da Paraíba, no século XIX, os santos e santas padroeiros tinham caráter classificatório (ALVEZ, 2006). Desta forma, as irmandades de pardos tinham uma certa variedade de padroeiros, sendo N. S. da Conceição a mais recorrente (46). A exemplo, além da de Laguna, pode-se citar as Irmandades de N. S. da Conceição de Porto Alegre/RS e Inhambupe/BA, ambas compostas de pessoas identificadas enquanto pardas (ALMEIDA, 2016; SOUZA, 2021). Nesse sentido, a identificação enquanto pardo tem origem no contexto escravista. Segundo Malavota, “A condição de pardo era atribuída a escravos, forros e livres, nascidos no Brasil. Preto designava escravos e forro, de origem africana; crioulos e mulatos eram termos atribuídos a escravos e forros, nascidos no Brasil. Mesmo que tais referências sejam representativas para pequenos períodos de tempo, eles nos permitem perceber o sentido atribuído à cor: sua relação com a condição social do indivíduo. Assim os pardos trazem a marca da descendência africana” (MALAVOTA, 2011, p. 87).

festas anualmente, durante o mês de dezembro, e em diferentes periódicos publicava seus anúncios e notas que vão desde a segunda metade do século XIX até a segunda metade do XX.⁶⁸ Locks continuou a carta expressando preocupação com a situação dos cofres para esmola presentes na Matriz, pois, segundo ele, estes em sua maioria eram abertas por uma pessoa somente, no caso, os tesoureiros. Tal fato era preocupante porque gerava comentários de que estes estavam “comendo o dinheiro dos santos”. Por último, Locks conclui a carta dizendo que “*Embora aqui não se esteja em medidas de reforma que reduzam a uma forma mais simples este aparato, em parte inútil, de devoções e irmandades, contudo julguei de bom aviso pôr a V. Excelência a par de tudo*”.⁶⁹ A menção a reforma é um ponto interessante que permite sugerir que o vigário estava ciente dos movimentos de mudança na igreja. No entanto, é sua opinião sobre as irmandades e devoções que possivelmente aponta para sua inclinação reformista.

É possível que o entendimento do vigário acerca das devoções tenha sido um dos elementos iniciais que tenha o feito destituir a mesa administrativa da Devoção do Parto em 1927. No entanto, se considerarmos o fato de que mesmo realizando suas festas anualmente a Devoção, já em 1924, estava praticamente extinta na percepção do vigário, somos levados a supor que esta forma de celebrar possuía sentidos diferentes para os devotos e para o padre. É possível que enquanto para os devotos esse momento do ano era importante, marcando a presença e dando destaque aos homens de cor na Igreja Matriz e na vida social da cidade, para o vigário configurava um desafio à sua autoridade e a uma nova configuração do papel do clero, que passou a ter mais controle sobre as atividades pastorais e ser exigido enquanto uma figura atuante, diferente do contexto barroco, onde era encarado como mero funcionário público e encarregado apenas da condução dos ritos cerimoniais (DALL’ALBA, 1979).

Nesse sentido, voltemos à carta dos devotos, onde no primeiro motivo por eles apontado para sua destituição está o “*facto da Mesa Administrativa da Devoção não ter dado sciencia ao Sr. vigário José Locks, dos desejos de levar a efeito a festa do ano corrente*”. É provável que o vigário sabia da realização das festividades do Parto naquele ano, porém, a questão é que ele não estava no controle da festa e muito menos da Devoção. Algo que certamente tencionava as relações na Igreja Matriz em um contexto onde, segundo Azzi, “as

⁶⁸ A realização da festa de N. S. da Conceição em Laguna foi identificada na pesquisa realizada nos periódicos mantidos digitalmente na Hemeroteca Digital Catarinense e no Arquivo Histórico da Casa Candemil em Laguna. A celebração apareceu em dez dos cinquenta periódicos consultados, dentre eles: A Cidade; O Futuro; Albor; O Município; A Verdade.

⁶⁹ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 214 - Diocese de Tubarão - Laguna - 1911. Doc. 17.

festas religiosas populares, de caráter marcadamente social, eram substituídas por cerimônias celebradas no âmbito das igrejas, e sob o firme controle clerical” (AZZI, 2008, p. 39). O argumento apresentado pelos devotos além de corroborar com a hipótese que o vigário sabia da realização da festa, já que, segundo eles, “*foi o próprio Sr. vigário José Locks quem praticou na festividade que levamos a efeito neste ano, todos os ofícios divinos, pelos quaes recebeu a esportula que exigiu e que consta da escripturação regular da Devoção*”, também evidencia que os membros administrativos da Devoção atribuíam a figura clerical o papel de condutor dos ritos cerimoniais, e que não tendo nada a ver com a condução de sua Devoção garantia a sua autonomia. A memorialista Nail Ulysséa, que na época possuía vinte e dois anos, ao descrever posteriormente em dois parágrafos a Devoção de N. S. do Parto, pontua que:

Era uma irmandade rica, possuía uma casa na Tenente Bessa, Joias e todos as alfaias necessárias para as suas festas, aliás ricas alfaias, não ocupando o que era da igreja. Mas, nos últimos tempos, não prestava mais conta nem da parte financeira, nem de outra qualquer decisão, fazendo e de tudo sem dar a mínima satisfação ao vigário; ao contrário, queria governá-lo [...] (ULYSSEÁ, 1976, p. 184).

É de se imaginar que uma Devoção composta de pessoas negras, possuidora de ricos bens e autonomia gerava incômodo entre a sociedade branca católica e seus dirigentes. Nesse sentido, o segundo motivo apresentado pelos devotos, de “*quererem as autoridades religiosas afastar os homens de cor (homens pretos, pardos e mulatos) da direção de devoções e Irmandades*”, é bastante plausível. Não encontrei na documentação informações suficientes que permitam afirmar que no contexto de 1927 havia uma movimentação na igreja por parte das autoridades e dos fiéis brancos contra os negros. No entanto, em uma carta à Cúria Metropolitana escrita pelo então vigário da Laguna, padre Bernardo Philippi, em 1934 a Devoção do Parto volta a aparecer, bem como, o conflito. Nela, podemos observar a posição do padre, bem como, de parte dos católicos frente a demanda dos devotos negros.

Já há muito tempo estão insistindo comigo dois sobreviventes da revoltosa Devoção de Nossa Senhora do Parto, ambos de cor, como eles querem ser chamados. Pretendem desapossar a diretoria atual, tomar conta da Devoção, um deles, Sr. Adolfo Campos me diz ter falado com V. Revma, em Florianópolis. Não sei que dirá a respeito o Sr. Arcebispo. Da minha parte não concordo de maneira alguma com eles [...] Minha situação não é das mais fáceis, porque não querendo melindrá-los de uma parte, nem desgostar aos bons católicos de outra, porque estes todos não gostariam de uma solução favorável aos “morenos”.⁷⁰

É possível cogitar que os mesmos “bons católicos” de 1934, já em 1927, estariam ao

⁷⁰ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 214 - Diocese de Tubarão - Laguna - 1911 - 1945. Doc. 01.

lado do vigário José Locks. No entanto, o registro é pontual para identificarmos a existência desses católicos, não racializados, e contrários aos devotos do Parto, que nesse sentido, são racializados. O uso do termo “morenos” pelo padre Phililipe, mesmo tendo os devotos expressado o desejo de serem chamados homens de cor, revela que a raça, e o racismo, era sim um elemento presente e constante nas experiências desses homens e mulheres no contexto dos acontecimentos. O próprio uso da expressão homens de cor como forma de identificação nos aponta para uma forma de, segundo a historiadora gaúcha Fernanda Oliveira da Silva, pleitear e assegurar “sua existência e em plenitude sem que a referência racial/de cor significasse qualquer traço que deslegitimasse sua humanidade ou estivesse vinculada a outra nação que não aquela em que estavam” (SILVA, 2017, p. 33). Nesse sentido, a atribuição ao temo negro ainda estava de certa forma vinculada à noção de pessoas escravizadas, e que no contexto do pós-abolição, tendo por base um contexto de construção de cidadania na república, pode ter sido uns dos motivos da escolha do termo homens de cor pelos devotos do Parto. Mesmo realizando a procissão do Parto com todas as pompas e cuidados, mesmo sendo trabalhadores(as), e participantes da vida social da cidade, não deixavam de ser alvos do racismo estrutural da sociedade.

Assim sendo, pensando o contexto do pós-abolição em Laguna, marcado como em grande parte do sul do Brasil por um racismo segregacionista não oficializado por leis – mas instituído culturalmente e estruturante da sociedade –, e que esse definiu a criação de espaços brancos e negros nas cidades, a exemplo, os clubes e sociedades recreativas, é possível supor que o espaço da Igreja Matriz e os cargos de direção de suas devoções e irmandades estariam também em disputa.

Parto do pressuposto então que o racismo é sem dúvida um elemento central para compreender o processo histórico envolvendo a Devoção do Parto. Na carta dos devotos ao arcebispo é interessante observar, que mesmo eles dizendo não acreditarem ser o “preconceito das raças” um dos motivos de sua destituição, recorrem a diferentes recursos para se defender dele. A seguir, o trecho em que argumentam sobre os planos de afastar os homens de cor das direções de devoções e irmandades.

Essa versão é tão odiosa quanto anti-cristã e por isso entendemos que não tenha sido esse o motivo da destituição com a qual não concordamos enquanto não formos convencidos pelos meios regulares, nos quais nos seja concedida ampla defesa. A Devoção de Nossa Senhora do Parto de Laguna foi criada há setenta e três anos, e desde sua fundação sempre foi administrada por homens de cor (pretos, pardos e mulatos) e cremos que essa circunstância nunca tivesse ofendido nem maculado as leis divinas, nem humanas. Perante as leis humanas ou melhor perante as leis profanas, o preconceito das raças não tem guarida e não se poderia conceber que

perante as leis divinas os seus representantes na terra pudessem admiti-lo.⁷¹

Com um tom que evoca um discurso cristão de igualdade, os devotos do Parto buscaram denunciar a incoerência do racismo frente a própria doutrina e suas leis divinas. Além disso, salientam que legalmente não havia nenhum impedimento para eles continuarem exercendo seus cargos, que historicamente, como apontado por eles, sempre foi dos homens de cor. A necessidade de construir argumentos contra um motivo que supostamente não entendiam como responsável por sua destituição nos possibilita ter uma percepção do racismo enfrentado pelos devotos do Parto.

A resposta da Cúria metropolitana para a carta da Devoção veio no dia vinte e sete de fevereiro. Nela, o padre Schumann, em nome do Arcebispo, não dá nenhum indicativo de que a autoridade máxima da Igreja Católica no Estado interviria nas ações do vigário padre Locks. No entanto, pontua que:

Quanto aos motivos que se alegam como propulsores do ato em questão, posso garantir que ambos, sobretudo o último, são destituídos de todo e qualquer fundamento; pois precisamente na igreja nunca houve, nem há preconceitos de raça, e muito menos de cor, maxime [principalmente], como no caso, entre irmão e entre cristão.⁷²

A negação do racismo, nesse sentido, é uma característica de um processo que inicia no pós-abolição e que buscou no apagamento das questões raciais e na construção de uma narrativa de igualdade entre todos, afirmar uma imagem de um país da democracia racial, e, ao mesmo tempo, manter uma estrutura racista.

Além da contestação e defesa dos devotos contra seu afastamento da administração da Devoção de N. S. do Parto, o documento por eles escrito apresenta uma pontual preocupação com os bens da Devoção e pedem que medidas sejam tomadas pelo arcebispo.

[...] os recorrentes pedem que V. E. se digne ordenar as medidas preliminares, no intuito de evitar que o Sr. Vigário José Locks continue a praticar, como já o tem feito, quaisquer atos que se relacionem com os bens de que a Devoção de Nossa Senhora de Parto de Laguna, é senhora e possuidora, pois do contrário, os recorrentes serão compelidos a lançar mão dos recursos legais que lhe são assegurados pelas leis civis.⁷³

⁷¹ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 1.

⁷² Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 02.

⁷³ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 01.

Como já mencionado anteriormente, a Devoção de N. S. do Parto era possuidora de muitos bens e, durante o ano de 1927, estes estiveram em litígio entre a autoridade paroquial e os devotos. Na documentação, é possível encontrar evidências das movimentações realizadas pelo padre Locks acerca da casa pertencente à Devoção, como, por exemplo, uma pequena nota escrita à mão e enviada ao arcebispo de Santa Catarina em cinco de novembro de 1927.

Exmo. e Revmo, Sr Arcebispo diocesano.
Saudações respeitosas!
Tenho em meu poder o tratado da compra da casa de N. Senhora do Parto como propriedade de Mitra Diocesana; compra realizada em 1915, fica o uso fruto a Devoção do Parto “debaixo da direção do respectivo vigário da paróquia”.
De seu humilde servo P. José Locks.⁷⁴

A casa se localizava na rua Tenente Bessa, como afirma Nail Ulysséa (1976, p. 184). Essa rua se estende desde a região do antigo porto, atual rua Gustavo Richard, e vai até à fonte da Carioca, um dos pontos turísticos da cidade, configurando assim uma importante via pública do centro histórico de Laguna. É possível que essa casa tenha sido fruto da doação de algum devoto ou mesmo comprada, como traz o registro acima, a partir de quantia obtida de doação. Não encontrei mais informações sobre esse processo. Porém, é provável que o imóvel era um dos bens da Devoção que possuía um bom valor, por sua localização e possibilidade de gerar renda com aluguel, por exemplo, o que justifica a preocupação por parte dos devotos na carta ao arcebispo. Além da casa, os outros bens sobre a administração da Devoção, como suas “ricas alfaias” e “joias”, estavam também em evidência na disputa entre os devotos e o vigário. No entanto, a gota final se dá quando em disputa entra a imagem da santa padroeira da devoção.

4.2 A REVOLTA DA SANTA: A IMAGEM DE N. S. DO PARTO EM DISPUTA

O padre se enfezou com o pessoal, segundo relato deles né, e ia mandar a imagem de Nossa Senhora para Florianópolis; eles encaixotaram tudo. Minha mãe morava na rua ali atrás, na rua do centro espírita, e o tio Affonso que era casado com a tia Ana, — tia Ana era irmã do papai —, e ele disse assim: “hoje nós vamos fazer o seguinte”, quando chegaram na igreja a imagem já estava toda embalada para levar, aí ele disse: “o Darziza”, pra minha mãe né, “hoje eu já passei e já tomei uma dose bem grande de inteligência [sinal de beber] e hoje se ele tirar a Nossa Senhora dali eu parto a cara dele, eu meto a mão na cara dele”. Aí a negrada se reuniam tudo e o padre ficou com medo. Aí a imagem

⁷⁴ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 03.

ficou e está até hoje [na Matriz], a Nossa Senhora do Parto (BRUM, 2021, s.p.).

Figura 12 - Imagem de Nossa Senhora do Parto no tempo presente



Fonte: Foto tirada pelo autor (2021).

Dona Marli nasceu alguns anos depois da revolta da santa. Porém, narrou que a história da confusão envolvendo a Devoção do Parto, o padre da Matriz e seu tio Affonso era sempre contada em casa por seu pai. *“A gente não tinha rádio, não tinha televisão, não tinha nada, então a gente sabia muitas histórias da família e de coisa através dos pais”* (BRUM, 2021, s.p.). Nesse sentido, assim como na primeira parte desta dissertação quando destacado pelo Sr. Antônio, a oralidade ganha novamente frente ao epistemicídio. Nessa perspectiva, contribui na costura da memória com a construção no presente de novos sentidos para o patrimônio religioso da cidade de Laguna. Afinal, como apontou Dona Marli, a imagem, de uma devoção negra, ficou e está até hoje na Igreja Matriz. Na fotografia acima (Figura 12), a imagem de N. S. do Parto, atualmente, ocupa o altar originalmente esculpido para N. S. do Rosário, altar esse que possivelmente era de responsabilidade da Irmandade que construiu a capela no morro do Rosário, mas que também utilizava do espaço da Matriz em suas

celebrações. Além disso, é na oralidade que se presentifica a agência histórica de personagens negros, como é o caso do tio da Dona Marli, Sr. Sabino.

Affonso Sabino é um dos devotos signatários da carta destinada ao arcebispo em 1927. Tal fato evidencia sua participação na mesa administrativa da Devoção do Parto. Sabino também participou de outras associações historicamente negras na cidade, como observamos na primeira parte desta dissertação, quando aparece enquanto irmão eleito em 1910 da Irmandade do Rosário juntamente de Bonifácio Deoclécio Gil. Nas pesquisas de Júlio da Rosa (2011; 2021) sobre os clubes negros de Laguna, Sabino também se encontra em diferentes registros orais e documentais. Na memória do radialista João Manoel Vicente, Sabino era morador da Praça César França de Magalhães e músico, provavelmente na União dos Artistas ou Carlos Gomes. Já nos registros dos clubes Cruz e Souza e União Operária, presentes em periódicos e documentações administrativas, Sabino aparece compondo a primeira diretoria do Cruz e Souza no cargo de tesoureiro em 1908, e após isso, até o final do clube na década de 1950, ocupando mais oito cargos, sete de vice-presidente e um de presidente. Além disso, seu nome consta também nos registros de sócios da União Operária.

Ressalto que o foco desta pesquisa não é traçar a trajetória pessoal das pessoas a fim de observar as relações entre os diferentes espaços e territórios negros da cidade. No entanto, observar a circulação social dessas na Laguna possibilita uma visão sobre quem eram os devotos do Parto. Não foi possível localizar documentação suficiente sobre todos os signatários da carta, mas a partir do cruzamento de dados com as informações levantadas por Rosa, foi possível identificar que cinco membros da mesa administrativa da Devoção do Parto, incluindo seu Afonso, tiveram cargos administrativos na Cruz e Souza e na Operária. João Marcolino de Souza e Acelino Gonzaga ocuparam, respectivamente, na Operária os cargos de primeiro e segundo secretário. João também ocupou uma vez o cargo de presidente no Cruz e Souza. Já Manoel Theodoro e Miguel de Souza ocuparam ambos no Cruz e Souza o cargo de segundo secretário, e por três vezes Manoel também ocupou o cargo de tesoureiro (ROSA, 2021, p. 307-317). A presença dos Devotos do Parto nas sociedades recreativas, que possuíam seus estatutos e cobravam condutas éticas de seus membros, é um indicativo de busca por valorização ou inserção positiva na sociedade lagunense (SAYÃO, 2015b, p. 147). Nesse sentido, a não localização dos outros integrantes da mesa administrativa não significa que estes não participavam das sociedades recreativas enquanto sócios. Estas pessoas, que a partir da costura da memória ganham nome, circulavam pela cidade e seus espaços, constituído redes de sociabilidade, solidariedade, bem como, seus territórios. Nesse sentido, a manutenção da Devoção do Parto era fundamental, o que levou, de fato, a uma movimentação

de resistência e contestação durante o todo o ano de 1927 e terminando em medidas mais drásticas.

A nova fábrica⁷⁵ de N. S. do Parto, empossada pelo vigário em janeiro, passou a contar com o apoio oficial do arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira em maio daquele ano, quando por provisão expedida por ele foram nomeados o padre José Locks, presidente; Herminio Faisca, vice-presidente; Appolonio Remor, tesoureiro; Antônio Medeiros, secretário; Alexandre Pagani, procurador junto a Dona Ennedina Moreira Netto. Anexado à provisão, encontra-se a descrição dos direitos e deveres do conselho de fábrica, dentro os quais não é mencionado a realização da festa da padroeira.⁷⁶ A partir dos nomes citados é possível cogitar que os novos administradores da Devoção eram membros de famílias brancas e com destaque na Laguna, como no caso da família Pagani, Remor e Faisca.⁷⁷ A resposta dos devotos de cor veio após, como destacado por eles, “*lançar mão dos recursos legais que lhe são assegurados pelas leis civis*”.⁷⁸ Contrataram assim um advogado, o Sr. Alipio Machado, e resolveram organizar o compromisso da Devoção e registrá-lo nos termos do código civil. Com isso, passou a existir duas Devoções do Parto, uma sem personalidade jurídica de caráter paroquial, ocupada pelos brancos, e outra com personalidade jurídica, registrada e composta por pessoas de cor. No entanto, nos autos do processo judicial ocorrido em 1928, logo após o tumulto na Matriz, é possível encontrar no emérito julgador de Sr. Machado informações que nos evidenciam que o entendimento dos devotos de cor não era de que se criara uma devoção nova, mas sim, assegurava-se a existência da mesma Devoção criada em 1853 “diante dessa violenta decisão” das autoridades eclesiásticas de destituir a mesa administrativa.⁷⁹ O compromisso registrado foi publicado no jornal República, que circulava na capital, no dia vinte e três de novembro de 1927. A seguir, a reprodução do primeiro artigo (Figura 13).

⁷⁵ O termo “fábrica” passou a ser utilizado na documentação acerca da Devoção de N. S. do Parto para denominar a nova administração dos bens e interesse da dita Devoção.

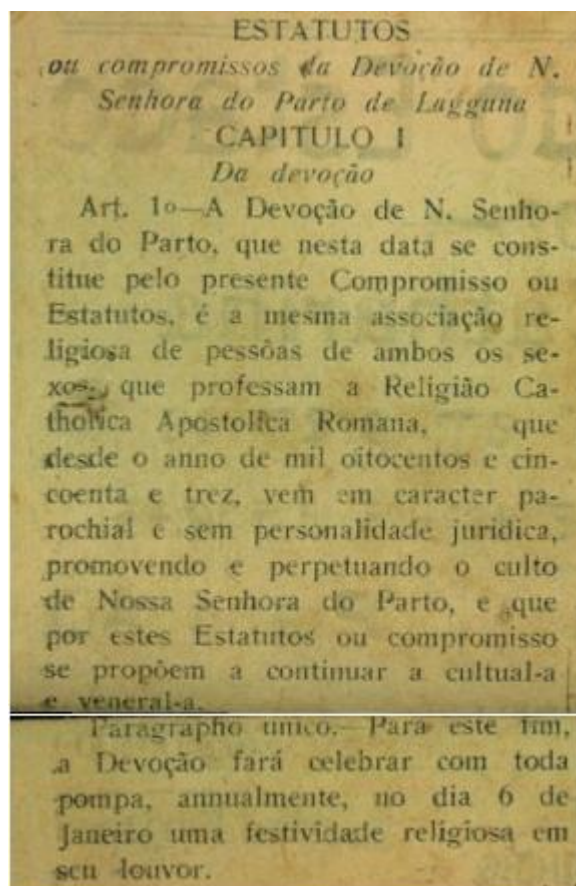
⁷⁶ Interdição Proibitoria - Devoção de Nossa Senhora do Parto - Jose Locks - 1928 - Laguna DDI/DARQ - Seção de Arquivo Definitivo de Primeiro Grau Divisão de Arquivo / DDI / TJSC, p. 128-129.

⁷⁷ Não encontrei nas referências bibliográficas consultadas para a pesquisa informações sobre estas famílias. No entanto, conversando com meu tio Cairo, ele reconheceu os sobrenomes como de famílias brancas e de certa influência na cidade.

⁷⁸ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 01.

⁷⁹ Interdição Proibitoria - Devoção de Nossa Senhora do Parto - Jose Locks - 1928 - Laguna DDI/DARQ - Seção de Arquivo Definitivo de Primeiro Grau Divisão de Arquivo / DDI / TJSC, p. 128-129.

Figura 13 - Compromisso da Devoção de N. S. do Parto de Laguna



Fonte: Republica (23/11/1927).⁸⁰

Três elementos são interessantes de serem destacados já no primeiro artigo do compromisso. O primeiro é que os devotos afirmam que esta devoção se trata da mesma associação religiosa constituída em 1853, o que legitimaria a sua inserção na paróquia. Já o segundo diz respeito à menção desta ser uma associação de pessoas católicas de ambos os sexos, indicativo da participação de mulheres na Devoção do Parto. Por último, a menção ao compromisso de promover o culto à sua padroeira realizando uma festa em seu louvor anualmente no dia seis de janeiro, que nos aponta novamente para a centralidade que o celebrar tinha para a Devoção dos Homens de Cor e que, por exemplo, não foi mencionada no compromisso da fábrica nomeada pelo vigário.

A esta altura o clima deveria estar tenso na paróquia da Laguna. O vigário José Locks, em carta ao arcebispo metropolitano no dia 14 de dezembro, menciona existir resistência às ordens clericais por parte dos devotos depostos e pontua que a sugestão de extinguir a Devoção “discola” feita pelo Arcebispo fora muito bem recebida pela nova fábrica de N. S. do

⁸⁰ Interdição Proibitoria - Devoção de Nossa Senhora do Parto - Jose Locks - 1928 - Laguna DDI/DARQ - Seção de Arquivo Definitivo de Primeiro Grau Divisão de Arquivo / DDI / TJSC, p. 132-133.

Parto. O final de ano e a proximidade do mês de janeiro podem ter adensado mais o clima de conflito visto a proximidade da festa. Locks pede agilidade no recebimento do decreto de extinção alegando que: “*ficaríamos os católicos muitos satisfeitos se o decreto de extinção viesse em tempo que pudesse ser lido e afixado à porta da igreja no dia da festa a realizar-se no dia seis de janeiro*”.⁸¹ O padre ainda sugere ao arcebispo que, como motivo para tal ato, coloque os seguintes elementos:

1) A maior parte dos membros da extinta devoção não cumpre com os deveres mais necessários da nossa religião como são assistir à missa aos domingos e a comunhão pascal. 2) Não admitiram a eleição da mesa ao vigário da paróquia depois de este ter insistido no direito de presidir à eleição, direito este que lhe compete em virtude de seu cargo. 3) Nomeada por provisão da Cúria a nova diretoria, os então ex-membros não somente não aceitaram a determinação superior, mas até se revoltaram chegando ao ponto de constituir advogado que dirigisse a resistência da Irmandade contra as ordens emanadas da Cúria Metropolitana.⁸²

Sobre a eleição na qual o vigário teve sua participação, aparentemente vetada, não encontrei mais informações. Já a questão da contratação do advogado, como vimos anteriormente, foi uma estratégia encontrada pelos Devotos para se defenderem das ações que por eles foram julgadas injustas e violentas. Por último, é interessante observar o argumento da não participação de parte dos Devotos aos deveres da religião. Segundo o padre Locks, estes não frequentavam as missas aos domingos e nem a comunhão pascal. No entanto, o compromisso publicado no periódico República, no artigo doze que dispõem das condições para que alguém possa ser irmão do Parto diz que este deve “*Ser católico prático*”. Na sequência, no artigo treze do mesmo compromisso, tem-se a definição de católico prático: “*Designa-se católico pratico o que além da desobriga no tempo pascal, assistir à missa aos domingos e cumprir os deveres do próprio estado*”.⁸³ Não é a intenção aqui confirmar se os devotos do Parto eram ou não católicos praticantes, mas a existência das fontes permite, primeiramente, construir contrapontos e levantar possíveis interpretações. É possível que parte dos devotos, de fato, não participasse do calendário pascal. Porém, quando se referia ao período da festa e sua realização a história fosse outra. Nessa perspectiva, ampliando os possíveis sentidos de ocupar a Igreja Matriz talvez o território negro se constituísse, em parte, todos os anos nos meses de dezembro e janeiro quando se realiza a festa de sua padroeira. E que voltando a cronologia dos acontecimentos estava cada vez mais próxima.

⁸¹ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 04.

⁸² Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 04.

⁸³ Interdição Proibitoria - Devoção de Nossa Senhora do Parto - Jose Locks - 1928 - Laguna DDI/DARQ - Seção de Arquivo Definitivo de Primeiro Grau Divisão de Arquivo / DDI / TJSC, p. 133.

A resposta da Cúria Metropolitana à carta do vigário veio no dia vinte e oito de dezembro. O decreto de extinção esperado por alguns católicos e pelo padre da Laguna não foi encaminhado. No entanto, o conteúdo da carta deixa bem explícito qual a percepção da cúpula da igreja no Estado sobre a Devoção.

Quanto a devoção de N. S. do Parto, está, ipso facto ipso iure extincta, com a nomeação da nova fábrica. Não é possível conceber que os antigos “devotos”, devotados, ao que parece, a “devoção” dos seus caprichos, pretendem sobrepor-se a um ato amadurecido e legítimo de seus verdadeiros superiores eclesiásticos. Que “devoção” seria ainda essa, que mais tem de anarquia e revolução?⁸⁴

A demanda da Devoção de N. S. do Parto dos homens de cor foi recebida como anarquia e capricho pelas autoridades eclesiásticas em Florianópolis. Já na Laguna, o padre José Locks resolveu tomar medidas para impedir que se realizasse a festa de N. S. do Parto sobre a organização dos antigos devotos. Segundo ele, em carta ao Arcebispo no dia quatro de janeiro de 1928, a “*Irmandade revoltosa*”⁸⁵ andava contra as ordens expressas dele realizando o ritual de recolhimento de esmolas, pois “*a festa se havia de fazer, mesmo que fosse a pau*”. A realização da festa novamente aparece para nós como algo fundamental para a Devoção, pois mesmo contra todo o aparato católico contra os devotos, ela seria realizada.

Para desespero do vigário, corria o boato pela Laguna que “*os pretos tencionavam retirar a imagem de Nossa Senhora do Parto do altar e fazer a festa fosse de que maneira fosse*”. Reconhecendo a atmosfera pesada que estava instalada na cidade e buscando evitar que a festa fosse realizada o padre, *de combinação com alguns católicos*, resolveu retirar a imagem do altar e colocar em um nicho no consistório, “*com a licença da Irmandade de Santo Antônio*”. A carta nos possibilita identificar que o padre não estava agindo sozinho. Com isso, cabe a pergunta: seriam os católicos que estavam de combinação com padre Locks em 1928 os mesmos “bons católicos” contrários aos morenos em 1934? A documentação não permite responder com precisão esta questão. No entanto, ela nos leva a pensar na existência de um grupo de católicos, não racializados na documentação, mas possivelmente brancos e da elite lagunenses, visto a menção à Irmandade de Santo Antônio, desfavoráveis à presença dos devotos negros do Parto no contexto da revolta.

A ação do pároco, conjuntamente com alguns católicos, levou apenas um dia para ser descoberta. A atmosfera que já estava tensa ficou ainda mais complicada quando os devotos

⁸⁴ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 05.

⁸⁵ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 06.

do Parto chegaram na igreja e não encontraram a imagem de sua padroeira. É possível que nesse meio tempo seu Affonso Sabino, já sabendo do ocorrido, encaminhava-se para a Matriz disposto a “meter a mão na cara do padre”, como disse Dona Marli. Ao que tudo indica a mobilização foi grande. Segundo o relato do vigário, quando deram pela falta da imagem, os devotos, *“brandaram as armas e não durou duas horas se haviam reunido mais de cem pessoas de todas as cores de frente a igreja e a casa paroquial, pedindo em altos brados que fosse a imagem repostada a seu antigo lugar”*. Provavelmente, a notícia se espalhou com rapidez pelas ruas da cidade e mobilizou tanto aqueles que queriam a santa em seu lugar como os curiosos. O relato de Dona Maria Viana da Silva, que aos 98 anos em 2010, quando foi entrevistada para a pesquisa de Rosa, contribui com mais detalhes da revolta. Além disso, traz mais uma vez a participação enérgica de seu Affonso Sabino.

[...] me lembro do falecido Afonso, que morava no Magalhães. Nós saímos do colégio, aí todo mundo foi ver aquela brigassada que queriam que o padre queria tirar a santa é, pra tirar dos pretos. E mandar pra um lugar encaixotaram, e iam mandar pro estrangeiro, não sei o que era! Vendida! No navio! Naquele tempo era! Ai os nego descobriram, aí vieram na igreja. Seu Afonso tava de manga de camisa, brigando pra tirar assim que o padre, pra tirar de dentro do caixote e botar no altar, aí os nego aqui tomava a conta da santa no altar e que não era pra tirar a santa e mandar pro estrangeiro, conseguiram. Fizeram uma brigassada na igreja, aí a gente saiu do colégio pra ver! Encheu toda igreja! O seu Afonso era um nego preto! Suava que só vendo!, aí tiraram mesmo! Tiraram e colocaram como ele queria! (ROSA, 2011, p. 87).

Os dois registros costurados permitem constituir uma memória tão vívida que se pensarmos na paisagem sonora do momento é possível imaginar diferentes barulhos; como de vozes, algumas em tom elevado, outras em murmúrios curiosos; ou do assoalho da igreja rangendo com os numerosos passos apressados enquanto a porta era aberta à força. A imagem de seu Affonso com as mangas da camisa arregaçadas pronto para, de fato, agredir o vigário completa o cenário. É provável que algumas pessoas tenham o impedido de chegar às vias de fato, já que nenhuma agressão foi relatada na documentação. No entanto, os esforços de seu Affonso, com as mais de cem pessoas reunidas, foram suficientes para que o objetivo fosse conquistado. Padre José Locks relatou em sua carta que *“contra tamanha força não podia oferecer resistência”* e havendo pouco reforço policial na cidade acabou assentindo com a reposição da imagem como os devotos queriam.

Após a reposição da imagem houve a tentativa por parte da multidão reunida de levá-la para fora da igreja. O vigário não especifica qual seria o motivo desta ação, mas é possível supor que os devotos quisessem proteger a santa de novas ações suas. Porém, com a ajuda novamente de alguns católicos o padre conseguiu manter a imagem na igreja. Este, no

entanto, não foi o fim da revolta da santa. Nossa Senhora já se encontrava no altar, mas o “*povo ficou estacionado em frente à casa paroquial*” por um bom tempo somente sendo dispersados pela ação policial. O padre ainda relata em sua carta estar preocupado, pois após serem retirados, o povo passou a se reunir em outras partes da cidade, segundo suas palavras: “[...] *tratando do modo e dos meios de amanhã me obrigar a embarcar no Max que se acha no porto*”. A expulsão de José Locks não aconteceu e o religioso contou com o apoio do chefe da polícia e de mais alguns homens que passaram a noite em sua casa.

A situação estava já bastante tensa, mas para o vigário o segundo capítulo da história era tão ruim quanto o primeiro. No mesmo dia em que escreveu sua carta ao arcebispo compareceram ao cartório da cidade o advogado Alipio Machado, acompanhado de algumas testemunhas, em posse de uma petição e uma procuração da Devoção do Parto. A procuração o nomeava representante da Devoção e era assinada pela mesa administrativa composta pelos Srs. Adolfo Campos, Affonso Sabino, Bonifácio Deoclécio Gil, Acelino Gonzaga, João Machado, Miguel Antônio Souza, Olavo Bento da Silva, Ananias Cândido, João Marcolino de Souza, Manoel Theodoro da Silva, José Luiz dos Reis e Carlos Vicente. Já a petição tinha por objetivo propor uma ação *interdicto prohibitorio* contra o vigário José Locks, que teria como efeito a impossibilidade desse nem sequer encostar na imagem de N. S. do Parto.

E como a suplicante tenha justo receio de ser molestada em sua posse, quer propor ao referido vigário José Locks ou a quem no seu mister o estiver substituindo, uma ação de interdicto prohibitorio e pede que seja ele citado para, na primeira audiência deste juízo, assistir à justificação do alegado, sendo expedido mandado prohibitorio para que o suplicado se abstenha de qualquer acto de turbação ou esbulho, sob pena de pagar 10:000\$000 de multa, além das perdas e danos e de restituir a suplicante ao estado de sua posse anterior.⁸⁶

Sabendo do que se passava, o vigário teve tempo de colocar em sua carta que o “*dr. Alipio Machado, advogado de cor*”, havia proposto contra ele a ação de interdição. Além disso, acrescenta que, mesmo sendo aconselhado por algumas pessoas a deixar a Laguna, preferia não o fazer, pedindo assim ao arcebispo que não lhe desse nenhuma ordem neste sentido “*para não aumentar o triunfo da revolução e a alegria da oposição*”. Por último, informa que havia contactado o advogado Alexandre Barreto, residente na cidade de Tubarão, para lhe representar. A menção a uma identidade racial do advogado dos Devotos pelo padre é um elemento interessante. Primeiramente porque permite identificarmos a existência de um profissional do direito negro defendendo uma Devoção de pessoas negras no sul de Santa

⁸⁶ Interdição Proibitoria - Devoção de Nossa Senhora do Parto - Jose Locks - 1928 - Laguna DDI/DARQ - Seção de Arquivo Definitivo de Primeiro Grau Divisão de Arquivo / DDI / TJSC, p. 6-7.

Catarina na primeira metade do século XX. Em segundo lugar, nos faz questionar: será que o fato do advogado ser um homem de cor aumentou o descontentamento do vigário? Quanto da questão racial estaria envolvida no desejo do padre de não perder a disputa de poder travada com a Devoção do Parto? Não disponho de documentação que possibilite responder tais questões, mas o questionamento tem por intenção suscitar a reflexão de que, tendo como pressuposto o racismo do contexto, a mobilização dos homens de cor foi um ato de resistência.

Dito isso, o fato é que José Locks teve seu pedido atendido pelo arcebispo e ficou em Laguna para enfrentar a petição protocolada contra sua pessoa. O que estava em disputa era ainda os bens da Devoção, em específico, a imagem da santa, como apontam os termos da petição registrado pelo escrivão a partir das alegações do Dr. Alipio Machado. Segundo o documento, a Devoção de Nossa Senhora do Parto de Laguna era:

[...] senhora e possuidora de uma imagem de sua padroeira, esculpida em madeira, e adornada com uma coroa de prata na cabeça, com um pregador de ouro nas vestes e finalmente com um cordão de ouro em volta do pescoço, a imagem assim adornada se encontrava dentro de um nicho fechado á chave cuja chave está em poder da suplicante, nicho esse colocado no altar de são João, lado da epístola da Igreja Matriz desta cidade.⁸⁷

O argumento de que a imagem se encontrava fechada à chave e que esta estaria em posse da Devoção destituída é importante, pois buscava deslegitimar a ação do pároco, que para retirá-la precisou arrombar a fechadura do nicho. A alegação do Dr. Machado ainda pontua que o vigário, além de retirar a imagem sem a permissão dos devotos, tinha um falso pretexto de que esta passaria por uma limpeza. A hipótese, por outro lado, era de que o vigário tomou tal atitude para “*obstar que a suplicante leve a effeito a festa que anualmente faz celebrar em louvor de sua referida patrona*”. De fato, como vimos anteriormente na carta de Locks, sua intenção era impedir a realização da festa sob a organização de homens e mulheres de cor. A versão que aparece nas narrativas orais sobre o destino da imagem, de ser mandada para fora da Laguna, nos aponta para um cenário conturbado, onde diferentes versões sobre os motivos do padre geraram a apreensão e a revolta da Devoção.

Após a protocolização da petição, no dia seguinte, cinco de janeiro, aconteceu a primeira audiência com testemunhas apresentadas pela parte autora do processo. Estavam presentes, além, delas o Juiz de Direito Joaquim Luiz Guedes Pinto e os advogados Alipio

⁸⁷ Interdição Proibitoria - Devoção de Nossa Senhora do Parto - Jose Locks - 1928 - Laguna DDI/DARQ - Seção de Arquivo Definitivo de Primeiro Grau Divisão de Arquivo / DDI / TJSC, p. 6.

Machado e Alexandre Barreto. A primeira seção terminou favorável à Devoção do Parto reclamante, pois, no dia seguinte foi expedida pelo Juiz de Direito o mandado de *interdicto poohibitorio* contra o vigário, ao qual estava intimado a não praticar “*actuo algum de turbação ou esbulho contra a Devoção de Nossa Senhora do Parto desta cidade, sob pena de pagar dez contos de reis de multa, além das perdas e interesses e de restituir a Devoção ao estado de sua posse anterior*”.⁸⁸ Além disso, o documento intimava o vigário para consentir e assinar o termo para a apresentação de sua defesa. O que aconteceu no dia catorze de janeiro quando na audiência realizada nesse dia seu advogado apresentou as linhas de defesa, que consistiam em defender alguns pontos, sendo os principais: provar que a Devoção suplicante não era proprietária da imagem em questão e que, por isso, a ação era inválida; que a suplicante não era a mesma devoção que existia em caráter paroquial há mais de cinquenta anos e que a verdadeira estava sobre a jurisdição paroquial tendo como representante de fábrica o réu.

O processo correu durante alguns dias sem mais alterações, até que no dia oito de fevereiro o Dr. Alipio Machado, em audiência, apresenta novas testemunhas e solicita uma nova para o dia dez, quando seriam ouvidas as ditas testemunhas. Deste modo, dia dez foram ouvidas as testemunhas do lado da suplicante. Além disso, foram apresentadas as testemunhas da defesa, ouvidas no dia treze de fevereiro. Após a produção das provas orais, o processo teve novamente um pequeno recesso, até a emissão dos Eméritos Julgadores dos dois advogados e o encaminhamento para a sentença final. Dr. Machado fez a defesa da Devoção suplicante alegando que esta era a mesma criada há mais de cinquenta anos e funcionou sempre em caráter paroquial e sem personalidade jurídica até ser vítima da decisão violenta das autoridades eclesiásticas de destituir sua mesa administrativa e, assim, a decisão de registrar a Devoção segundo o código civil. Além disso, a defesa seguiu a linha de afirmar a posse e administração da Devoção sobre todos os seus bens, incluindo a imagem de sua padroeira desde sua criação, e que esta sempre prestou contas às autoridades eclesiásticas de tudo. A posse da imagem e a legitimidade da Devoção suplicante foram os pontos usados pelo Dr. Barreto. Primeiramente, reforçou a existência de apenas uma Devoção do Parto, a que estava sob a direção do pároco e da fábrica nomeada pelo arcebispo. Em segundo lugar, pontuou que as testemunhas afirmaram que a imagem existia na Igreja Matriz há muitos anos, mas sua origem não ficou evidente. O que colocaria em dúvida a alegação da suplicante de que esta havia adquirido a imagem, pois também não apresentou documentação. Por último, o

⁸⁸ Interdição Proibitoria - Devoção de Nossa Senhora do Parto - Jose Locks - 1928 - Laguna DDI/DARQ - Seção de Arquivo Definitivo de Primeiro Grau Divisão de Arquivo / DDI / TJSC, p. 44.

argumento de defesa, sustentando-se com base no direito civil e canônico, foi de que as coisas sagradas da igreja, como, por exemplo, altares, imagens, alfaia, bem como tantas outras coisas usadas para o “*culto divino*” são “*eximidas do comércio humano*”, dedicadas ao serviço religioso, portanto, não podem pertencer a ninguém, não tendo dono ou senhor. Além disso, quando tais objetos forem católicos, “*devem ser guardados e administrados pelos Bispos e Prelados*”.⁸⁹ Esta questão acabou por definir o julgamento e foi central para a sentença final, onde o Juiz Joaquim Guedes Pinto decretou que:

em face da doutrina e da jurisprudência, sendo como é a referida imagem uma coisa sagrada, está ipso facto fora do comércio e é insusceptível de apropriação, não podendo assim constituir objeto de posse ou propriedade de particulares, ou corporações... Por tudo isso e pelo mais destes autos consta, julgo improcedente a presente ação e insubsistente o mandato de fls. 21 [interdicto poohibitorio].⁹⁰

Após a sentença definitiva houve a tentativa de apelação por parte da Devoção original. Porém, tal pedido foi negado, finalizando o processo em nove de outubro de 1928. Fora quase dois anos de disputa direta entre a Devoção do Parto dos Homens de cor e o padre José Locks, que permaneceu pároco da Laguna até o final daquele ano, quando foi designado para os cargos de professor e diretor espiritual no Seminário de Azambuja.

A partir da análise das diferentes memórias e narrativas aqui apresentadas, presentes em diferentes fontes históricas, identifico que o espaço colonial de poder da Igreja Matriz, central para a constituição da vida social da cidade e suas hierarquias, pode ser também interpretado enquanto espaço de disputas e constituir-se de sentido de pertencimento enquanto território para as populações negras da cidade no contexto, tendo como base a “adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas” de ser e estar no mundo que nos aponta Lélia Gonzalez (1988, p. 76). Esse território, no entanto, era reconstituído anualmente a partir da realização da festa da padroeira. Essa hipótese se sustenta a partir de três elementos, o primeiro está relacionado à movimentação mais intensa da Devoção deposta ocorrida justamente no aproximar do período de preparação da festividade. A deposição oficialmente outorgada pelo arcebispo veio no mês de maio. No entanto, foi somente no mês de novembro que os devotos depostos utilizaram da estratégia de registrar um compromisso no cartório civil. Este fato, porém, não sugere que os devotos não se mobilizaram durante o decorrer do ano de 1927, mas aponta para uma intensificação de suas ações com o aproximar da festa, que

⁸⁹ Interdição Proibitoria - Devoção de Nossa Senhora do Parto - Jose Locks - 1928 - Laguna DDI/DARQ - Seção de Arquivo Definitivo de Primeiro Grau Divisão de Arquivo / DDI / TJSC, p. 118-119.

⁹⁰ Interdição Proibitoria - Devoção de Nossa Senhora do Parto - Jose Locks - 1928 - Laguna DDI/DARQ - Seção de Arquivo Definitivo de Primeiro Grau Divisão de Arquivo / DDI / TJSC, p. 146.

já estaria em processo de preparação. Outra questão importante aqui a ser considerada, que se refere ao caminho escolhido pelos devotos na busca por aquilo que consideravam seu direito e pertencimento: a estratégia de registrar um compromisso no cartório civil e a busca por justiça no âmbito jurídico. Tal estratégia pode evidenciar que possivelmente os devotos estavam atentos aos dispositivos legais e mecanismos na busca por direitos, vinculados à reivindicação do direito civil assegurada pela condição de cidadãos. Nesse sentido, diferente dos períodos colonial e imperial, onde o que regulava muito as relações, inclusive religiosas era o costume (MALAVOTA, 2007), o contexto do pós-abolição conta com novas estratégias para as populações negras lutarem e conquistarem não somente a cidadania e seus direitos no contexto republicano como enfrentarem o racismo.⁹¹

Já o segundo elemento é a própria movimentação realizada pelos devotos para a realização da festa, mesmo contra as ordens superiores. A denúncia do vigário em sua carta ao arcebispo, de que estavam realizando o recolhimento de esmolas, pois a festa seria realizada “*nem que fosse a pau*”, revela uma resistência dos devotos frente aos desmandos das autoridades eclesiásticas que os impediriam de demarcar seu território e sua celebração na vida social católica de Laguna. Por último, a própria mobilização pela imagem de sua padroeira, elemento central para a realização das procissões. A revolta da santa constituída pelo protesto acalorado das mais de cem pessoas na Matriz, bem como, todos os trâmites e custos processuais enfrentados pelos devotos para garantirem a posse da imagem sacra evidenciam novamente a preocupação, dentre outras coisas, com a realização da festa, pois como observamos na fotografia que abre esta parte da dissertação, era esta imagem ricamente enfeitada um dos destaques da celebração.

Não foi possível encontrar evidências se a festa de 1928 foi realizada ou não. Porém, este não foi o fim da Devoção de N. S. do Parto nem de seus devotos de cor, pois foi possível encontrar referência à realização da festa em dois diferentes periódicos, *A Cidade* e *O Albor*, nos anos de 1930⁹² e 1935,⁹³ respectivamente. É provável que tenham sido realizadas sob a administração ainda da fábrica nominada pelo arcebispo em 1927, já que na carta de 1934 do padre Bernardo Philippi ao arcebispo, os devotos destituídos, como no caso do Sr. Adolfo Campos, aparecem ainda reivindicando a restauração da antiga administração da devoção. Tal fato, no entanto, não impede que imaginemos que nas festas realizadas posteriormente à destituição tenham contado também com a presença dos antigos devotos do Parto. Após esse

⁹¹ Para saber mais sobre a constituição de cidadania no pós-abolição, ver Gato (2019), Santos (2020) e Silva (2021).

⁹² A CIDADE, a. V., n. 705, 5 de janeiro de 1930.

⁹³ O ALBOR, a. XXXIV, n. 1581, 6 de janeiro de 1935.

período, temos uma lacuna de informação sobre estes. A documentação encontrada, porém, mostra que os bens da Devoção ainda eram administrados pelos párocos da Laguna, como no caso da casa da rua Tenente Bessa. Somente em 1949 que teremos notícias da antiga mesa administrativa do Parto, agora em outra reviravolta surpreendente.

Em um abaixo-assinado enviado ao arcebispo metropolitano no dia vinte e quatro de julho de 1949, com o aval do pároco da Laguna, padre Gregório Karmeling, consta que *“tendo deixado de existir, por motivos que não se cabe apreciar a Devoção de N. Sra. do Parto, nesta cidade de Laguna; desejando os abaixo assinados, em seu nome de outros moradores[...]”* que seja *“[...] restabelecida, criada ou restituída a dita devoção”*.⁹⁴ Tal abaixo-assinado ainda contou com o consentimento do então Monsenhor José Locks, sim, o mesmo padre Locks que destituiu a Devoção. Por último, a reivindicação é assinada pelos seguintes homens: Bonifácio Deoclécio Gil, Affonso Sabino, João Marcolino de Souza, Miguel Antônio de Souza, Ananias Candido, Olavo Bento; devotos destituídos em 1927, bem como: Caetano Martins, Manoel da Silva, Manoel Júlio Correia, Manoel Rafael Justino, Silvio Duarte, Manoel Breno, Paulino Supriano Vieira, Orgínio José Damazio, Amâncio C. Baldoino Galdino Pacheco, Antônio Pedro Catarina, Jovelino Manoel da Silva, Antônio Belmiro, Miguel França. O pedido foi aprovado pela Cúria Metropolitana. A confirmação foi enviada em ofício para a paróquia de Laguna datado do dia oito de setembro de 1949 anunciando a aprovação do Compromisso da Devoção de N. S. do Parto da Laguna. Documento que, como era de se esperar, consta, já no primeiro artigo, com o dever de celebrar a festa da padroeira, como podemos observar na reprodução de parte do compromisso a seguir.

COMPROMISSO

da Devoção de Nossa Senhora do Parto, na cidade de Laguna, Arquidiocese de Florianópolis.

De acordo com os desejos reiterados de vários moradores da Paróquia de Laguna, e de acordo com os Revms Párocos atual e anteriores, fica instituída na cidade e Paróquia da Laguna a Devoção de N.S. do Parto, que tem por fins:

Art. 1. Promover a Devoção e celebrar a festa de Nossa Senhora do Parto, pelo modo estabelecido em mesa e de acordo com o Pároco, ou quem suas vezes fizer;⁹⁵

Esses são os últimos registros encontrados sobre a Devoção do Parto dos homens de cor. As pessoas entrevistadas para essa pesquisa não apresentaram memórias sobre ela após a revolta da santa, nem foram encontradas mais menções às festas nos jornais. Nesse sentido,

⁹⁴ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 15.

⁹⁵ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 16.

não foi possível até o presente momento traçar os desdobramentos da Devoção após sua restituição em 1949. No entanto, as memórias de meu tio Cairo, de Dona Marli, alinhavadas às fontes orais de Dona Maria Viana da Silva e Sr. João Manoel Vicente, bem como dos diferentes documentos históricos nesta seção mobilizados, permitiram a construção de uma narrativa histórica, a partir da costura da memória, que ampliou, tensionou e ressignificou os sentidos atribuídos ao espaço colonial da Igreja Matriz de Laguna. Nesse sentido, as tramas envolvendo a Devoção de N. S. do Parto, seus devotos e o vigário paroquial constituem um pontual exemplo da (re)existências de populações negras em Laguna.

Além disso, a existência de uma devoção de homens de cor dentro de um espaço de devoção majoritariamente branco possibilita evidenciar, a partir de suas experiências, suas agências na constituição de identidades; na formação de laços de sociabilidade e no movimento por uma vida digna na Améfrica, essa que é marcada pela “adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas” de ser e estar no mundo (GONZALEZ, 1988, p. 76). Com base nisso, bem como, as circunstâncias que levaram à retirada da imagem e a reação dos devotos para ocupar o espaço de devoção central da cidade, é possível perceber esse enquanto um território negro. Nessa perspectiva, ampliando os possíveis sentidos de ocupar a Igreja Matriz, o território negro era reconstituído anualmente nos meses de dezembro e janeiro a partir da realização da festa da padroeira. Essa afirmação faço tendo como base a observação de três elementos: a movimentação de contestação e embate com as autoridades eclesiais, que se tornou mais intensa por parte da Devoção deposta, justamente quando estava se aproximando o período de preparação da festividade. A própria mobilização para realizar a festa, mesmo contra as ordens da cúria e do vigário, e, por último, a disputa empreendida pela imagem de sua padroeira, um dos elementos centrais das procissões.

Os devotos do parto, pessoas que a partir da costura da memória ganham nome e protagonismo, como o Sr. Afonso Sabino, circulavam pela cidade e seus espaços, constituídos de redes de sociabilidade, solidariedade, bem como seus territórios. Alguns dos quais até o tempo presente permanecem existindo nas memórias de pessoas negras da cidade ou em vestígios materiais. No caso do território do Parto, as memórias e narrativas sobre a Devoção cumprem esse papel. Além disso, a imagem que foi objeto de disputa e resistência dos homens de cor até hoje permanece na Igreja Matriz, e constitui um patrimônio negro da cidade, que, de certa forma, essa pesquisa busca reconhecer e demarcar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi um convite para uma caminhada, de certa forma, inspirada nas que eu costumava realizar com meu avô na infância pela cidade de Laguna, no sul de Santa Catarina. Laguna é uma cidade de documentos constituída por elementos diversos (arquitetura, natureza, relações humanas), que por, muitas vezes, estão marcados por uma espessa camada de tinta colonial branca que encobre a imagem da cidade e perpetua uma perigosa história única. Nesse sentido, o caminhar desta dissertação teve como objetivo ampliar as narrativas históricas da cidade documento, em específico sobre espaços de devoção do Rosário e da Igreja Matriz, assim como meu avô fazia quando me contava sobre a capela do Rosário, removendo parte dessa tinta colonial a partir de suas narrativas e memórias.

Dito isso, esta dissertação se insere em uma perspectiva que visa contribuir com o campo dos estudos históricos da negritude e da diáspora em Santa Catarina. Busquei narrar múltiplas experiências dentro desse espaço marcado pela colonialidade, pensando em possibilidades de fazermos a crítica a essa estrutura no intuito de transformá-la. Propus, então, uma construção de conhecimento histórico que evidenciasse caminhos epistemológicos teórico-práticos que tenham como perspectiva política a busca por equidade e dignidade na estrutura colonial que vivemos ao incorporar nessa produção o reconhecimento das pessoas da pesquisa enquanto de corpos políticos produtores de conhecimento.

Desta forma, acredito que em conjunto com a professora Claudete, Dona Terezinha, Sr. Antônio Luiz, Dona Marli, Dona Selma, professor Joel, professora Janice e meu tio Cairo, interlocutores nesta pesquisa - a partir de suas narrativas e memórias -, foi possível construir, acerca da cidade e de suas histórias, não somente um olhar que a enxerga enquanto plural, constituída no movimento da vida e do tempo (história), e que está alicerçada nas memórias de suas populações negras, como também um conhecimento histórico científico que contribui com a luta antirracista e com perspectivas plurais de decolonização.

Com isso, pontuo que a costura da memória proposta pela artista visual brasileira Rosane Paulino foi enquanto metodologia da pesquisa um elemento central que possibilitou em meu trabalho de historiador, atento às pistas e vestígios do passado, identificar e analisar a constituição de territórios negros em Laguna, em específico os espaços de devoção católicos, narrados no presente por mulheres e homens negros a partir de suas memórias, ancoradas em seus corpos, vivências e experiências na cidade. Nesse sentido, as contribuições teóricas provenientes de pensamentos afrodiaspóricos, decoloniais e pós-coloniais e o recorte temporal transversalizado pela base teórico-conceitual do tempo presente embasaram o trabalho de

costura da memória em que as fontes orais produzidas com os meus (minhas) interlocutores (as), bem como, outras encontradas nas bibliografias sobre a cidade (LUCENA, 1998; ROSA, 2011) foram alinhavadas a recortes dos jornais, a fotografias, a cartas, ofícios e trâmites processuais. Tendo essa perspectiva com base foi possível encontrar evidências que apontaram para as vivências, as lutas e experiências presentes e ancestrais nas apropriações e ressignificações de estruturas ligadas à igreja católica, essas que estão marcadas por agências negras na constituição de laços de solidariedades e tensões no movimento por uma vida digna na América. Além disso, avalio que nesse processo foi possível reunir elementos suficientes para construir uma resposta para a pergunta norteadora da pesquisa: quais sentidos e sentires estão presentes em suas narrativas e memórias que possibilitam significar os espaços de devoção católicos do Rosário e da Igreja Matriz na cidade enquanto territórios negros?

Sobre o primeiro espaço de devoção: o Rosário, os resultados permitiram compreender que ele é um território que se constituiu em diferentes tempos e com diferentes demandas. Nesse sentido, identifiquei três elementos: os sentidos atribuídos no presente, as demandas no presente e os possíveis sentidos no contexto da venda do morro e tentativa de construção de uma nova capela na década de 1940. O primeiro diz respeito aos sentidos que o espaço do Rosário tem para parcela da população negra da cidade no tempo presente e que estão ligados os sentidos atribuídos pelos coletivos e movimentos negros contemporâneos existentes na cidade. Portanto, sentidos esses analisados em uma perspectiva de uma pesquisa qualitativa, onde considere a circulação dessas pessoas pela cidade, sua inserção no tecido social e a mobilização de memórias compostas por características de sentimento, política e informação, que entendidas assim possibilitaram compreender os sentidos atribuídos ao Rosário relacionados a uma construção de pertencimento e reconhecimento da agência histórica negra na cidade.

Já o segundo, o território enquanto perpassado por demandas e disputas. No caso, identificamos a procura pela imagem de N. S. da antiga capela do Rosário apreendida pelo padre Edemir, bem como, pelo movimento da semana da consciência negra em 2019 sobre a coordenação da Pastoral Afro, que atribui a ela sentidos ligados à sua origem. Em contrapartida, essa demanda gera uma disputa com a comunidade do bairro Progresso, que tem a antiga imagem de N. S. do Rosário como a representação de N. S. Auxiliadora. Com isso, percebemos que a ressignificação da imagem por parte da população de Laguna e a permanência de sentidos políticos por outro evidencia uma história inacabada, que ainda no tempo presente gera reverberações.

Por último, os vestígios encontrados, seja na memória de uma nova capela ou nas cartas de venda do morro, apontam para algumas coisas. A primeira é a permanência, pelo menos de alguns membros da mesa diretora, da Irmandade do Rosário no período que se segue a demolição de seu templo, bem como, a emitância de articulação para uma possível continuidade em outra localidade. As fontes não permitem inferir os sentidos que os irmãos e irmãs do Rosário atribuíram a esse novo templo, mas evidencia-se que a própria existência de uma iniciativa mostra que havia. O segundo ponto que quero destacar é a discordância com o lugar pela comissão, isso aponta existir possivelmente um desejo por parte desta de encontrar um lugar que se aproximasse com o ponto privilegiado e de destaque que a irmandade possuía no centro, o que nos faz pensar sobre a importância em ocupar esse espaço da cidade. Nesse sentido, essas memórias costuradas a informações presentes em outras fontes permitem indicar que é atribuído ao território do Rosário sentidos de pertencimento que mudam conforme o movimento da vida em diferentes tempos e sua existência resiste nas memórias e reivindicação das populações negras da cidade no tempo presente.

O segundo espaço que foi foco nessa pesquisa foi a Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, que se constitui desde o século XVIII enquanto um dos pontos centrais na estrutura religiosa, social, geográfica da cidade e historicamente marcado pela colonialidade. Além disso, foi evidenciado que durante o século XIX e início do XX esse espaço contava com diversas irmandade e devoções (ULYSSÉA, 1976) como elementos socializadores e organizacionais, caracterizando assim dinâmicas de um catolicismo barroco. Dito isso, foi a partir da identificação na oralidade da existência da Devoção de N. S. do Parto de Homens de Cor dentro desse espaço de devoção majoritariamente branco, bem como, as tramas, disputas e acontecimentos em torno dela e seus devotos na primeira metade do século XX que pude identificar as experiências, as agências na constituição de identidades e a formação de laços de sociabilidade e no movimento por uma vida digna na América.

Além disso, ao analisar as funções e dinâmicas da Devoção do Parto a partir das fontes encontradas, bem como, entender as circunstâncias que levaram a retirada da imagem e a reação dos devotos, foi possível identificar uma importante resistência em ocupar o espaço de devoção central da cidade e participação do calendário da cidade a partir de sua festa, realizada nos meses de janeiro. Com isso pude perceber possíveis sentidos atribuídos ao espaço da Matriz que permitem identificá-lo enquanto um território negro. Nessa perspectiva, ampliando os possíveis sentidos de ocupar a Igreja Matriz, o território negro era reconstituído anualmente nos meses de dezembro e janeiro a partir da realização da festa da padroeira. Essa afirmação faço tendo como base a observação de três elementos: (i) a movimentação de

contestação e embate com as autoridades eclesiásticas, que se tornou mais intensa por parte da Devoção deposta justamente quando estava se aproximando o período de preparação da festividade; (ii) a própria mobilização para realizar a festa, mesmo contra as ordens da cúria e do vigário e, por último, (iii) a disputa empreendida pela imagem de sua padroeira, um dos elementos centrais das procissões.

Assim sendo, penso também que as narrativas e memórias históricas sobre o território do Rosário, entendido aqui enquanto a junção de três elementos: a irmandade, o morro e a capela, bem como, seus patrimônios materiais ainda existentes - no caso a imagem de N. S. do Rosário - alinhavada as narrativas e memórias históricas da Devoção e os devotos do Parto, que ampliou, tencionou e ressignificou os sentidos atribuídos ao espaço colonial da Igreja Matriz de Laguna são evidências de um “processo histórico de intensa dinâmica cultural” característico do espaço geopolítico da Améfrica, ao qual Laguna está inserida, marcado pela “adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas” de ser e estar no mundo (GONZALEZ, 1988 p. 76). Nesse sentido, os territórios do Rosário e da Matriz e sua devoção, em diferentes tempos, faz parte dos muitos espaços que foram se constituindo como lugares de pertencimento e de disputas na cidade, como, por exemplo, os clubes recreativos, as escolas de samba e os espaços das religiões de matriz africana, aos quais não foram abordados nessa pesquisa, mas que são parte importante das experiências negras na cidade.

As pessoas da presente pesquisa, sejam aquelas que encontrei a partir das documentações e das memórias ou aquelas que tive o prazer de conversar pessoalmente, circularam e circulam pela cidade e seus espaços, constituindo redes de sociabilidade, solidariedade, bem como, seus territórios. Suas vivências e experiências, marcadas por seus *lócus* de enunciação, constituíram e constituem no tempo presente, não somente formas de (re)existências no sul do Brasil, como também permitem dar sentidos e despertar sentires para uma cidade de Laguna que é plural e que esta pesquisa buscou reconhecer e demarcar.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Eclesiástico de Florianópolis

Certidão retirada do livro de Tombo e Foral dos Bens do Conselho Municipal - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 01.

Carta de protesto datada de 1927 escrita pela mesa diretora da devoção do Parto e endereçada ao então recente empossado arcebispo de Florianópolis Dom Joaquim Domingues de Oliveira Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 01.

Carta datada de 1934 escrita pelo vigário geral da Laguna, padre Bernardo Philippi, ao vigário geral do Arcebispado de Florianópolis - Pasta 214 - Diocese de Tubarão - Laguna - 1930 - 1934. Doc. 52.

Carta escrita pelo padre Inácio Orth ao arcebispo de Florianópolis com data de 1932 - Pasta 214 - Diocese de Tubarão - Laguna - 1911 - 1945. Doc. 26.

Carta datada de 1939 escrita pelo vigário da paróquia de Laguna, padre Bernardo Philippi ao vigário geral da capital, padre Frei Evaristo Schurmenn - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 04.

Carta datada de 1939 escrita pelo vigário da paróquia de Laguna, padre Bernardo Philippi ao segundo vigário geral da capital, padre Harri Bauer - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 06.

Carta datada de 1939 escrita pelo vigário da paróquia de Laguna, padre Bernardo Philippi ao arcebispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues de Oliveira - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 03.

Carta de 1939 do arcebispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues de Oliveira para o padre Bernardo Philippi - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 07.

Ata da reunião da Irmandade de N. S. do Rosário da Laguna realizada no dia 17 de agosto 1941 - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 10.

Carta de oito de janeiro de 1945 escrita pelo padre Philippi ao vigário geral de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 13.

Correspondência do vigário geral da capital como resposta ao vigário de Laguna, padre Gregório Warming - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - 1948 - 1954. Doc. 17.

Carta de 29 de agosto de 1924 escrita pelo vigário da Laguna, padre José Locks ao bispo de

Florianópolis - Pasta 214 - Diocese de Tubarão - Laguna - 1911. Doc. 17.

Carta a Cúria Metropolitana escrita pelo então vigário da Laguna, padre Bernardo Philippi, em 1934 - Pasta 214 - Diocese de Tubarão - Laguna - 1911 - 1945. Doc. 01.

Carta do padre Frei Evaristo Schurmenn para os devotos do Parto em 27 de fevereiro de 1997 - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades – Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 02.

Nota escrita à mão pelo padre José Locks e enviada ao arcebispo de Santa Catarina em cinco de novembro de 1927 - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades – Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 03.

Carta escrita pelo padre Jose Locks ao arcebispo metropolitano datada do dia 14 de dezembro de 1927 - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades – Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 04.

Carta da Cúria Metropolitana a carta ao vigário José Locks datada do dia 28 de dezembro de 1927 - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 05.

Carta escrita pelo padre Jose Locks ao arcebispo metropolitano datada do dia 4 de janeiro de 1928 - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 06.

Abaixo assinado enviado ao arcebispo metropolitano no dia vinte e quatro de julho de 1949 - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 15.

Compromisso da Devoção de N. S. do Parto da Laguna - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades - Devoção de N. Sra. do Parto. Doc. 16.

Arquivo Histórico da Casa Candemil em Laguna

O ALBOR, a. XXXIV, n. 1581, 6 de janeiro de 1935.

O ALBOR, a. XXVII, n. 1235, 11 de dezembro de 1935.

O ALBOR, a. XXXIV, n. 1631, 15 de dezembro de 1935

O ALBOR, a. LIII, n. 2508, 12 de dezembro de 1953.

O ALBOR, a. LVI, n. 2713, 14 de dezembro de 1957.

Hemeroteca Digital Catarinense

O MUNICÍPIO, a. II, n. 103, 30 de dezembro de 1879.

O MUNICÍPIO, a. II, n. 33, 19 de janeiro de 1879.

O MUNICÍPIO, a. II, n. 33, 28 de março de 1879.

O MUNICÍPIO, a. II, n. 34, 1 de abril de 1879.

A VERDADE, a. V, n. 231, 2 de dezembro de 1883.

A VERDADE, a. V, n. 253, 16 de dezembro de 1883.

A VERDADE, a. V, n. 235, 30 de dezembro de 1883.

A VERDADE, a. VII, n. 317, 01 de fevereiro de 1885.
A VERDADE, a. VII, n. 313, 2 de agosto de 1885.
O FUTURO, a. IX, n. 307, 3 de dezembro de 1899.
O FUTURO, a. IX, n. 309, 20 de dezembro de 1899.
O FUTURO, a. IX, n. 310, 24 de dezembro de 1899.
O FUTURO, a. IX, n. 316, 3 de fevereiro de 1900.
O FUTURO, a. X, n. 355, 24 de novembro de 1900.
A IDEIA, a. I, n. 4, 19 de dezembro de 1905.
O ALBOR, a. X, n. 450, 24 de junho de 1911.
A CIDADE, a. II, n. 466, 12 de novembro de 1926.
A CIDADE, a. II, n. 475, 4 de dezembro de 1926.
A CIDADE, a. II, n. 486, 1 de janeiro de 1927.
A CIDADE, a. V, n. 705, 5 de janeiro de 1930.

Arquivo Definitivo de Primeiro Grau Divisão de Arquivo / DDI / TJSC

Interdição Proibitoria - Devoção de Nossa Senhora do Parto - Jose Locks - 1928 - Laguna
DDI/DARQ - Seção de Arquivo Definitivo de Primeiro Grau Divisão de Arquivo / DDI /
TJSC, p. 128-129.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo da história única. **TED**: Ideas worth spreading. [S. l.]: TEDGlobal, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt. Acesso em: 10 ago. 2021
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALMEIDA, Vinicius Furquim de. A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre em foco: notas de pesquisa sobre protagonismo e sociabilidade negra. **Veredas da História**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 4-22, 2016.
- ALVEZ, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de Cor e de Fé**: irmandades negras na Parahyba do século XIX. 2006. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2013.
- ARAUJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1820-1822. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- ARNS, Alice B. **Laguna, uma esquecida Epopéia de Franciscanos e Bandeirantes**: a história de uma velha igreja. [S. ed.]: Curitiba, 1975.
- AZZI, Riolando. Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (org.). **Faces do Catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008. 376 p.
- BENÍCIO, Danielle. **Laguna, arquitetura novecentista e preservação do patrimônio**: entre a conservação e a invenção. 2018. 416 f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. (Acervo Dalmo Faísca).
- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras completas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon. Introdução: Decolonialidade e Pensamento Afro diaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (org.) **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 9-26.
- BENSEN, Pe. José Artulino. Monsenhor José Locks: zelo pela casa de Deus. **Site Pe. José Artulino Bensen**, Itajaí, set. 2019. Disponível em: <https://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/monsenhor-jose-locks/> Acesso em: 06 jul. 2022.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. 4. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BITENCOURT, João Batista. A cidade higienizada: política, população e eugenia em Laguna durante o Estado Novo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2015, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: ANPUH, 2016a.

BITENCOURT, João Batista. **Laguna**: uma análise sobre o discurso de cidade histórica. Criciúma: EDIUNESC; Florianópolis: Dois Por Quatro, 2016b.

BORGES, Célia M. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2005.

BRISOLA, Elisa Maria Andrade; MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira. A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. **UNITAU**: Revista Ciências Humanas, Taubaté, v. 4, n. 1, p. 124-136, jan.-jul, 2011.

BRUM, Marli. [Entrevista concedida a] Willian Felipe Martins Costa. Laguna, 12 de maio de 2021.

CABRAL, Oswaldo R. **Laguna**: e outros ensaios. [Florianópolis]: IOESC, 1939.

CABRAL, Oswaldo R. **A música em Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1951.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; MALAVOTA, Claudia Mortari (org.). **Pretos/as do Rosário**: A irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX). Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana y Siglo del Hombre Editores, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880**: documentário. Florianópolis: Lunardelli; UDESC/DAPE, [1979].

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, jan./mar. 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

EUFRÁSIO, Terezinha Maria Nascimento. [Entrevista concedida a] Willian Felipe Martins Costa. Laguna, 15 de maio de 2021.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) da dupla face. *In*: MOREIRA, Nadilza Martins; SCHENEIDER, Diane (ed.). **Mulheres no mundo, etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Idéia, 2005. p. 201-212.

FAMILYSEARCH. **Encontre sua família. Descubra a si mesmo**. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 06 jul. 2022.

GATO, Matheus. Raça e cidadania no pós-abolição maranhense (1888-1889). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 59, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/28376>. Acesso em: 08 jul. 2022.

GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Portugal: Porto Editora, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Introdução. *In*: MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988b.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 80, p. 115-147, 2008.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JARAMILLO, Maria Matilde Villegas. **Entre os Morros e a Lagoa: Laguna Cidade – Documento**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2016.

KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade africana. *In*: **História Geral da África**. São Paulo: Ática S.A, 1980.

LEITE, Ilka Boaventura. Terra, território e territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil. *In*: SEMINÁRIO: AMÉRICA, 500 ANOS DE DOMINAÇÃO. Florianópolis: UFSC, 1990. Xerocópia.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade e segregação. *In*: LEITE, Ilka B. (org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporânea, 1996.

LEVI, Giovanni. Sobre microhistoria. *In*: BURKE, Peter (ed.). **Formas de fazer História**. Madrid: Alianza Editorial, 1996. p. 119-143.

LISSOVSKY, Mauricio. O que fazem as fotografias quando não estamos olhando para elas? *In: LISSOVSKY, Mauricio. **Pausas do destino**: teoria, arte e história da fotografia.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 133-149.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**.* 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 15-25.

LUCENA, Liliane Monfardini Fernandes de. **Laguna**: de ontem a hoje espaços públicos e vida urbana. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MALAVOTA, Claudia Mortari. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. 2007. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MALAVOTA, Cláudia M. **Os homens pretos do Desterro**: um estudo sobre a irmandade de Nossa senhora do rosário (1841-1860). Itajaí: Casa Aberta, 2011.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana. Apresentação. *In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana (org.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil**: associativismo e trajetórias negras.* Salvador: Sagga, 2020. p. 9-18.

MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da ação católica. *In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (org.). **Faces do catolicismo**.* Florianópolis: Insular, 2008. p. 41-60.

MARTINS, Cairo Norberto. [Entrevista concedida a] Willian Felipe Martins Costa. Laguna, 26 de outubro de 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual da história oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma “História visual”. *In: MARTINS, J. de S. et al. (org.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**.* Bauru: EDUSC, 2005. p. 33-56.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. A opção de-colonial: desprendimento e abertura. Um manifesto e um caso. **Tabula Rasa**, n. 8, p. 243-282, 2008.

MIGNOLO, Walter; ESCOBAR, Arturo (ed.). **Globalization and the Decolonial Option**. London: Routledge, 2010.

MIGNOLO, Walter; TLOSTANOVA, Madina V. Theorizing from the Borders: Shifting to Geo/Body-Politics of Knowledge. **European Journal of Social Theory**, Sussex, v. 2, n.9, p. 205 - 221, 2006.

MORTARI, Claudia. O “equilíbrio das histórias”: reflexões em torno de experiências de ensino e pesquisa em História das Áfricas. *In*: PAULA, Simoni Mendes de; CORREA, Sílvia Marcus de Souza (org.). **Nossa África: ensino e pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 41-53.

MORTARI, Cláudia; WITTMANN, Luisa Tombini. Histórias compartilhadas: propostas universitárias de construção de conhecimentos decolonizados. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 154-176, jan./abr. 2018.

MORTARI, Cláudia. **Aula Epistemicídios**. Florianópolis: FAED/UDESC, 19 ago. 2021. [Disciplina Pensamentos e Narrativas Pós-Coloniais e Decoloniais].

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Claudete do. [Entrevista concedida a] Willian Felipe Martins Costa via internet. Laguna, 5 de abril de 2021.

NASCIMENTO, Maria Augusta Geremias do. **A socialização do escravo em tempos de transição à liberdade**: Julia Chrispina do Nascimento, mulher negra e professora (Laguna, SC - 1884/1947). 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Laguna, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. [Entrevista para documentário]. *In*: O NEGRO da senzala ao soul. Recuperado em 2015 por Gabriel Priolli. São Paulo: Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, 1977. vídeo (42 min). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-negro-da-senzala-ao-sul-um-documentario-da-tv-cultura1977/>. Acesso em: 11 out. 2021.

O NEGRO da senzala ao soul. Recuperado em 2015 por Gabriel Priolli. São Paulo: Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, 1977. vídeo (42 min). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-negro-da-senzala-ao-sul-um-documentario-da-tv-cultura1977/>. Acesso em: 11 out. 2021.

PAULINO, Rosana. **A costura da memória**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2018.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 73-117.

RASCHE, Karla Leandro. **Irmandades negras: memórias da diáspora no sul do Brasil**. Curitiba: Appris, 2016.

REIS, Aloísio Luiz dos. **“Brinca quem pode”**: Territorialidade e (In)Visibilidade Negra em Laguna - Santa Catarina. 1996. 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) -

Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996a.

REIS, João J. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996b.

REIS, Antônio Luiz dos. [Entrevista concedida a] Willian Felipe Martins Costa via internet. Laguna, 2 de fevereiro de 2021a.

REIS, Joel dos. [Entrevista concedida a] Willian Felipe Martins Costa via internet. Laguna, 14 de maio de 2021b.

ROSA, Júlio César da. **Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903-1950)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ROSA, Júlio César da. **Associativismo negro em laguna e a construção identitária: irmandade, sociedades musicais e clubes negros (1870 a 1950)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SANTOS, Adriana Valgas Guedes. Comemoração também é patrimônio: a festa de Nossa Senhora dos Navegantes. In: CESCINETTO, Gizely; FREITAS, Deise Scunderlick Eloy de; SANTOS, Adriana Valgas Guedes; SANTOS, José Antônio da Silva (org.). **Cadernos de Laguna, n. 2**. Florianópolis: BASE2000 Publicidade & Design, 2003. p. 5-17.

SANTOS, Fernando de Oliveira dos. **Pós-Abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2020.

SAYÃO, Thiago Juliano. Negras paisagens. Primeiras leituras sobre a demolição e o apagamento da igreja da Irmandade do Rosário de Laguna, SC. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais** [...] Natal: ANPUH, 2013.

SAYÃO, Thiago Juliano. Negras paisagens: (in)visualidade afrodescendente na Laguna (SC). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE, 1., 2015. Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: CIHCC, 2015a. p. 854-869.

SAYÃO, Thiago Juliano. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 69, p. 131-154, 2015b.

SCHAFER, Raymond Murray. **Vozes da tirania: templo de silêncio**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SCHIBELINSKI, Diego. Do cais ao convés: marítimos e a navegação de cabotagem no porto de Laguna. In: MAMIGONIAN, Beatriz G; SAYÃO, Thiago J. (org.). **Revisitar Laguna: histórias de conexões atlânticas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. p. 223-260.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 173-244.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870 - 1960)**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Vivências negras: trabalhando com a ausência depois da abolição. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v. 14, n. 3, p. 557-577, 2010.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Associativismo e experiências negras nas lutas por direitos nos mundos do trabalho. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, n. 2, p. 215-257, 2021.

SILVA, Lucia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-15, 2019.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: A forma social Negro-Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, Marcia Rita Silva. **Irmandade de Nossa Senhora da Conceição Imaculada dos Pardos: experiência associativa na vila de Inhambupe - Bahia (1850-1889)**. Salvador: Sagga Editora, 2021.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação do rei congo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

SOUZA, Nelson João. **Histórico da capela Nossa Senhora Auxiliadora**. Sem data.

SOUZA, Selma de. [Entrevista concedida a] Willian Felipe Martins Costa. Laguna, 24 de fevereiro de 2022.

SUTERO, Thaís. Imagem de Nossa Senhora do Rosário voltará a ser vista pelos lagunenses. **Município de Laguna**, Laguna, 18 nov. 2019. Disponível em: <https://www.laguna.sc.gov.br/noticias/ver/2019/11/imagem-de-nossa-senhora-do-rosario-voltara-a-ser-vista-pelos-lagunenses>. Acesso em: 07 jul. 2022.

TUBARÃO. Obituário. **Portal Oficial da Diocese de Tubarão**, Tubarão, 2022. Disponível em: <https://diocesetb.org.br/cleros/categoria/obituario>. Acesso em: 06 jul. 2022.

ULYSSÉA, Nail. Três séculos na Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. In: SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS DA LAGUNA: seus valores históricos e humanos. Publicação comemorativa da passagem do seu tricentenário de Fundação. Florianópolis: IOESC, 1976.

ULYSSÉA, Saul. **A Laguna de 1880**. Florianópolis: IOESC, 1943.

ULYSSEÁ, Saul. **Coisas velhas**: a família imperial do Brasil, queda do império, proclamação da república, ... Florianópolis: Oficinas da Imprensa Oficial, 1946.

ULYSSEÁ, Ruben. **Laguna**: memória histórica. Brasília: Letra Ativa, 2004.

WALSH, Catherine; SCHIWY, Freya; CASTRO-GOMEZ, Santiago (eds). **Indisciplinar las ciencias sociales**: geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder: perspectivas desde lo andino. Quito: Univeridad Andina Simón Bolívar y Ediciones Abya Yala, 2002.

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DE CONVERSA - MEMÓRIAS DE UMA LAGUNA NEGRA

Claudia Mortari - Orientadora

Willian Felipe Martins Costa - Mestrando

As entrevistas serão semi estruturadas, ou seja, as perguntas serão condutoras da conversa, porém, é esperado que diferentes assuntos e perspectivas sejam colocadas pelas (os) entrevistadas (os).

Perguntas

1. Quem é você?
2. Qual seu nome, idade e ocupação atual/trabalho?
3. Onde você nasceu?
4. Como você se identifica racialmente?
5. Quem eram seus pais?
6. Você participa ou participou de algum movimento social?
7. Você participa ou participou de alguma organização social, como: irmandade religiosa, clube recreativo, agremiação carnavalesca, banda musical, agremiações esportivos, etc.
8. Você gosta da Laguna? Que lugares? O que te encanta na cidade?
9. Quais suas paixões na vida?
10. Alguma vez alguém já lhe entrevistou para saber sobre Laguna e as populações negras da cidade?
11. Que histórias você gostaria de contar sobre as mulheres e homens negros da cidade?
12. Como foi a sua infância na Laguna?
13. Onde você estudou?
14. Quais os lugares que você costumava frequentar?
15. Que histórias você ouviu sobre a cidade? Você se vê na história da cidade? Na história que contaram na escola?
16. Você lembra de alguma história de infância que gostava de ouvir sobre a cidade e seus lugares?

17. Você lembra das pessoas mais velhas de sua família na infância? tios, avós ou bisavós?
18. Você ouvia histórias dessas pessoas? De onde vieram ou o que faziam no que trabalhavam?
19. Como os seus antepassados se identificavam?
20. Como era morar na Laguna antigamente, no tempo dos antigos? Seus pais, avós contavam essas histórias. O que a mocidade fazia para se divertir? Onde iam passear, namorar?
21. Na sua juventude, quais eram os lugares que você mais frequentava? Como eram as festas? O trabalho?
22. As mulheres frequentavam os clubes?
23. O que você sabe sobre a igreja do Rosário que ficava ali no morro que hoje tem o mesmo de Morro do Rosário e o Paço do Rosário?
24. Você lembra de alguma(s) história(s) sobre a igreja de Nossa Senhora do Rosário?
25. Algum familiar seu tinha ligação com a irmandade? Qual?
26. Você ouviu alguma história sobre uma vez o pároco da matriz querer mandar embora a imagem de Nossa Senhora do Parto (conceição) causando uma forte agitação na cidade?
27. Você ouviu ou lembra que na década de 1940 tentaram construir uma igreja para Nossa Senhora do Rosário lá no Campo de Fora?
28. Como era a Laguna no tempo que o porto/ferrovia era no centro da cidade? Você pegou essa época? Seus familiares pegaram?
29. Qual a importância de lembrar e registrar as histórias dos antigos em relação às populações negras na cidade para as pessoas que moram em Laguna? Você considera que têm sentidos diferentes para brancos e negros conhecerem essas histórias? Quais? Qual o trabalho das mulheres antigamente?
30. Para além do que conversamos o que você quer falar mais?
31. Se você pudesse deixar uma mensagem para as gerações atuais Lagunenses, qual seria?